

# Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

ORGÃO CENTRAL  
DO  
PARTIDO COMUNISTA  
PORTUGUÊS  
Director  
António Dias Lourenço

Propriedade do Partido Comunista Português \* Red. / Adm. - Av. Santos Dumont, 57-3.º - Tels. 769705-769744-769751-779828 \* Imp. e Comp. - Soc. Nac. de Tipografia, S. A. R. L. \* Distribuição - Distribuidora «O SEculo»

## TRABALHAR PARA A REVOLUÇÃO TRABALHAR RUMO AO SOCIALISMO

A batalha da produção tem várias frentes e são os próprios trabalhadores que, na prática diária, as vão definindo e a elas vão atendendo com o grau de prioridade exigido. Por exemplo: não basta, muitas vezes, aumentar a produção; é preciso melhorar a qualidade e, sobretudo, mantê-la ao nível desejável. Não basta produzir. É necessário, muitas vezes, diversificar. Não basta, ou até prejudica, continuar com produções para mercados difíceis ou mesmo em vias de desaparecer. É preciso criar novos empregos e seria criminoso desperdiçar qualquer máquina, qualquer ferramenta, qualquer plano aproveitável. É preciso, sem dúvida, planificar e planificar para o imediato, não deixando perder a mínima reserva de energia.

Por outro lado, estaria perdida de início (não valeria mesmo a pena começá-la) qualquer batalha económica nas condições portuguesas, se não se dispusesse de uma das armas decisivas neste campo: a consciência dos trabalhadores, que é também a sua consciência de classe. E consciência de classe, da classe operária e dos restantes trabalhadores e, acima de tudo, nas condições portu-

gas, defender e fazer avançar o processo revolucionário em que vivemos. E não o faremos avançar, nem sequer o defenderemos com reivindicações irrealistas na contratação colectiva, com exigências incomportáveis por milhares de pequenas e médias empresas, com horários de trabalho para épocas

de prosperidade económica. E isso a maioria dos trabalhadores entende e apóia. Temos um exemplo com o que se passa no contrato colectivo em negociação para a indústria do vestuário, onde as 45 horas de trabalho semanal têm sido apoiadas por milhares de trabalhadores, que enviam ao Ministério e

a Secretária de Estado do Trabalho as suas opiniões sobre o assunto, manifestando até muitos deles a intenção de respeitarem esse horário mesmo que outro mais reduzido venha expresso no futuro contrato colectivo. O domingo em que se trabalha

CONT. NA PÁG. 9

### A política internacional de Portugal livre

## CONTRIBUIR PARA A PAZ NA EUROPA E NO MUNDO

A presença do Primeiro-Ministro, Vasco Gonçalves, foi durante quatro dias o assun-

to que mais chamou a atenção dos políticos e dos jornalistas reunidos em Bruxelas por motivo da cimeira da NATO. Era a presença da Revolução Portuguesa.

Pode afirmar-se que a primeira visita ao estrangeiro do general Vasco Gonçalves como chefe do Governo Provisório foi uma sessão de esclarecimento permanente. E, pelo impacto produzido, pela importância dos contactos mantidos e pelo significado das declarações que fez, contribuiu para rectificar juízos falsos sobre o nosso processo revolucionário, permitindo a destacados estadistas do Ocidente e a dezenas de milhões de europeus, formar uma imagem real da situação exist-

tente em Portugal. Foi uma vitória da Revolução Portuguesa e do Movimento das Forças Armadas.

A mudança de tom em relação a Portugal, do presidente dos Estados Unidos, Gerald Ford, e do seu secretário de Estado, Henry Kissinger é, só por si, demonstrativa do êxito da participação portuguesa num encontro em que a franqueza do Primeiro-Ministro de Portugal foi a sua principal arma política. O general Vasco Gonçalves não recorreu à linguagem tradicional dos diplomatas. Falou a linguagem da verdade. Definiu a posição portuguesa na assembleia da NATO, nos encontros com chefes de Estado e de governos, em entrevistas à imprensa. Desfez calhúrias, dissipou dúvidas, revelou factos desconhecidos.

### COMEÇARAM OS TRABALHOS DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

O hemiciclo do Palácio Nacional de S. Bento, após quase meio século em que foi utilizado pela prepotência fascista, voltou a ganhar a sua integridade quando, na segunda-feira passada, como estava previsto, se realizou a sessão de abertura da nova Assembleia Constituinte, eleita em 25 de Abril último.

A sessão inaugural presidiu o Chefe do Estado, general Costa Gomes, estando presentes os membros do Conselho Superior da Revolução, o ministro do Governo Provisório e os representantes do corpo diplomático acreditado em Lisboa. Entre os convidados presentes, que se aglomeravam nas tribunas, viam-se numerosos elementos do Movimento das Forças Armadas.

O Chefe do Estado, que chegou a S. Bento pouco antes das 16 horas, foi saudado militarmente por uma guarda de honra, que integrava os três ramos das Forças Armadas. Recebido depois pelo prof. Henrique de Barros, presidente interino da Assembleia Constituinte, o general Costa Gomes dirigiu-se então para o interior do edifício, onde era aguardado pelo Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves e pelo almirante Pinheiro do Azevedo, em representação do chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas. Em seguida, o Chefe do Estado entrou na Sala das Sessões, onde já se encontravam todos os deputados, bem como as restantes individualidades.

Após ter sido tocado o hino nacional, executado pela Banda do GNR, o presidente interino da Assembleia declarou aberta a sessão, informando que o Chefe do Estado iria ler uma mensagem à Câmara.

Dirigindo-se à Assembleia Constituinte, o general Costa Gomes, depois de ter proferido algumas considerações sobre a complexidade do acto de legislar nos períodos revolucionários, declarou a dado momento do seu discurso:

### A verdade sobre Portugal

«No estrangeiro — declarou após o diálogo mantido com os representantes da Dinamarca e da Noruega — há uma imagem incorrecta do que se passa em Portugal. Por esse motivo tive oportunidade de explicar aos primeiros-ministros norueguês e dinamarquês a verdade sobre a situação portuguesa e posso acrescentar que a troca de impressões foi extremamente útil. Só é pena que não dispunhamos de mais tempo, pois numa simples conversa não é possível dar um esclarecimento completo de tudo o que se tem passado no nosso País e do curso do processo revolucionário. De qualquer modo, foi muito importante que tivéssemos realizado este encontro. Muita gente na Europa só conhece a realidade portuguesa através de pontos de vista partidários. Por isso é necessário que representantes do MFA possam dar a sua visão do nosso País.

«Tive a oportunidade — acrescentou — de explicar aos meus interlocutores o carácter do capitalismo monopolista de Estado que existia no anterior regime português, bem como as dificuldades encontradas junto dos latifundistas, a luta aberta que desen-

CONT. NA PÁG. 4



### DIA MUNDIAL DA CRIANÇA

(NA PÁG. 6)



«Socialismo há só um, o do Povo e mais nenhum!»

### 100 000 pessoas em Belém

## GRANDE JORNADA DE APOIO AO MFA

A unidade do Povo e do Movimento das Forças Armadas é o garante do avanço do processo revolucionário, iniciado em 25 de Abril de 1974, quando a ditadura fascista foi definitivamente varrida do nosso País, depois de ter sobrevivido 48 anos à custa da repressão e do medo. A unidade do Povo com o Movimento das Forças Armadas continua a ser — e cada vez mais — a defesa intransigente das conquistas já alcançadas e a determinação de continuar, em frente, rumo ao socialismo. E esta unidade que surgiu espontânea logo na manhã de 25 de Abril — na medida em que as massas trabalhadoras identificaram como seus os interesses dos militares que deitaram por terra o regime fascista — tem-se reforçado cada vez mais, sempre que alguma ameaça paira sobre o destino da Revolução.

As jornadas de 28 de Setembro e de 11 de Março são disso a prova concluyente. Assim como não deixam lugar a dúvidas todas as outras manifestações em que

as massas trabalhadoras vieram para a rua demonstrar o seu apoio ao MFA ou às medidas que este pôs em prática, como foi o caso das nacionalizações da banca, e das principais indústrias básicas ou a reforma agrária.

Presentemente, as classes trabalhadoras sabem qual o caminho a seguir para que os seus mais legítimos interesses sejam assegurados. Muitas das dúvidas que existiam anteriormente começam a estar perfeitamente esclarecidas: ou se está do lado da Revolução ou do lado da reacção.

As classes trabalhadoras começam agora a ver mais claro os interesses obscuros que estão por detrás de processos que descaradamente se intitulam progressistas. As terceiras vias não são mais do que o enfundamento ao grande capital e o continuar da exploração dos trabalhadores das fábricas e dos campos que mais não teriam do que a liberdade para poderem protestar, se tal lhes fosse permitido.

A manifestação de apoio ao

MFA, que decorreu na quarta-feira passada, promovida pelo nosso Partido e com a adesão do MDP/CDE, da FSP e ainda da UJC e da UEC, constituiu mais uma afirmação inequívoca de que as massas trabalhadoras, acreditando na unidade com o Movimento das Forças Armadas, não permitirão um retrocesso no rumo para o socialismo.

### Uma hora de manifestação

Convocada apenas com dois dias de antecedência e realizando-se quase à mesma hora em que a televisão transmitia em directo a final da Taça dos Campeões Europeus, a manifestação não deixou, por isso, de registar uma afluência esmagadora. No local da concentração — Cais do Sodré — muito antes das 19 horas já era grande a aglomeração de manifestantes, empunhando bandeiras nacionais ou grandes cartazes onde se podiam ler frases de apoio ao MFA. Nas ruas que convergiam para aquele local, continuavam a chegar ininterrop-

tamente grandes grupos de pessoas que se juntavam aos demais. Também os eléctricos e autocarros vinham cheios de todos os que se faziam deslocar dos pontos mais distantes da cidade. Da mar-

CONT. NA PÁG. 6

Avante!  
PÁGINA 2  
Dois processos  
inconciliáveis



Valentina Terechkova quando falava no grande comício do Pavilhão dos Desportos

## VALENTINA TERECHKOVA EM PORTUGAL

Valentina Terechkova, presidente do Comité das Mulheres Soviéticas e membro do Presidium do Soviete Supremo, deslocou-se a Portugal a

convite do Movimento Democrático das Mulheres, estando a visita integrada no âmbito

CONT. NA PÁG. 12

CONT. NA PÁG. 5



**N**A originalidade da Revolução portuguesa a prática da vida social e política do País, mostra que o «eleitoralismo» e o processo revolucionário são inconciliáveis. No nosso caso e no momento actual compreende-se por «eleitoralismo» a política que procura retirar do resultado de um acto eleitoral recheado de factores muito controversos, ainda mal analisado na sua estrutura interna, a força para impor soluções à problemática nacional concreta e em última análise para impor todo um sistema de sociedade que não correspondem nem à opção de facto expressa pelas massas populares nas eleições de 25 de Abril, nem à verdadeira correlação de forças sociais e políticas do País.

Esta conclusão não resulta de qualquer especulação tendenciosa de um partido político, o PCP, que recolheu apenas cerca de 13% dos votos do eleitorado, mas de uma apreciação realista dos acontecimentos políticos posteriores ao acto eleitoral. Basta ver no que resultou a manobra divisionista de grande estilo, levada a cabo no plano interno e externo, a propósito do caso «República», e determo-nos no significado das grandiosas comemorações do Dia Internacional do Trabalho — que o divisionismo não conseguiu castrar —, das imponentes manifestações de apoio ao MFA, em 28 de Maio, e da grande concentração popular que acolheu, no aeroporto, o Primeiro-Ministro, no seu regresso de Bruxelas, no domingo passado.

A vasta campanha das forças conservadoras internas e da reacção internacional, para isolar os comunistas portugueses e invertê-los, como vanguardas revolucionárias do actual processo político português, está a ser um novo reagrupamento de forças políticas que, nas suas primeiras manifestações na Assembleia Constituinte. A solidez deste reagrupamento é, porém, ilusória.

Temos aqui falado nos graves erros de cálculo dos que medem a sua real força e influência no País, pelo número de votos recolhidos no acto eleitoral. Os dois milhões de votos do partido mais votado não constituem a sua base real de manobra nem é uma massa manobrável de uma política de direita contra o processo revolucionário. É, sim, na sua esmagadora maioria, uma base de apoio desse processo e das suas duas componentes motoras.

O carácter inconciliável do «eleitoralismo» e do processo revolucionário salta à vista do observador minimamente informado. O «eleitoralismo» é uma excrecência, um apêndice, da demagogia de classe da burguesia, do seu falso democratismo. O anticomunismo que lhe está na essência tende a acirrar e a reagrupar as forças de direita sob uma capa de social-democracia contra as forças revolucionárias; a desenvolver toda uma acção provocatória contra elas; a isolar o PCP e dividir o MFA, e desta forma alentar os militares conservadores para um golpe contra-revolucionário que liquide, de vez, as conquistas da Revolução.

Aqui, também o erro de cálculo é flagrante e conduziria a severas derrotas da reacção.

A excrecência eleitoralista não tem força para infectar o processo revolucionário. A fórmula encontrada para anular e superar o carácter inconciliável destes dois processos foi o pacto entre os principais partidos políticos e o MFA. Este pacto e a firme aplicação das suas cláusulas, no caso de qualquer desvio na actuação política dos partidos, garante a solidez e a irreversibilidade do processo revolucionário. Ao mesmo tempo a estruturação e esforço das suas duas componentes, a sua dinamização, são condições decisivas para derrotar os intentos e manobras da reacção.

E, naturalmente, para desenvolver e robustecer a Revolução Democrática rumo ao socialismo.

A aliança Povo-Forças Armadas começa a adquirir um conteúdo novo, organizado, que lhe dará a verdadeira expressão motora. Nesta perspectiva de desenvolvimento a componente «Povo» será cada vez mais «Movimento Popular de Massas», assim como, através da sua institucionalização e das suas formas próprias de intervenção na conjuntura nacional, a componente Forças Armadas será cada vez mais Movimento das Forças Armadas-MFA.

Em tal perspectiva o «eleitoralismo» não tem hipótese. São duas dinâmicas diferentes apontando a objectivos diferentes e opostos.

A dinâmica do movimento popular implica a sua estreita vinculação às tarefas fundamentais da Revolução Democrática.

A estrutura monopolista e latifundiária herdada do

fascismo sofreu já, ou está em vias de sofrer, uma transformação radical. A democratização política está a ser acompanhada a passos largos pela democratização económica sem o que não se poderia falar em democracia autêntica rumo ao socialismo em Portugal.

A nacionalização dos sectores básicos e a crescente intervenção do Estado, em numerosas empresas, torna agora possível encarar formas novas de planificação, de gestão, de reconversão de actividades, impossíveis de considerar antes, à luz das velhas estruturas monopolistas desmanteladas.

Estas transformações impõem um urgente reajustamento ao nível da consciencialização e da organização dos trabalhadores. Nenhuma «batalha da produção» pode ser travada nem ganha, se a classe operária não apelar para a sua consciência de classe, a sua iniciativa criadora e a sua vocação organizativa. E, fundamentalmente, para a sua maturidade política.

Os trabalhadores portugueses têm, hoje, nas suas mãos a possibilidade excepcional de levar a cabo, em conjunto com poderosos aliados, uma profunda revolução que porá termo à exploração capitalista no seu País e lhes abrirá num curto prazo histórico as portas do socialismo.

A luta da classe operária varia de objectivos e de formas, segundo variam as condições em que é travada. Hoje a «batalha da produção» — que é complexa e não pode ser vista à luz de uma intensificação simplista dos ritmos de trabalho — implica toda uma atitude nova em face do processo produtivo.

O inimigo espreita as mínimas possibilidades de atirar os trabalhadores contra o processo revolucionário. A forma mais fácil é, aproveitando o baixo nível de vida das classes laboriosas e a partir de posições-chave ainda nas mãos, empurrá-las para processos de luta reivindicativa à base de reivindicações incomportáveis e irrealistas.

Há muita coisa que corrigir e sanear, há desigualdades gritantes que é preciso ir anulando tão rapidamente quanto possível, há um problema grave de desemprego e uma deterioração da situação material das massas que mal começa a travar-se com as magras melhorias salariais das últimas semanas, mas há também um poder novo onde as forças interessadas em levar avante as conquistas revolucionárias são preponderantes, um poder democrático — que é preciso democratizar ainda mais, mas que está aberto às aspirações dos trabalhadores; e o problema central que se coloca é saber se aqueles que têm hoje nas suas mãos a possibilidade real de pôr fim à exploração capitalista em Portugal e de edificar um País livre, independente e socialista, vão deitar fora o menino com a água do banho.

Por outras palavras, se os trabalhadores se vão deixar ou não arrastar numa onda de reivindicações irrealistas, desprezando as tarefas fundamentais de defesa do processo revolucionário e abrindo o flanco aos pescadores de águas turvas.

O «economismo» que tantos danos causou no passado ao movimento operário internacional é, hoje, em Portugal, erigido como uma das principais armas políticas das forças conservadoras contra o processo revolucionário.

A classe operária portuguesa tem dado sobejas provas de maturidade política e consciência revolucionária como principal força dinamizadora do movimento popular de massas e irá, certamente, vencer mais esta difícil batalha. Porém, para vencer, a arma da organização é fundamental.

O papel dos sindicatos será de uma extrema importância nas grandes transformações económicas e sociais que estão em perspectiva. Compreende-se porque os inimigos do processo revolucionário se empenham com tanto afã em dividir o movimento sindical português com fundas raízes na classe operária da cidade e do campo. Na base das tarefas prioritárias dos trabalhadores o movimento sindical reforçar-se-á e dinamizar-se-á.

Nas empresas, as comissões de delegados sindicais poderão ser organismos vivos e actuantes se operativos e animados do largo espírito unitário dos trabalhadores. Inspirados nesse espírito de unidade da classe operária os militantes e delegados sindicais não devem encerrar-se em compartimentos estanques em relação a outros organismos unitários de trabalhadores.

As comissões de trabalhadores são também justamente organismos unitários de classe, algumas de larga composição e representatividade, que têm encabeçado importantes lutas dentro das suas empresas. É indispensável arrancar todas as raízes do sectarismo nas relações entre os sindicatos e as comissões de trabalhadores. Um esforço

comum deve ser feito para desfazer barreiras e unificar e coordenar o trabalho dos diversos organismos de cada empresa. É preciso pôr de parte resolutamente preconceitos lesivos da unidade da classe trabalhadora e mobilizar todas as energias e capacidades para as tarefas comuns.

Esse esforço unitário é ainda mais imperioso nas empresas e sectores nacionalizados, onde difíceis problemas de reconversão e gestão se colocam desde já. A rápida elevação da capacitação técnica e administrativa dos trabalhadores, a formação de quadros técnicos saídos da classe operária, é uma exigência imediata nesta fase transitória de transformação dos sectores nacionalizados em precursores das formas socialistas de produção que apontam no horizonte.

No sector da agricultura a elevação da produção é uma exigência imediata e absoluta da economia do País e do abastecimento público. Sob a iniciativa dos assalariados agrícolas e dos pequenos e médios agricultores, as medidas de Reforma Agrária já promulgadas começam a transformar o panorama social dos campos do Sul. Nas regiões do latifúndio, centenas de famílias camponesas empenham-se, nas herdades entregues à exploração colectiva, em arrancar da terra produtos essenciais para o abastecimento agro-pecuário do País. Na dinâmica do movimento de massas passa, nos campos, por este esforço de cooperativismo agrário e de elevação da produção.

Também aqui o papel dos sindicatos e das ligas camponesas é imprescindível. Cooperativas se formaram, formas de cooperação e ajuda no trabalho estão a ser postas em prática nas herdades administradas pelos camponeses e é indubitável que, a par de outros organismos específicos, toda a orgânica já criada será um factor imprescindível de dinamização da Reforma Agrária.

Difíceis problemas exigem dos assalariados rurais do Sul e dos seus organismos de classe uma atitude reflectida. Juntamente com as herdades ocupadas pelos camponeses, alguns grandes agrários, temendo a expropriação das terras, fizeram sementeiras e prepararam-se para fazer as colheitas. Algumas dessas terras cultivadas são abrangidas pelas expropriações a realizar ao abrigo da Reforma Agrária. Quem deve colher e quem deve aproveitar o rendimento das terras que foram cultivadas são questões que devem ser resolvidas em estreita colaboração com órgãos estatais para a agricultura — o Ministério da Agricultura, o IRA — através dos quais será possível resolver os problemas de ajuda técnica e agrológica, os dos preços e dos circuitos comerciais e ainda os da industrialização de produtos.

Nos campos como nas fábricas, nos sindicatos como nas autarquias locais, nas comissões de moradores como nos conselhos de aldeia e nos Conselhos de Defesa da Revolução, nas assembleias populares de freguesia, concelho e distrito, em organismos populares para funções específicas da ordem mais variada, consiste a base da estrutura e da componente popular do processo revolucionário. Aí está o campo de acção de classe dos partidos democráticos, em especial da acção de vanguarda do partido revolucionário do proletariado português, o PCP.

O divisionismo de algumas forças ditas de esquerda, mas de facto empenhadas, em cheio, em soluções de direita pela via eleitoralista, confere ao MFA um papel mais directo na dinamização da aliança do movimento popular de massas com o movimento organizado das forças armadas.

Esta participação mais directa dos militares do MFA na dinamização da componente popular do processo não dispensa nem anula, antes pelo contrário, a acção de vanguarda do partido da classe operária portuguesa.

O PCP não abdica dessa acção de vanguarda no movimento de massas e, juntamente com outras organizações democráticas e com o MFA, sabe que só na base de uma larga e amistosa cooperação entre as forças mais consequentes da Revolução Democrática é possível assegurar o desenvolvimento normal do processo revolucionário que nos encaminhará rumo ao socialismo.

É aqui que reside a força capaz de infligir uma derrota demolidora nas concepções e nas práticas do eleitoralismo divisionista.

A contradição entre o eleitoralismo e o processo revolucionário saldar-se-á pela inevitável derrota do primeiro. A aliança Povo-Forças Armadas, Movimento Popular-MFA, sairá reforçada, como base fundamental de um estado genuinamente democrático, rumo ao socialismo.

O nosso Povo tem razão para estar confiante no desenvolvimento da sua luta revolucionária.

## Dois processos inconciliáveis



Os camaradas Carlos Costa e António Gervásio

# COMITÉ CENTRAL DO PCP

O Comité Central do Partido Comunista Português elegeu na sua última reunião o camarada Carlos Costa, da Comissão Política do CC,

para o Secretariado do CC e o camarada António Gervásio, membro efectivo do CC, para a Comissão Política.

# HOMENAGEM A GERMANO VIDIGAL

No próximo domingo, dia 8, o povo de Montemor-o-Novo vai prestar homenagem a mais um combatente da resistência antifascista, caído sob as balas assassinas da repressão. Trata-se do nosso camarada Germano Vidigal, presidente do Sindicato da Construção Civil de Montemor-o-Novo, assassinado pela PIDE a 9 de Junho de 1945.

Passaram trinta anos sobre a sua trágica morte, uma das muitas pelas quais foi repressível o regime de fascismo e espantosa a duração de 48 anos sufocou o nosso povo. A vida de Germano Vidigal constituiu, como a de tantos outros valerosos antifascistas mortos nas fileiras do combate pela causa popular, um exemplo revolucionário que o Povo Português mantém bem vivo. Germano Vidigal, tal como outros camara-

# CARTA DE ÁLVARO CUNHAL PARA GEORGES MARCHAIS

Foi publicada na edição de ontem de «L'Humanité», órgão central do Partido Comunista Francês, uma carta que o camarada Álvaro Cunhal enviou ao camarada Georges Marchais, secretário-geral do PCF, manifestando a gratidão do PCP pelas posições de solidariedade defendidas por aquele Partido irmão que, apesar das dificuldades internas que daí lhe advêm, não hesitou em defender o internacionalismo proletário.

Da carta publicada pelo jornal francês transcrevemos a seguir alguns extractos:

«O nosso Partido tem tomado conhecimento, com sincera gratidão, das posições de fraternal solidariedade do PCF em relação com a difícil luta que as forças democráticas e revolucionárias portuguesas estão travando para construir no nosso País um regime que alie as mais amplas liberdades a profundas transformações económicas e sociais, a caminho do socialismo.»

«A firme defesa das forças revolucionárias portu-

guesas pelo PCF, o facto de ele ser em França uma voz que diz a verdade sobre o que se passa em Portugal, desmentindo os detractores da jovem democracia portuguesa, constitui uma ajuda efectiva ao povo e às forças democráticas do nosso País, empenhados na defesa das liberdades contra aqueles que querem fazer regressar Portugal ao passado fascista.»

«Defendemos, firmemente, que cabe ao Povo Português decidir do seu futuro e temos o direito de exigir que cessem ingerências estranhas nas questões internas portuguesas e que a vontade do nosso povo seja respeitada.»

«Na difícil luta do Povo Português pela construção de um regime democrático a caminho do socialismo, estamos certos de poder contar sempre, como sempre contámos nos anos negros do fascismo, com a solidariedade fraternal do PCF, baseada na identidade de interesses e aspirações dos trabalhadores dos nossos dois países, e inspirada nos ideais do internacionalismo proletário.»

ÁLVARO CUNHAL

# Álvaro Cunhal no comício de homenagem a Valentina Terechkova

# PORTUGAL CONTA COM A AMIZADE DA URSS

Querida camarada Valentina Terechkova.

Gemadas e amigos:

Para o povo português, para todos nós, é uma grande honra e uma grande alegria termos conhecido em visita ao nosso Portugal a liberdade e a fraternidade, a primeira polícia que visita a pôr fim de um mundo de guerra, a primeira polícia que visita a pôr fim de um mundo de guerra, a primeira polícia que visita a pôr fim de um mundo de guerra.

Grande alegria e motivo de emoção, vemos junto com os trabalhadores portugueses, junto com o nosso povo, a camarada simples e sensível, cujas palavras e gestos traduzem, de forma expressiva, a sincera, segura e fraternal amizade do povo soviético para com o povo português.

Vem de longe a amizade entre o povo português e o povo soviético.

Vem de 1917, da hora da criação do primeiro estado de operários e camponeses, da primeira polícia que visita a pôr fim de um mundo de guerra, a primeira polícia que visita a pôr fim de um mundo de guerra, a primeira polícia que visita a pôr fim de um mundo de guerra.

Vem do tempo da guerra anti-hitleriana em que o povo português acompanha com apoio e entusiasmo a gloriosa luta em que o povo soviético, defendendo com sacrifícios imensos a sua pátria socialista, lutava também pela liberdade de todos os povos do mundo.

Vem dos anos da ditadura fascista, dessa época em que o povo português estava privado das mais elementares liberdades, em que aos protestos respondia o Governo com perseguições, prisões, torturas, deportações, condenações e assassinios, transformando Portugal num campo de concentração.

Nessa época alguns que no estrangeiro hoje lançam caluniosos ataques contra a nossa jovem democracia acusada de não assegurar as liberdades, apoiavam, abertamente, com a complacência ou com o silêncio o regime de intolerância brutalidade, ilegalidade, arbítrio e despolítica que tiranizava o nosso povo.

Alguns que hoje nos atacam porque em Portugal o povo é livre e quer decidir dos seus destinos sem ceder às pressões externas, nunca tiveram uma palavra de solidariedade para com o nosso povo nos anos de tirania fascista.

Inversamente, nesses anos terríveis, houve um povo que esteve sempre ao lado do povo português; que deu provas constantes de solidariedade, que levantou na arena internacional a sua poderosa voz de protesto contra o regime que nos oprimia; que dia a dia deu repetidas e firmes provas de apoio e ajuda à luta do povo português; que recebeu militantes operários e democratas; e que numa extrema prova de sensibilidade acolheu e educou filhos de presos e perseguidos, crianças que partiram chorando, deixando os seus pais nas prisões, ou na clandestinidade, e voltaram a nós (alguns aqui hoje conosco) saudáveis e felizes depois de terem reencontrado os seus enes queridos e a sua Pátria libertada.

Esse povo que assim procedeu, que soube ser amigo nos trágicos anos de ditadura fascista, foi o povo soviético, criado e educado pelo Partido Comunista da União Soviética nos ideais do internacionalismo proletário.

# O povo português sabe distinguir os verdadeiros dos falsos amigos

O governo fascista procurou sempre ao longo dos anos impedir ou dificultar os contactos entre o povo português e o povo soviético. Os fascistas pretendiam manter o nosso povo na ignorância das vitórias históricas do povo soviético, da transformação da antiga Rússia dos Tsars, atrasada, miserável, oprimida, num grandioso país de progresso, de justiça e igualdade social, país libertado da exploração capitalista e da opressão nacional e colonial, país onde não só foi reconhecida de direito mas assegurada de facto a igualdade do homem e da mulher — de que é brilhante testemunho o facto de que a única mulher cosmonauta do mundo é uma cidadã soviética — a nossa querida hóspede Valentina Terechkova.

Todos sabemos que mesmo no Portugal de hoje há quem tente impedir (e que em algumas regiões consiga impedir) os comunistas de tomarem contacto com o povo, de informarem, de lhe exporem as suas ideias e os seus objectivos. E procedem assim porque querem que o povo continue a acreditar nas mais grosseiras e absurdas calúnias anticomunistas: que os comunistas tiram as terras, tiram as vinhas, tiram as casas, tiram as roupas, tiram os filhos, matam mesmo os velhos com uma injeção atrás da orelha quando já não podem trabalhar.

Da mesma forma, os fascistas procuravam impedir que os portugueses fossem à União Soviética, para poderem continuar a fabricar e a propagar todas as mentiras acerca do país dos soviéticos, de forma a abalar a confiança dos trabalhadores na revolução socialista, a confiança na sua libertação do domínio do capitalista.

Se é certo que os fascistas conseguiram fomentar em parte do nosso povo reservas e desconfianças anticomunistas e anti-soviéticas, não conseguiram entretanto impedir que portugueses fossem à União Soviética, ver com os seus próprios olhos a nova e exaltante realidade do país de Lenine para depois transmitirem o seu testemunho ao povo português.

Durante muitos anos, ir à União Soviética era considerado um crime. Muitos militantes operários foram presos, maltratados, condenados e deportados, acusados do crime de terem ido à União Soviética.

Nos últimos anos de ditadura, abalada pelo poderoso movimento democrático, o rigor tinha abrandado. Era porém ainda um acto de coragem ir à União Soviética e voltar com a sua palavra de apoio e aplauso. O Prof. Henrique de Barros, que hoje aqui toma

parte conosco nesta grande sessão, conta-se entre os portugueses que foram à URSS e o livro que então publicou constitui, no essencial, uma contribuição para aproximar o povo português da realidade do socialismo triunfante.

O 25 de Abril, restituindo ao povo português a liberdade política, abriu caminho para amplos contactos com os outros povos, para um mais directo conhecimento da URSS e de outros países socialistas.

As relações directas entre o povo português e os povos dos países socialistas vieram juntar-se às relações entre o novo Estado democrático de Portugal e os Estados socialistas.

Com a instauração e a consolidação da situação democrática em Portugal e com o progresso da revolução em direcção ao socialismo abrem-se extraordinárias perspectivas de cooperação internacional, mutuamente vantajosa.

Apesar dos entraves das forças reacçãoárias e conservadoras, deram-se passos importantes no desenvolvimento das relações de Portugal com a URSS. Foram assinados acordos. As exportações portuguesas para a URSS, embora em começo, permitiram já aliviar dificuldades em alguns sectores.

As perspectivas do desenvolvimento das relações de Portugal com a URSS (assim como com outros países socialistas) no domínio comercial, económico, tecnológico, são imensas e de particular importância para que Portugal possa garantir o seu desenvolvimento independente.

Tudo devemos fazer para que essas perspectivas se concretizem. Será para isso necessário vencer resistências, preconceitos, intrigas, sabotagens. Estamos em condições de vencer essas dificuldades e estamos confiantes em que as venceremos.

Há ainda quem queira afastar o nosso Portugal democrático a caminho do socialismo da cooperação estreita com os países socialistas, particularmente com a União Soviética. Não o conseguirão. A União Soviética tem mostrado ser um grande amigo do novo Portugal democrático. O povo português sabe e saberá distinguir os verdadeiros dos falsos amigos. O povo português está profundamente interessado nessa amizade e tudo fará para que se aprofunde dia a dia uma cooperação estreita e fecunda.

Camaradas:

# Os trabalhadores portugueses estão com a União Soviética

Mensageira de paz, de amizade, de solidariedade, Valentina Terechkova trouxe-nos as palavras amigas e solidárias do povo soviético.

Essa mesma amizade justifica que lhe peça que, de regresso à União Soviética, seja também a nossa mensageira a do povo de Portugal, transmitindo ao povo soviético a expressão do nosso reconhecimento e a afirmação do nosso inabalável propósito de levar por diante a revolução portuguesa.

Pedimos que diga ao povo soviético que o povo português vive em liberdade e em paz, e que deseja continuar a viver em liberdade e em paz. Estamos firmemente dispostos a defender e a consolidar as amplas liberdades alcançadas, a construir um Estado democrático e a instaurar um regime em que possam livremente falar, escrever, associar-se, organizar-se, reunir-se, manifestar-se todos os portugueses e portuguesas que queiram viver em liberdade e respeitar e defender a liberdade.

Pedimos que diga ao povo soviético que o povo português iniciou profundas transformações económicas e sociais, com a liquidação do poder económico dos monopólios, com a nacionalização da banca e de sectores fundamentais da indústria e dos transportes, com medidas que iniciam a reforma agrária. Estamos firmemente dispostos a construir não apenas uma democracia política, mas uma democracia económica e social, em que seja finalmente abolida a exploração do homem pelo homem.

As forças da reacção internacional exercem as mais variadas pressões sobre Portugal para que sejam entravado e interrompido o processo revolucionário, para que sejam postas em causa as conquistas alcançadas desde o 25 de Abril, para que o povo português se conforme a viver eternamente sob a exploração capitalista. O povo português já deu porém resposta. Portugal será democrático e será socialista.

Pedimos que diga ao povo soviético que o povo português, arrasado durante muitos anos numa criminosa guerra colonial contra povos cujos profundos interesses eram (como continuam sendo) idênticos aos seus, guerra contra a qual lutaram sempre corajosamente as forças democráticas e particularmente a juventude portuguesa, coopera hoje estreitamente com os povos das antigas colónias portuguesas com vistas à conquista ou à consolidação da sua independência.

Pedimos que diga ao povo soviético que o povo português quer viver em paz e amizade com todos os povos do mundo. Que estamos profundamente interessados no desenvolvimento das relações de cooperação estreita e fraternal com a grande e gloriosa União Soviética.

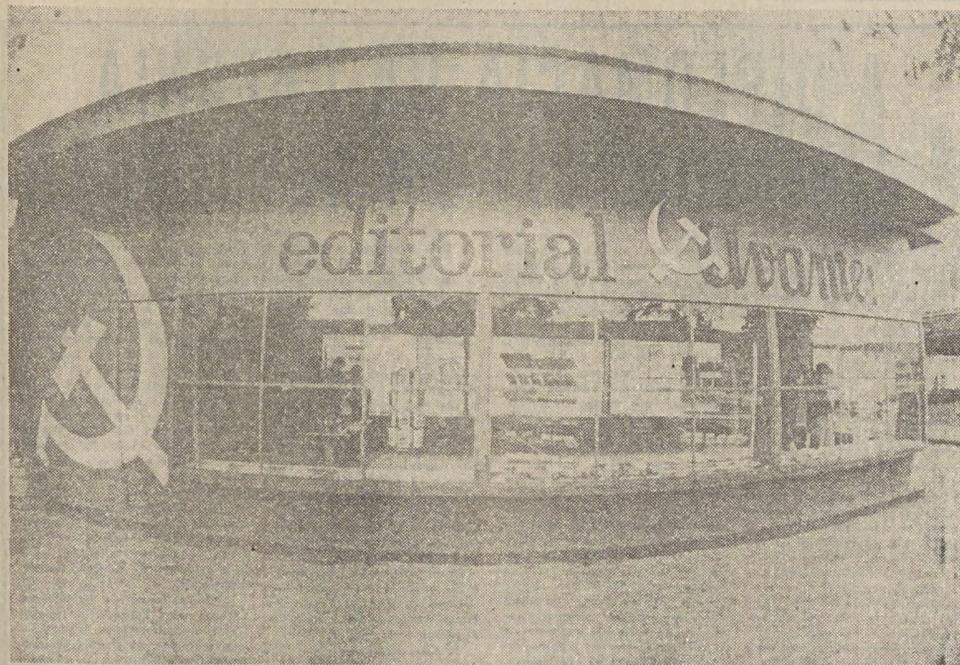
Nós sabemos bem que a União Soviética se conta entre os grandes amigos do novo Portugal democrático. Na grande luta comum pela libertação da Humanidade, a União Soviética está com a revolução portuguesa. Os trabalhadores portugueses estão por sua vez, como sempre estiveram, com a União Soviética.

O povo português está confiante na vitória final. As forças da revolução são suficientemente poderosas para assegurar o prosseguimento da construção de um regime democrático a caminho do socialismo. A aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas, mantendo-se sólida e confiante, torna irreversível e invencível a nossa revolução.

Viva Portugal democrático, a caminho do socialismo!

Viva a União Soviética, baluarte dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo!

Viva a amizade fraternal e inquebrantável do povo português com o povo soviético!



O pavilhão da Editorial «Avante!» na Feira Popular de Lisboa

# UM NOVO PORTUGAL

A liberdade que o 25 de Abril trouxe ao nosso País é um facto comprovado, mesmo nas coisas mais insignificantes. E o que há pouco mais de um ano não passaria de um sonho longínquo a conquistar, traduz-se hoje por realidades bem vivas, presentes a todos os portugueses.

Durante o fascismo, todos recordamos os cuidados especiais que era necessário ter com os telefones, como veio a comprová-lo o desmantelamento da PIDE/DGS. A mínima suspeita era o suficiente para que aquela polícia repressiva passasse a escutar as conversas. No entanto, agora que foi publicada a nova lista telefónica, lá figuram os números do Partido Comunista Portu-

guês, do jornal «Avante!» e da Editorial Avante.

O mesmo sucede na Feira Popular de Lisboa, onde um pavilhão da nossa editora vende ao numeroso público que o frequenta, os livros que anteriormente apenas circulavam clandestinamente. Aliás, quando for inaugurada a Feira do Livro, em Lisboa, também a Editorial Avante se fará representar.

Com a liberdade reconquistada, o nosso Partido surgiu à luz do dia com a sua organização, procurando tornar mais activa toda a comunicação, que, durante os cinquenta anos de repressão, nunca deixou de manter com as massas trabalhadoras, quer promovendo sessões de esclarecimento, quer vendendo a sua imprensa e as suas publicações, que é

outra forma de esclarecimento. Por isso estas iniciativas, que procuraremos sempre multiplicar no intuito de tornar a presença do nosso Partido extensiva a todas as realizações frequentadas pelas massas trabalhadoras de molde a que estas possam contactar facilmente com o seu Partido.

Table with 2 columns: Name and Address/Phone Number. Includes entries for various individuals and organizations like 'Editorial Avante!', 'Revistas 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100'.

# BREVES NOTÍCIAS

- O nosso Partido promove, no próximo domingo, no ginásio da Escola Industrial de Moura, uma reunião de professores dos distritos de Portalegre, Évora, Beja e Faro. Será debatida a problemática do ensino no contexto político actual, focando-se questões como a recondução de professores, saneamento, trabalho de férias, etc. Estarão presentes representantes dos organismos de classe. O nosso Partido através da célula dos professores comunistas, convidou todos os professores progressistas de qualquer grau de ensino e que trabalhem nos distritos mencionados, a participar nesta reunião.
- Na Malveira, no próximo domingo, será dia de festa e convívio popular. Sob iniciativa do nosso Partido, realizar-se-á, às 10 e 30, um encontro de futebol entre os «Folcões da Malveira» e os «Marteiros de Cascais»; às 12 e 30, largada de bombos no campo de futebol; às 13 horas, almoço e piquenique na mata; às 15, canto livre, com a participação das camaradas Arminda Filipe, Júlia Babo, José Viana e Dora Leal. Estarão presentes camaradas do Comité Central do nosso Partido.
- No concelho de Santo Tirso, o nosso Partido promove no próximo sábado, às 21 e 30 horas, sessões de esclarecimento em Rebordões, na escola primária da Ribeira, para trabalhadores têxteis, e em Areeiras na Casa do Povo da Saúde.
- A organização do PCP da Cova da Piedade promove no próximo domingo, a partir das 8 horas, no Convento dos Capuchos, um convívio. Haverá provas desportivas, canto livre, poesia, jograis, teatro e baile e ainda um grande piquenique.

Advertisement for Álvaro Cunhal's book 'O Socialismo Vai Bem' (Socialism is Good). The text includes the author's name 'ÁLVARO CUNHAL' and the title 'O SOCIALISMO VAI BEM' by Michel Janet. It describes the book as a collection of essays on socialism and its role in Portugal's development.

Advertisement for 'O Socialismo Vai Bem' (Socialism is Good) by Michel Janet. The text includes the author's name 'MICHEL JANET' and the title 'O SOCIALISMO VAI BEM'. It describes the book as a collection of essays on socialism and its role in Portugal's development.

# Pedidos à Editorial «Avante!»

# A DIPLOMACIA DA CALÚNIA E A DIPLOMACIA DA REVOLUÇÃO

# PORTUGAL E A NATO

Só os inimigos da autêntica democracia têm motivos para temer a Revolução Portuguesa. Mas esses inimigos existem e desencadearam, no estrangeiro, uma campanha que visa deturpar grossieramente a imagem do processo em curso. Tal campanha não seria, porém, possível sem a ajuda de forças políticas que em Portugal também se empenham em criar obstáculos às transformações revolucionárias que estamos a viver.

A viagem do Primeiro-Ministro a Bruxelas, permitiu-lhe verificar que de facto a desinformação sobre assuntos portugueses é artificialmente provocada e ofereceu-lhe a oportunidade de rectificar juízos e conceitos falsos difundidos em toda a Europa Ocidental, por personalidades e órgãos de informação interessados em criar uma atmosfera desfavorável à nossa Revolução.

«Se o caso «República» entre nós — declarou ao regressar o general Vasco Gonçalves — foi exagerado com fins a que viesse a ter repercussões no momento em que iam a cimeira de NATO, e que daí viesse distorção dos acontecimentos que se passam em Portugal, se assim se terá passado, esses objectivos foram conseguidos, porque nos tivemos de esforçar por explicar claramente aos nossos interlocutores e a toda a gente, numa conferência de imprensa, e aos nossos emigrantes, que as liberdades não estão em perigo em Portugal.»

Essas palavras, só por si, colocam-nos diante da gravidade das consequências da campanha desenvolvida no estrangeiro, a partir da exploração tendenciosa do episódio da «República».

Nem no 23 de Setembro, nem no 11 de Março, foram publicadas nas colunas dos grandes órgãos da imprensa ocidental tantas mentiras, tantas calúnias, tantas declarações fantasistas e provocatórias destinadas a falsar a imagem da situação existente em Portugal.

Os telegramas enviados por certas agências noticiosas, as crónicas dos enviados especiais de grandes jornais e revistas e as entrevistas concedidas por algumas individualidades políticas

portuguesas atribuem caluniosamente ao nosso Partido a responsabilidade pelo caso da «República», pintam o quadro sombrio de um País onde a liberdade de informação teria sido suprimida e atacam venosamente o MFA. Dir-se-ia, tal a semelhança e a orientação de todas essas reportagens, artigos e entrevistas, que foram o resultado de um plano maduramente concebido e executado com o objectivo de desacreditar a Revolução Portuguesa, perante amplos sectores da opinião pública ocidental.

A revista norte-americana «Time», mais uma vez, desinformou os seus leitores. Evocou os acontecimentos do 1.º de Maio, deperdiu-os, relacionou-os com o episódio da «República». Segundo o «Time», «os comunistas tentaram, durante semanas, controlar os editoriais políticos da «República», um dos últimos jornais não comunistas em Lisboa». Essas «intimidações» teriam sido repetidas por Raul Rego, cuja demissão teria sido exigida por uma comissão dominada por tipógrafos comunistas. É assim que a «Time» conta a história, num artigo florido de mentiras, de insinuações ofensivas para o Conselho da Revolução, de elogios calorosos ao dr. Mário Soares, segundo o qual o nosso país não estaria a ser conduzido «para o socialismo, mas sim para uma degradação económica e para a anarquia».

Em longas reportagens e nos artigos do sr. Jean François Revel, o semanário francês «L'Express» esboça um quadro de caos e ódio, glorificando também o Partido Socialista como defensor heróico das liberdades num Portugal onde os comunistas e o Conselho da Revolução estariam empenhados em criar condições para a implantação de uma ditadura. «L'Aurore», pela pena do sr. Jean Jolly, proclama em tom de tragédia que, 85% dos portugueses disseram «não ao marxismo» e tece intrigas contra o Presidente Costa Gomes.

Em Londres, o «Guardian», um jornal que pretende colocar-se à esquerda dos trabalhadores, abre uma crónica de Lisboa com a afirmação de que os dirigentes

do MFA sugeriram a criação de um movimento civil armado e a implantação da ditadura do proletariado». Publica, também, vementes calúnias anticomunistas de vários dirigentes social-democratas.

Certos círculos da social-democracia europeia, pelo seu lado, intensificaram, nos últimos dias, a sua campanha contra a Revolução Portuguesa. Por trás das palavras, das acusações falsas, por detrás do anticomunismo, por detrás das críticas ao MFA, destacadas personalidades da II Internacional deixam transparecer a sua frontal oposição ao processo em curso em Portugal. Querem preservar o moribundo capitalismo português, evitar o desmantelamento dos monopólios e do latifúndio. Não querem que a sociedade portuguesa se transforme numa sociedade socialista. E pedem apoio total ao PS.

É sintomático que numa reunião sigilosa de jornalistas realizada numa capital europeia, à qual compareceram os «príncipes» da imprensa ocidental, Raymond Aron, do «Figaro», de Paris, tenha dirigido um apelo a todos os presentes para que, nos seus órgãos de informação, concedam o máximo destaque ao noticiário anticomunista, e todo o apoio ao Partido Socialista. O dono do «L'Express», J. J. Servan Schreiber, outro «príncipe», identificou-se totalmente com essa posição.

É evidente que as declarações de conhecidos individualidades do PS, têm contribuído, decisivamente, para alimentar a campanha de mentiras tecida em torno do caso da «República».

O jornalista, dr. Raul Rego, por exemplo, deu uma entrevista ao «Globo», do Rio de Janeiro. Segundo aquele diário, afirmou que «nem no tempo de Salazar e Caetano» sofrera «tamanha pressão», acrescentando que «o mal dos militares portugueses é julgar que sabem tudo quando, afinal, não sabem nada».

Essas afirmações, pela sua gravidade, foram reproduzidas em Portugal, e o dr. Raul Rego, em carta enviada ao «Diário de Notícias» informou que as palavras que lhe haviam sido atribuídas,

não correspondem à realidade, nem ao seu pensamento. Não explicou, porém, por que motivo dera uma entrevista a um jornal que se vem destacando pelo seu ódio à Revolução Portuguesa. Quando falou à correspondente do «Globo», o dr. Raul Rego certamente sabia que a senhora Cristina Gurjão é uma fascista, amiga íntima do fascista Carlos Lacerda, e que as suas calúnias sobre Portugal têm sido denunciadas publicamente. E, contudo, não hesitou em prestar declarações a um tal jornal e a uma tal correspondente.

O mesmo jornal que acaba de publicar uma entrevista do general reaccionário, Galvão de Melo, com insinuações caluniosas contra os membros do Conselho de Revolução.

Até na forma de ilustrar os artigos sobre Portugal, certos órgãos de informação deixam transparecer, com clareza, os seus objectivos políticos. A «Time» abriu a sua última reportagem sobre o nosso país com uma fotografia tirada numa tipografia. A legenda é uma verdadeira provocação: «Trabalhadores comunistas na «República». «L'Aurore», porta-voz dos sectores mais reaccionários da direita francesa, publicou uma grande fotografia a três colunas do dr. Mário Soares, distribuindo panfletos nas ruas de Lisboa. A legenda define o jornal e os fins do artigo: «Mário Soares, chefe do PS português, põe as mãos na massa. Como os militantes de base, distribuiu panfletos convidando a população de Lisboa a manifestar o seu apoio a Raul Rego, chefe de redacção do jornal «República», tomado, ontem, pelos comunistas».

Ante tais atitudes, não é de estranhar que o general Vasco Gonçalves tenha encontrado, em Bruxelas, interlocutores totalmente desinformados sobre a Revolução Portuguesa. Na Europa, e fora da Europa, está em formação uma Santa Aliança empenhada em combater, através da calúnia, o processo revolucionário português. E a calúnia, nos planos dos seus promotores, é o primeiro passo para o cerco económico a Portugal com que sonham.

CONT. DA PAG. 1

cadearam contra as classes trabalhadoras. Expliquei que a revolução burguesa de 1910 não promovera uma divisão da propriedade. Uma classe foi substituída por outra sem que isso alterasse a fisionomia social e económica do País. Tentei também explicar o processo de nascimento e de desenvolvimento do MFA. Mas tudo isso é complicado, exige tempo que é uma coisa que aqui hoje não temos. Continuo convicto de que a situação portuguesa precisa de uma grande acção de esclarecimento em toda a Europa, a fim de que os nossos actos e as nossas ideias sejam interpretados. A informação sobre Portugal não pode ser colhida através das viagens ao estrangeiro dos dirigentes políticos.»

Sobre a cimeira propriamente dita disse: «Não nos têm sido pedidas garantias de espécie nenhuma. Isso é necessário. Estamos na NATO e não desejamos ser um cavalo de Troia dentro desta organização. Pensamos que a nossa permanência na Aliança é positiva no sentido de não prejudicar o equilíbrio de forças sobre o qual assenta o sistema de segurança na Europa. Por outro lado, a NATO não pode deixar de sentir-se feliz com a nossa presença, pois a verdade é que substituímos um regime fascista, que também era membro da Organização, por outro democrático.»

E, respondendo a uma pergunta que reflectia a campanha orquestrada em toda a Europa por forças empenhadas em deturpar a realidade portuguesa, disse:

«As acusações de que o regime português é comunista constituem acções da reacção internacional e nacional com o objectivo de travar a marcha do nosso povo no sentido do progresso e da liberdade.»

## O caso da «República»: simples conflito laboral

Durante a conferência de imprensa que deu, posteriormente, para corresponder a dezenas de pedidos de entrevistas dos enviados especiais dos órgãos mais influentes da imprensa ocidental, o

Primeiro-Ministro aprofundou alguns desses temas e abordou outros, como o caso da «República», assunto de comentários e especulações estimulados pelo comportamento de forças e personalidades políticas portuguesas.

«Penso — declarou — que as conversações travadas foram muito úteis porque tivemos oportunidade de expor, com verdade, a situação política em Portugal. Notei nestes encontros uma certa falta de informação e também os reflexos do empolamento de certos assuntos, entre os quais o caso do jornal «República», que tem sido apresentado, por vezes, como início do fim da liberdade de imprensa em Portugal. Tive oportunidade de explicar esse caso, que se reduz a um conflito laboral, e de afirmar que a liberdade não está em perigo no nosso país. Pelo contrário, Portugal é talvez, hoje, o país mais livre do Mundo.»

Aludindo ao encontro com o primeiro-ministro britânico, disse: «A conversa havida com Wilson desenrolou-se num ambiente extremamente caloroso. A delegação inglesa manifestou a opinião de que a nossa política de descolocação era de grande significado para todo o Mundo, transcendendo o plano da situação em África.» Quanto ao encontro com Pierre Trudeau, primeiro-ministro do

para melhor explorar o nosso povo. Vós tivestes de abandonar o vosso País, estais longe do vosso povo e da terra que conheceis melhor. Ao menos não deixeis que vos dividam. Uni-vos! Uni-vos! Uni-vos!»

E, contestando intrigas e desfazendo boatos espalhados pela reacção ascensionista, disse: «Dizem que o Conselho da Revolução não está unido, que há diversas linhas de pensamento no Conselho da Revolução. Tudo isso são falsidades. Posso garantir-vos que o Conselho da Revolução está unido, unido como os dedos das mãos.»

O almirante Rosa Coutinho foi também aplaudido com entusiasmo pelos trabalhadores quando abordou o tema da «opção socialista» do MFA. «Queremos um socialismo a sério e não de fachada.» Os trabalhadores responderam em coro: «Socialismo sim, viçariga não!» «Essa opinião é também a nossa», esclareceu o almirante.

## Unidade Povo-MFA

Acorrendo em massa ao aeroporto, à chegada do Primeiro-Ministro, general Vasco Gonçalves, o povo reafirmou, uma vez mais, a indissolubilidade da sua aliança com as Forças Armadas. A tarde de domingo ficou, assim, a constituir mais uma importante data na edificação da sociedade socialista, objectivo comum às massas populares

que transcrevemos noutra local, após o que se dirigiu à varanda do aeroporto, onde foi apoteoticamente recebido pela multidão. Nessa altura, o Presidente da República, general Costa Gomes, dirigiu-se à imensa massa humana presente no aeroporto. «É com extraordinária emoção que eu vejo aqui reunido o povo de Lisboa, para prestar homenagem ao sr. Primeiro-Ministro, que em Bruxelas, junto dos primeiros-ministros dos Governos da NATO, defendeu a nossa Revolução e esclareceu os princípios que nos norteiam», começou por afirmar o Presidente da República.

## «Socialismo só há um»

Respondendo às palavras de ordem da multidão, que exigiam unidade das forças interessadas na construção de uma sociedade socialista, o general Costa Gomes prosseguiu: «Estamos de acordo convosco. O que nós necessitamos é sobretudo de unidade para podermos vencer a batalha do trabalho e para criarmos uma sociedade na qual a justiça, a fraternidade entre os homens e o amor não sejam palavras vãs.» Tendo sido interrompido pela multidão que gritava «Socialismo há só um, o do povo e mais nenhum», o general Costa Gomes continuou: «Também acreditamos que socialismo só há um, o do povo, mas, para obtermos a



O general Vasco Gonçalves e o almirante Rosa Coutinho à chegada a Lisboa

Canadá afirmou: «As conversações com Trudeau foram verdadeiramente amistosas. O primeiro-ministro canadiano mostrou a melhor compreensão dos problemas portugueses.»

Ainda sobre o episódio da «República», tema de constantes perguntas, reafirmou com clareza a posição já definida: «Este caso foi objecto de grandes especulações. Na realidade tratava-se de um conflito existente já há vários meses entre a direcção e os operários. Se mandamos pôr selos, foi a pedido da direcção. Em Portugal não há censura; pode dizer-se o que se quiser.»

## Encontro com emigrantes

A atmosfera da sessão de esclarecimento realizada em Ixelles, com trabalhadores portugueses foi, como se esperava, muito diferente da que caracterizou os encontros com estadistas e jornalistas estrangeiros. O Primeiro-Ministro e o almirante Rosa Coutinho foram aplaudidos calorosamente pelos 3 000 emigrantes presentes, vindos de toda a Bélgica e também da França, da RFA e do Luxemburgo.

Foi um autêntico comício, informal, entusiástico, semelhante a outros realizados em Portugal, com vivas à Revolução e ao MFA.

«Os agentes da reacção — afirmou a certa altura o general Vasco Gonçalves — que hoje dizem aos emigrantes não mandarem o seu dinheiro para Portugal, são os mesmos que no tempo do fascismo utilizavam as remessas dos que se viam obrigados a abandonar Portugal

organizadas e aos patriotas do Movimento das Forças Armadas.»

Foi mais uma jornada que as massas populares transformaram em dia de luta pelo socialismo, mais um dia em que o movimento popular de massas reafirmou que, na sua indestrutível aliança com o MFA, há de construir em Portugal o Socialismo, a Paz e a Independência Nacional.

O general Vasco Gonçalves, no seu regresso de Bruxelas, foi recebido, pode dizer-se, pela aliança Povo-MFA. A comprová-lo, basta dizer que aguardavam o Primeiro-Ministro o Presidente Costa Gomes, destacados membros do Conselho da Revolução, ministros e muitos milhares de pessoas que saudaram entusiasticamente Vasco Gonçalves e, saudando-o, saudaram o MFA e o Socialismo. Presenças, igualmente, delegações de partidos políticos, entre as quais uma do Partido Comunista Português, constituída pelos camaradas Octávio Pato, membro do secretariado e da Comissão Política do Comité Central, e Francisco Miguel, membro do CC do nosso Partido.

Enquanto aguardava a chegada do Primeiro-Ministro, a multidão, milhares de pessoas ali reunidas com o único objectivo de provar que o Povo está com a Revolução Socialista, ia entoando palavras de ordem que mostram esse objectivo: «Avante, Avante, Rumo ao Socialismo», «Socialismo há só um, o do Povo e mais nenhum.»

A chegada, do Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves pronunciou importante discurso,

victória que proclamais, necessitamos de estar unidos no mesmo ideal, unidos no trabalho e nas diferentes batalhas que temos de travar e que são todos os dias mais difíceis. É necessário que todos nós punhamos acima dos nossos partidos, das nossas posições e das nossas crenças o ideal da Pátria, a finalidade última da batalha da produção: a revolução cultural por que todos ansiamos. Viva Portugal! Viva o Socialismo do Povo! Viva a Unidade!»

## Criar uma sociedade nova

O general Vasco Gonçalves, visivelmente emocionado, saudou seguidamente a multidão, tendo dado vivas à aliança Povo-MFA e a todos os trabalhadores empenhados na batalha da produção. Também o general Carlos Fábão, chefe do Estado-Maior do Exército e membro do Conselho da Revolução usou da palavra, tendo afirmado no meandros:

«Estamos profundamente gratos ao Primeiro-Ministro. Não foi só ele que foi a Bruxelas. Com ele foi a alma do povo trabalhador português, de um povo que luta para se libertar de um passado negro e criar uma sociedade nova.» No passado domingo, o povo de Lisboa mostrou uma vez mais, tal como na grande jornada unitária do 28 de Maio, que está disposto a «faticar o socialismo na nossa Pátria, reforçando a sua unidade e a aliança com os patriotas do Movimento das Forças Armadas. Com tal unidade, com tal aliança, a reacção não passará e construiremos o Socialismo.»

# A REACÇÃO ESTÁ A TENTAR SABOTAR AS MEDIDAS AGRÍCOLAS DO GOVERNO

Dirigindo-se aos pequenos e médios agricultores a comissão do nosso Partido para o Trabalho Camponês no Norte divulgou o seguinte comunicado, em que se debruça em profundidade sobre a reacção nos campos:

A Reforma Agrária está na ordem do dia. As declarações feitas pelos responsáveis do Ministério da Agricultura asseguram que não se tocará num milímetro de terra dos pequenos e médios agricultores proprietários. Está em marcha o saneamento e a reorganização dos circuitos comerciais dos produtos agrícolas e dos produtos industriais necessários à lavoura e pecuária (adubos, rações, etc.). Avança-se no sentido de pôr fim ao parasitismo dos grandes intermediários e à exploração dos agricultores pelos capitalistas das fábricas de adubos, pesticidas, máquinas agrícolas. Foram ou estão a ser revistos os preços de alguns produtos agrícolas, como é o caso do leite, carne, milho e trigo. Encontra-se em fase de aplicação a nova Lei do Arrendamento Rural. Foi estabelecido recentemente um crédito de emergência, em espécie, facilitando assim o fornecimento de adubos e outros produtos aos pequenos e médios agricultores. Dinamiza-se a formação de Ligas e Associações de pequenos e médios agricultores, a constituição de novas cooperativas e o saneamento das existentes.

As manobras dos intermediários, absentistas e saudosistas do fascismo

A Comissão do PCP para o Trabalho Camponês no Norte considera estas medidas como passos importantes para a melhoria da situação dos pequenos e médios agricultores e para um aumento da produção agrícola nacional. Por isso lança um alerta contra as manobras dos grandes intermediários, proprietários absentistas e outros saudosos do fascismo que procuram virar os agricultores contra a política progressista do Governo Provisório, contra a revolução democrática em curso. Os responsáveis pela miséria e decadência dos trabalhadores do campo durante o fascismo, para perderem os seus privilégios, tentam, a todo o custo, entrar a Revolução e regressar ao tempo da «outra

senhora». Forças políticas com responsabilidade no Governo Provisório, em «santa aliança» com os reaccionários de todas as cores, prosseguem os mesmos objectivos. Aproveitando-se de reais problemas e dificuldades dos camponeses pobres, conseguem indesejavelmente a trágica herança fascista e da sabotagem económica e política da reacção após o 25 de Abril, procuram movimentar os pequenos e médios agricultores contra as decisões do Governo constituído depois do 11 de Março, contra as forças políticas progressistas e em especial, contra o Partido Comunista.

Os grandes responsáveis pela inactividade da extinta Secretaria de Estado da Agricultura, pelo atraso na saída da Lei do Arrendamento Rural e da restituição dos talhões aos povos, por medidas como o aumento do preço dos adubos, em Julho do ano rasoado, assim como pela proibição do abate de vitelas e a supressão do subsídio de gasóleo para consumo agrícola e para máquinas agrícolas — são os que agora procuram desacreditar as recentes medidas do Ministério da Agricultura e Pesca numa «poliquestica» que serve a divisão do Povo português e a travagem da democratização do País.

## A reacção contra a lei de arrendamento rural e o crédito de emergência

A Comissão do PCP para o Trabalho Camponês no Norte alerta os pequenos e médios agricultores para algumas manobras já em curso no sentido de boicotar e desvirtuar o alcance das medidas do Governo Provisório em relação à agricultura.

Por exemplo: o Ministério da Agricultura e Pesca pôs à discussão dos pequenos e médios agricultores os valores máximos das rendas para aplicação da nova Lei do Arrendamento Rural. No Sul, serão as Ligas de Pequenos e Médios Agricultores a promover as reuniões destinadas a essa discussão; no Norte, essa tarefa caberá, fundamentalmente, às Comissões Liquidatárias. É do máximo interesse que todos os rendeiros e caseiros participem nestas reuniões e denunciem as possíveis manobras de proprietários absentistas e mesmo de elementos de algumas Comissões Liquidatárias dos Grémios, que inclusivamente

poderão não convocar os directamente interessados na discussão deste problema. Ao mesmo tempo é necessário estar atento a todas as manobras de expulsão de rendeiros ou de aumento das rendas, o que desde já foi proibido pelo Governo. Devem também os agricultores combater energicamente todos os boatos, como sejam os que dizem que «o Governo vai ficar com 50% das terras» ou «vai deixar de haver heranças». Isto são pura e simplesmente calúnias lançadas por aqueles que sempre exploraram os caseiros e rendeiros.

Outro caso concreto: foram anunciados créditos aos pequenos agricultores para a compra de adubos, sementes e pesticidas etc. Esta medida que vem libertar milhares de agricultores da usura dos comerciantes e oportunistas, vem sendo atacada com insinuações caluniosas e acuações no sentido de a desacreditar.

Assim, alguns comerciantes, valendo-se inclusivamente dos «stocks» feitos antes da última subida de preços e/ou das grandes margens de comercialização que tinham, estão a vender alguns produtos a um preço inferior ou igual ao praticado nos grémios e a crédito com pagamento no prazo desejado pelo agricultor. É evidente que, disto, não viria nada de mal ao mundo se não estivesse por detrás o objectivo reaccionário de desprestigiarmos uma medida do Governo.

Por outro lado, há quem se sirva do justo descontentamento dos agricultores pelos atrasos no pagamento dos subsídios do leite concedidos pela Junta Nacional dos Produtos Pecuários às organizações da lavoura encarregadas da sua recolha e concentração, fazendo comparações mal-intencionadas com as condições do crédito de emergência que, segundo essas mesmas pessoas, seria concedido «ao juro de 6,5% ao ano e exigindo bastantes burocracias» aos agricultores, enquanto estes pelos débitos da JNPP nada recebem. Quanto a isto, exija-se o pagamento a tempo e a horas aos produtores de leite do produto do seu trabalho, mas não se ataque uma medida correcta de auxílio aos pequenos e médios agricultores. É demagógico agitar a ideia do «alto juro» de 6,5% ao ano quando se sabe que todas as empresas adubeiras levam o juro legal e mais 50% nas

vendas de adubos a 90 dias... Muitos negociantes de adubo tinham até no seu negócio uma grande fonte de financiamento: compravam a prazo (90 dias) às empresas e vendiam a pronto aos agricultores; é evidente que o encargo do juro de lei, mais 50%, eram incluídos no preço de venda à lavoura.

Os pequenos e médios agricultores têm um papel decisivo a desempenhar na concretização das medidas da Reforma Agrária mas não é de dar ouvidos a reaccionários. Devem, sim, fiscalizar a aplicação do dinheiro do crédito para que ele não vá parar novamente às mãos dos grandes empresários agrícolas e proprietários absentistas.

Por último, falemos das decisões da JNPP no sentido de intervir na comercialização do gado e da carne de bovino e melhorar os preços pagos ao produtor.

Em primeiro lugar, há que referir a correcção com que se tem procurado montar o esquema de intervenção no mercado ouvindo os agricultores através dos seus representantes nas Ligas, promovendo reuniões diversas para que a opinião dos produtores nacionais seja tomada em consideração. A nova comercialização de gado proposta pelo Governo não só indica o fim da rede de parasitas, negociantes de gado, que viviam de explorar os pequenos e médios agricultores, como permite a estes vender o gado aos preços de garantia estabelecidos pelo Governo. Também assim se procura resolver o grande problema do abastecimento de carne ao país, assegurando uma conveniente conciliação entre a oferta e a procura a nível nacional e regional.

As reuniões de agricultores já realizadas para concretização da proposta da JNPP dão-nos a garantia de que se está a avançar no bom sentido. No entanto, são já evidentes as tentativas de boicote por parte de grandes negociantes de gado e talhantes à actuação da JNPP. Os talhantes já vêm de há muito a tentar perturbar o fornecimento de carne ao consumidor, chegando mesmo a boicotar pouco antes do 11 de Março, o abate de gado e a venda de carne fresca. Agora, depois de iniciada a discussão pública do esquema de comercialização de gado proposto pela JNPP, novas manobras são postas em prática,

como, aliás, foi recentemente denunciado pela Intersindical ao referir a possibilidade de uma greve nos talhões baseada na reivindicação de maiores margens de comercialização para os talhantes. Há indicações de que os grandes negociantes de gado, habituados a meter ao bolso o fruto do suor dos pequenos agricultores, se preparam para furar a rede de comercialização que está a ser montada pela JNPP, pagando o gado a preços superiores aos garantidos pelo Governo, mesmo que no imediato tenham prejuízo. Esses senhores como «caciques» que normalmente são, procuram desde já levar os pequenos produtores a não venderem o seu gado à JNPP.

## Não tenhamos ilusões sobre os exploradores!

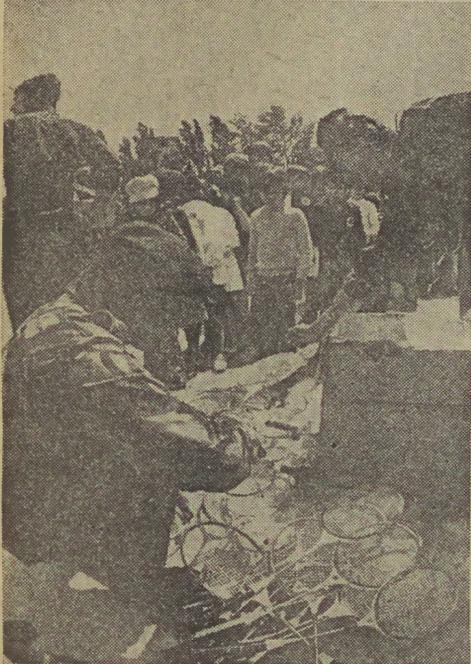
Mas os agricultores não devem ir na onda. Não esqueçamos que esses senhores são os mesmos que, após a subida do preço da carne nos talhões, o ano passado, e a pretexto da «crise do país» compraram aos produtores o gado ao desbarato... São os mesmos que, neste momento não estão a comprar gado em determinadas regiões do país ou «fazem panelinha» para obrigar os produtores a venderem o gado com grande prejuízo.

Os agricultores não podem ter ilusões sobre os seus exploradores. Não podem ir atrás de quem hoje lhes oferece, demagogicamente, um maior preço ou melhores condições para amanhã mais facilmente os explorar. Devem lembrar-se do que fizeram e ainda fazem os capitalistas das indústrias de laticínios que pagam a pronto e sem grandes exigências o leite onde há redes de tecelões das Federações dos Grémios ou de Cooperativas, mas onde estas não existem andam três meses atrasados...

O pagamento de maiores preços para os produtos da lavoura e menores preços para os adubos, pesticidas, etc. é neste momento uma das armas dos intermediários para fomentar a divisão entre os agricultores e desorganizar as cooperativas agrícolas. É também de evitar de maneira a diminuir a importância real das medidas que o Governo tomou para auxiliar os pequenos e médios agricultores. Estes têm que dar uma resposta firme a todas as manobras dos exploradores.

# O DIA MUNDIAL DA CRIANÇA PRELÚDIO DE UM MUNDO NOVO

Um dia não basta para as crianças portuguesas experimentarem nova forma de convívio, saborearem a alegria de viver em solidariedade, aprendendo novos gestos de amizade, comungando num mesmo clima de festa. Mas este dia, o Dia Mundial da Criança, vivido por milhares de crianças portuguesas em todo o país, não se realizou apenas para comemorar o nascimento de Jesus, mas para celebrar a vida e a liberdade das crianças portuguesas.



O MFA com as crianças de Portugal

Milhares de crianças em diversos pontos do País, no passado dia 1 de Junho, representaram o prelúdio de uma nova sociedade em que todos usufruam o direito da sua infância, uma sociedade onde haja sempre sol, amizade e paz, tal como expressa a mensagem dos pioneiros soviéticos às crianças portuguesas.

Muitos portugueses não tiveram infância, cedo oprimidos pela exploração capitalista, cedo obrigados a vender a sua força de trabalho como uma mercadoria barata. Muitas crianças portuguesas vivem ainda privadas da sua infância, conhecem a miséria, a dureza do trabalho, não gozam do direito à educação, desconhecem o prazer do convívio e da brincadeira. Vítimas de uma sociedade capitalista, pressentem que um futuro diferente está a ser construído e comemoram a participar nessa tarefa. Tomam já consciência de que a aliança entre o movimento popular de massas e o Movimento das Forças Armadas é a maior garantia desse futuro. E exprimem esta certeza em desenhos comoventes, como tantos surgidos no dia 1 de Junho, testemunham a sua confiança acarinando os soldados, heróis de uma festa popular na qual se condensa a esperança das crianças portuguesas.

De norte a sul do País, com o apoio do MFA e por iniciativa do Movimento Democrático das Mulheres Portuguesas, de diversas comissões de moradores, do Sindicato dos Professores, do INATEL, da Direcção Geral dos Desportos e do Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis e de organizações partidárias, profissionais, desportivas e culturais, o Dia Mundial da Criança foi comemorado com entusiasmo. O desporto, a cultura, ou o simples modo diferente de conviver e brincar, foram, por momentos, acessíveis a milhares de crianças. Um dia diverso num quotidiano ainda dolorosamente marcado pelos resíduos do fascismo, ainda assente numa estrutura capitalista que se desmorona sob o impulso revolucionário das classes trabalhadoras e do povo português em geral. Alguns exemplos deste dia diverso que não esgotam o número elevado de realizações que se verificou por todo o País.

No Porto, por iniciativa do Cine Clube do Porto e com a colaboração do MFA e de vários organismos culturais e desportivos, o principal acto comemorativo foi a grande festa do Palácio de Cristal. Milhares de crianças participaram num espectáculo de música, teatro, fantoches; pintaram; percorreram interessadamente as exposições de livros, fotografia, escultura organizadas em sua intenção.

Ainda no Porto o Dia Mundial da Criança foi comemorado no Centro de Trabalho do nosso Partido com uma animada participação infantil. De manhã, nos jardins da Av. Montevideu, as crianças brincaram em conjunto e lançaram papagaios de papel; de tarde, provas desportivas e pinturas entusiasmaram as crianças, às quais fo-

ram oferecidos um lanche e um espectáculo com a participação de José Barata Moura e de um rancho folclórico infantil.

De registar o facto de diversos artistas terem oferecido materiais alusivos ao Dia Mundial da Criança a fim de se obterem fundos para a

mata da cidade. Em Montemor-o-Novo, 500 crianças desfilarão pelas ruas da cidade, acompanhadas de banda e conviveram no Castelo. Em Évora, actividades desportivas, colagens, recortes, pinturas, murais e trabalhos em barro fizeram deste dia um acontecimento diferente na vida das crianças da cidade. Colaboraram nestas iniciativas, a Câmara Municipal de Évora, delegações da Direcção-Geral dos Desportos, o FAOJ, Escola do Magistério Primário e MDP/CDE. No Trasmagal, sob a iniciativa da UJC, União da Juventude Comunista, à qual aderiram a organização juvenil do MDP/CDE, a UEC, a paróquia, cedendo o seu recinto de festas e a Telescola local, o dia 1 de Junho foi, pela primeira vez, comemorado num ambiente de franca alegria. Também no distrito de Setúbal se festejou, uma vez mais, este dia, segundo uma tradição que, apesar da repressão, vem desde os tempos do regime fascista.

Desde as primeiras horas da manhã, a Av. Toddi foi das crianças, que ali brincaram, fizeram corridas, conviveram alegremente, por iniciativa da Casa de Bocage. A tarde, no Parque do Bonfim, houve teatro.

Em Vila Real de Santo António concentraram-se milhares de crianças, trazidas de todo o concelho por camiões das Forças Armadas. Igualmente em Portalegre diversas realizações assinalaram o Dia Mundial da Criança.

No Barreiro, o Ballet Nacional de Cuba actuou especialmente para as crianças durante uma parte do programa que várias organizações locais lhes proporcionaram.

Em Coimbra, os autocarros da Câmara Municipal transportaram para o Jardim Botânico muitas centenas de crianças de todos os bairros da cidade para uma alegre jornada de convívio, desporto, teatro, pintura e modelagem.

Três mil crianças de Alverca do Ribatejo, enquadradas pela Força Aérea e os Bom-

beiros Voluntários, começaram o «seu» dia com um cortejo pelas ruas da vila, animando-as de cartazes e de cantigas, e participaram depois, nas instalações da Força Aérea, em várias actividades.

Como em muitas outras localidades, em Vila Franca foi o Movimento Democrático das Mulheres que organizou as comemorações. As crianças, empunhando cartazes feitos por elas próprias, desfilarão através da vila até ao campo do Cevadeiro, onde pintaram painéis, participaram em jogos e assistiram a um espectáculo de fantoches. Em Lisboa e arredores, inúmeras iniciativas congregaram crianças num dia diferente, nalguns locais pela mão dos soldados que as protegeram e transportaram nos camiões das Forças Armadas e até lhes ofereceram a alegria de passear em Chaimites.

O grande centro das comemorações foi no entanto o Estádio 1.º de Maio. Dezenas de milhares de crianças distribuíram-se por actividades desportivas, por trabalhos manuais, pela pintura que um grande tema animou: a Revolução e as suas manifestações de rua, os seus soldados e os seus cravos, as bandeiras nacionais e as da foíce e o martelo. Tiveram câncões e teatro, elas próprias o fizeram.

Ali onde têm sido vívidos momentos grandiosos do processo revolucionário, as crianças trouxeram com a sua presença massiva, a imagem de um objectivo que norteia quantos defendem como único e magnífico privilégio, o direito a viverem num país sem exploração nem opressão, quantos estão dispostos a trabalhar, arduamente, para que esse objectivo seja alcançado. Então, como já aqui frisámos, todos os dias serão da criança finalmente liberta das desigualdades de uma sociedade de classes, finalmente apta a participar num país «de trabalhadores livres e conscientes em que não haverá mais separação entre os interesses individuais e os interesses sociais».

Este acordo constitucional é, pois, um esquema de segurança e um contributo revolucionário, um fundo padrão que marca a originalidade da Revolução Socialista Portuguesa.

Senhores deputados, nós e o futuro, a Revolução e a História, julgaremos impiedosamente a vossa capacidade de construir a obra grandiosa e difícil dum esquema constitucional, capaz de gerir, o período transitório, desta Revolução original, em marcha rápida para o socialismo.

Se a existência do acordo MFA-Partidos vos fornece uma base inicial indiscutível, a necessidade de sintonia estrutural com essa base torna mais complexo o esforço gigantesco de legislar simultaneamente com imaginação e senso, flexibilidade e solidez, ousadia e prudência.

E tarefa para génios girar uma Constituição revolucionária tão avançada que não seja ultrapassada, tão adequada que não seja flanqueada, tão inspirada que seja digna dos trabalhadores de Portugal.

Garantir a unidade e a reconstrução nacional e ao terminar a sua mensagem recordou: Senhores deputados: Em nome dos mais humildes, das classes mais desfavorecidas, que desejam na luta do trabalho diário o avanço da nossa Revolução, vos peço que minimizéis os vossos interesses partidários, subordinando-os à consciência afinada pelos interesses maiores da Pátria e do Povo de Portugal.

Esperamos de vós uma constituição com conceitos tão sólidos que garantam a estabilidade governamental do período transitório que patulará, mas que tais conceitos sejam tão amplos que não limitem o progressismo revolucionário do Povo e das suas Forças Armadas.

Que no pluralismo das vossas opiniões saibais encontrar rapidamente as fórmulas superiores que garantam

a unidade e a reconstrução nacional.

A partir de hoje, milhões de portugueses seguirão ansiosos mas cheios de esperança o labor desta Assembleia.

Respeitar o pacto estabelecido com o MFA

Depois dos aplausos que se fizeram ouvir, coroando as palavras do Chefe do Estado, coube ao presidente interino da Assembleia usar da palavra para fazer as saudações e cumprimentos da Câmara.

Fazendo em primeiro lugar o elogio do general Costa Gomes, declarando-se um admirador seguro e um amigo dedicado do homem que a nome Revolução de 25 de Abril de 1974 colocou na magistratura suprema durante esta fase conturbada mas promissora que Portugal está atravessando, o professor Henrique de Barros afirmou mais adiante:

Aqui nos encontramos reunidos, portanto, os deputados livremente eleitos pelo Povo, a 25 de Abril de 1975, com a firme intenção de nos desempenharmos na missão concreta e específica que nos foi atribuída pela Revolução: a de elaborarmos, se possível no prazo de noventa dias, uma Constituição Política da República Portuguesa que, respeitando o pacto estabelecido entre o MFA e os partidos políticos, possa servir de quadro institucional às profundas transformações sociais de que o País carece e que já se encontram em marcha. Uma Constituição que se mostre capaz de conciliar o socialismo, no seu sentido genuíno, que é o da sociedade sem classes conseguida através do domínio exercido pela colectividade dos trabalhadores sobre os grandes meios de produção, com a garantia das liberdades públicas, sem as quais o homem jamais se sentirá cidadão.

Declarando, ao terminar, a História, juzt implacável, dirá um dia se fomos ou não capazes de desempenhar cabalmente a missão que o eleitorado nos atribuiu, nessa grande e inesquecível jornada cívica que foi o 25 de Abril de 1975.

## Vitória do povo, vitória da revolução

# CRAVOS VERMELHOS SURGIRAM NA LINHA DO VALE DO VOUGA

Nada pode ofuscar a evidência: o povo de dezenas de localidades entre Aveiro e Santa Comba Dão venceu uma longa luta que se arrastou durante três anos. E foi o 25 de Abril que proporcionou a concretização dessa vitória.

Isso mesmo se traduzia no rosto de milhares de pessoas ao longo do trajecto da excursão inaugural no passado dia 1, nos distíctos e cartazes, nas cores que engalanavam as estações de novo em funcionamento. A locomotiva «Diesel», e já não o comboio fagulhento que provocou o incêndio de 1972 (e que serviria de pretexto ao fascismo para suprimir a linha), apitava, as centenas de pessoas que seguiam na excursão e as que estavam ao longo da via acenavam-se — era o «nosso comboio» que voltava a servir os trabalhadores, os camponeses, os estudantes, a economia da região. Bandas e foguetes, cravos vermelhos, deram o carácter de autêntica festa popular a esta viagem inaugural. Se nalgumas estações houve protestos pelo facto de não estar prevista ali paragem, a grande maioria dos que nelas participavam não o fazia agressivamente mas no sentido de fazer ouvir aspirações que devem ser atentamente consideradas.

«Vitória do povo — foi difícil, mas foi nossa»

Isso se lia num dos grandes distíctos atravessando a linha. Ncursos: «O povo venceu, o comboio regressou, «O difícil será vencer o povo unido». Ainda: «Sernada na batalha da produção».

Durante o fascismo a luta foi efectivamente difícil. Em «A Terra», então clandestina, lia-se no editorial: A CP suprimiu o comboio da Linha do Vouga, o que levantou uma onda de protestos em toda a área servida pela linha. As populações de Sernada do

Vouga e Jafafe já enviaram uma exposição com 1500 assinaturas (...). A partir daí foram prosseguindo acções de diferentes tipos, mas que esbarraram sempre com a recusa terminante dos fascistas de Lisboa, Aveiro e Viseu, de darem ouvidos às legítimas reivindicações populares.



Uma importante vitória popular

Em Dezembro de 73 oficializou-se a reabertura da linha, «confidencialmente» e conhecido fascista Vale Guimarães, então governador civil, aos seus laços municipais: Tomei conhecimento de que se está a preparar uma ida a Lisboa de todas as Juntas de Freguesia situadas ao longo da linha férrea do Vale do Vouga (...). Por isso as Jun-

tas não devem associar-se a qualquer movimento desse género. Seria muito interessante pesquisar nos arquivos dos correspondentes oficiais para a PIDE-DGS e as medidas preventivas para reprimir as acções populares.

O PCP não esperou o 25 de Abril para incentivar essa luta popular e participar efectivamente nas suas manifestações. Os panfletos clandestinos, os comunicados das organizações do Partido, propagaram a informação sobre as acções desencadeadas e incitaram à luta pela reabertura da linha, pelas justas indemnizações dos prejuízos provocados pelo incêndio, integrando-as nas grandes reivindicações dos camponeses da região (nomeadamente a recuperação dos baldios cujo roubo se ligou à própria propagação fulminante do incêndio).

«O povo está com o MFA»

O povo da região compreendeu que a Revolução de Abril iria finalmente, e só ela, permitir a concretização das suas aspirações. Verificou-se a reacção das comissões locais e da Comissão Pró-Vale do Vouga, desta vez com o apoio das entidades oficiais e, nomeadamente, do governador civil de Aveiro, Neto Brandão, que integrava a viagem inaugural e falou em Viseu.

Sintomaticamente foi integrada na jornada de trabalho voluntário de 6 de Outubro que se registou a mais significativa manifestação popular, traduzindo a determinação do povo de participar nos trabalhos de reabertura da linha. Nesse dia as populações foram maciçamente a proceder à limpeza da linha, abrindo caminho às reivindicações expressas na grande manifestação unitária realizada em Aveiro.

O processo de audição dos interesses locais quanto a horários e paragens não terá decorrido da maneira mais eficaz. Daí os protestos que se vêm verificando e que (o que deve alertar os responsáveis) podem servir os maneios reaccionários daqueles que pretendem ocultar as massas que a reabertura da linha é, além de uma vitória popular, uma vitória da democracia. Tal como o povo traduzia à passagem do comboio gritando: «O Povo está com o MFA».

O povo unido com a democracia

Em dois distritos como Aveiro e Viseu, em que forças reaccionárias ainda conseguem manter sob a sua influência largos sectores da população e impedir a generalização de um vasto sentimento popular favorável à construção de uma democracia a caminho do socialismo, importa sobremaneira estar atento a todos os processos que consolidam a unidade do povo e o ligam irreversivelmente ao processo revolucionário em curso.

E no calor das vitórias alcançadas, é quando o povo demonstra a sua capacidade criadora ou quando a sua acção conjugada com os esforços governamentais permite ir de encontro a aspirações legítimas das populações que se pode demonstrar qual a única via para o progresso e uma vida melhor, cortando

o passo à reacção que espelha todas as ocasiões para se-  
meiar a desconfinança e o pro-  
testo contra a democracia.

A forma desorganizada como se vem processando a manifestação de desagrado pela organização do serviço no Vale do Vouga já está a ser explorada no sentido de tirar o grande alcance da vitória obtida e de criar um conflito com a nova CP, que só virá afinal prejudicar uma justa solução dos problemas.

A reunião em Viseu marca o desejo de se encontrar o justo equilíbrio. Mas também neste caso isso é evidente, urge encontrar formas de organização local, largas comissões populares em que participem todos os interessados, se discutam problemas e soluções, assim se garantindo à partida a conciliação de todos os factores que intervêm na solução dos complexos problemas que herdámos do fascismo. Isso mesmo o referia o comunicado da Comissão Concilia de Agueda do Partido Comunista Português em manifesto distribuído e nos apelos que fez pela vila, chamando o povo a saudar a passagem do comboio do povo — que será um elemento dinamizador da iniciativa popular, da actividade económica com vista à batalha da produção.

Para os militantes do nosso partido que se integraram na excursão, que saudaram a passagem da viagem inaugural, a reabertura do Vale do Vouga deve constituir um ensinamento para a sua acção futura, para uma mais estreita ligação às massas populares e para o papel de vanguarda que os trabalhadores assumem no processo revolucionário.

ALFREDO CUNHA

## VIDAS ALHEIAS

Estas vidas não são alheias. São as nossas vidas.  
Fotografar não é um acto gratuito.

editorial  
O SECULO

## Novos livros Estampa

### CINEMA E IDEOLOGIA

Jean Patrick Label  
Colecção Teoria, n.º 15  
Preço — 80\$00

### SOCIEDADES E GRUPOS EM PORTUGAL

Maria Belmira Martins  
Colecção Polémica, n.º 8  
Preço — 50\$00

### AS MULHERES ASSALARIADAS

Colecção Práxis, n.º 23  
Preço — 50\$00

### A ALIANÇA ENTRE OS MONOPÓLIOS E A CLIQUE MILITAR

Alexandre Delkine  
Colecção Cadernos Políticos, n.º 18  
Preço — 40\$00

### PROBLEMAS DE LUTA PELA UNIDADE DO MOVIMENTO COMUNISTA

Alexandre Sóbólev  
Cadernos Políticos, n.º 22  
Preço 30\$00

### EDITORIAL ESTAMPA

Rua da Escola do Exército,  
9, r/c., Dto.  
Telef. 55 56 63 Lisboa-1

**NOVIDADE**

**CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA DA IDEIA DE DITADURA DO PROLETARIADO**

Coleccção "Problemas da Paz e do Socialismo"

edições Avante!

A VENDA NOS CENTROS DE TRABALHO E NAS LIVRARIAS — PEDIDOS À EDITORIAL «AVANTE!»

O «AVANTE!» É DE TODOS NÓS; ENVIA-NOS CRÍTICAS E SUGESTÕES

# GRANDES JORNADAS DE APOIO AO MFA

CONT. DA PÁG. 11

gem sul, os «ferry-boats» e os caçilheiros transportavam para Lisboa milhares de pessoas que

o grosso da manifestação. Num fundo vermelho um tanque abria caminho à classe operária. Por cima lia-se: «Povo-MFA unidos rum só destino» e logo a seguir:

momento político que se vivia, onde não faltava a ironia. No entanto, a palavra de ordem mais sublinhada afirmava: «Socialismo só há um, o do povo e mais ne-

a cabeça da manifestação chegou junto do Palácio, ainda o final do cortejo estava a passar por baixo da Ponte 25 de Abril. Era já noite quando as últimas pes-

apoio ao MFA, em defesa das liberdades e pela construção do socialismo tinha resultado plenamente.

Um mar de bandeiras nacionais agitava-se por cima da multidão que, entretanto, esperava ansiosamente que aparecessem os elementos do Conselho Superior da Revolução. E, às 22 e 15, uma ovação estrondosa saudou a presença do Presidente da República e dos restantes membros do Conselho Superior da Revolução, que apareceram à varanda dos jardins do palácio. Ovação que se prolongou durante bastante tempo, entrecortada com vivas ao MFA e à Revolução. As classes trabalhadoras manifestavam, assim, que estavam do lado da Revolução, dispostas a defender as conquistas alcançadas e a não abdicarem de um futuro que se pretende atinja o socialismo.

Dirigindo-se aos manifestantes o Presidente da República, general Costa Gomes, declarou: «Meus caros amigos e camaradas!

Sensibilizado com a vossa manifestação eu quero exprimir-vos, em meu nome e no do Conselho da Revolução e no do MFA, a nossa gratidão pelo apoio e solidariedade que quisestes manifestar com esta reunião.

Felizmente, todos nós estamos cientes que o Povo está com o MFA. Contamos absolutamente com o vosso apoio, com a vossa cooperação para vencermos as tarefas urgentes que todos temos à nossa frente — a batalha da produção, a revolução cultural, a transformação social do nosso povo.

Estas missões não são apenas do MFA, nem do Conselho da Revolução, são do Povo Português e especialmente das suas classes trabalhadoras. É para vós que apelo, para a vossa boa vontade, para o vosso trabalho e para a vossa cooperação sem limites, porque se esta cooperação e esta identidade de esforços se derem, pois, a nossa revolução triunfará. Agradeço-vos esta vossa manifestação e peço licença para dar



A unidade Povo-MFA nos cartazes da manifestação



A caminho de Belém

habitualmente fazem a sua vida no outro lado do rio mas que não deixaram de vir pessoalmente engrossar a manifestação de apoio ao Movimento das Forças Armadas.

Uma mar de gente concentrou-se no Largo do Cais do Sodré, prolongando-se pela Avenida 24 de Julho até ao mercado da Ribeira. Dando os braços, jovens, homens e mulheres formaram cordões que durante todo o percurso serviram para manter a unidade do cortejo. A manifestação começou a desfilir perto das 19 e 20 e as últimas filas só chegaram a Belém quando passava já das 22 horas. Cronometrada a passagem do cortejo junto à estação de caminho-de-ferro de Alcântara, este demoraria cerca de uma hora a passar, tendo em conta que naquela local a marcha já se fazia num ritmo mais acelerado. Uma hora de manifestação, uma hora de gente em apoio ao MFA.

**Socialismo só há um**  
O desfile era encabeçado por uma grande concentração de trabalhadores que precediam as bandeiras dos três partidos políticos que promoveram a manifestação. Seguiam-se as delegações dos três partidos. Pelo Partido Comunista Português estavam presentes os seguintes camaradas do Comité Central: Carlos Brito, Carlos Costa, Georgete Ferreira, Dias Lourenço, Octávio Pato, Jaime Serra, António Gervásio, Francisco Miguel, Domingos Abrantes e Albano Nunes; pelo Movimento Democrático Português: Caldeira Rodrigues, governador civil de Lisboa, Modesto Navarro, Ezequiel Vicente, António Redol, António Galvão das e Alberto Branco; pela Frente Socialista Popular: Francisco Sando, João Ferreira, Carlos Ferreira, Rui Casimiro, Paulo Loureiro, todos da Comissão Política, e ainda Arnaldo Madureira e Ilídio Maia.  
Um grande cartaz dos trabalhadores de Sorefame encabeçava

«Para esmagar a reacção, para construir o socialismo». No cortejo estavam presentes delegações das mais variadas empresas e localidades. Das que foi possível tomar nota salientamos: Livros do Brasil, Agentes de Viagens, Navegação e Transitários, trabalhadores da Carris, Firestone, professores, ferroviários, Instituto Pasteur de Lisboa, Camionagem Barreiros, bancários de Lisboa, trabalhadores da CUF, Lisnave, Caixa Geral de Depósitos, Guérin, Utic, Chrysler, ITT de Cascais, H. Parry & Son, Frimentil, Sindicato dos Rodoviários de Lisboa, Empresa Progresso Industrial, Arsenal do Alfeite, e ainda trabalhadores de Montemor, Alvalade, Setúbal, Tróia, Caldas da Rainha, Loures, Anjos e Moscavide. Mas muitas outras delegações passaram sem que fosse possível registar a sua presença.

Para além das três bandeiras que representavam os partidos promotores da manifestação, apenas se viam bandeiras nacionais. Entretanto, a manifestação avançava sempre arrastando consigo os milhares de pessoas que se encontravam nos passeios e que de livre iniciativa se incorporaram no cortejo. Junto da estação da Carris, em Santo Amaro, os operários, em cima dos tejadilhos dos autocarros, vitoriam demoradamente os manifestantes que passavam. O mesmo sucedeu, mais à frente, junto das instalações da Feira Internacional de Lisboa, onde os trabalhadores daquela empresa fizeram contagiar com o seu entusiasmo a manifestação à medida que passava, ao mesmo tempo que a instalação sonora transmitia os acordos de «Grândola, Vila Morena».

Se é certo que a manifestação partiu do Cais do Sodré como se de uma muralha de aço se tratasse, depressa a alegria e a imaginação popular transformaram o cortejo. Tão depressa se cantava uma canção como se inventavam palavras de ordem aplicadas ao

nhuma, e que expressava bem o estado de espírito dos manifestantes.

Mas outras palavras de ordem surgiram como: «Socialismo dos burgueses não interessa aos portugueses», «Socialdemocracia só interessa à burguesia», «O povo está com a Revolução», «O povo

soas conseguiram atingir a praça foneira ao Palácio.

Em vagas contínuas a Praça do Império ia sendo submersa pelas dezenas de milhares de manifestantes que se concentraram ali gritando insistentemente. Assim se viu quem está com o MFA ou cantando o hino nacional e ou-



A manifestação a caminho de Belém

está com o MFA), «Avante, avante, rumo ao socialismo», «Povo-MFA a Revolução triunfará». Uma das quadras mais cantada pelos manifestantes, dizia: «Avante, amigo, avante na luta da produção/unidos vamos ganhá-la/quer eles queiram ou não».

Impressionante o mar de gente que affluíu a Belém. Quando

a palavra ao porta-voz do Conselho da Revolução, capitão Vasco Lourenço.

**Cimentar as conquistas na unidade dos trabalhadores**

Dirigindo-se à multidão presente, o capitão Vasco Lourenço transmitiu a mensagem do Con-

selho da Revolução de agradecimento pela manifestação realizada, afirmando:

Amigos e camaradas, ao assistir a esta manifestação é com muito agrado que o Conselho da Revolução constata que, de facto, as massas trabalhadoras aqui presentes estão com o MFA na caminhada revolucionária para o socialismo português. Vive-se neste momento uma crise mas é na unidade de todos os trabalhadores que terão de se cimentar as conquistas da nossa Revolução. Por isso mesmo têm vindo a ser feitos pelo Conselho da Revolução vários esforços no sentido de evitar a convocação de qualquer manifestação que possa pôr em perigo a unidade das massas trabalhadoras. A continuação das lutas partidárias é, neste momento, prejudicial ao bom andamento do processo revolucionário e deste modo o Conselho da Revolução declara que considera inoportunas manifestações não unitárias das classes trabalhadoras. Dentro da mesma linha, e dado que muitas forças quer internas quer externas, pretendem identificar o MFA com determinado partido político, o Conselho da Revolução reafirma a sua clara posição suprapartidária, pois não se sente identificado em especial com qualquer partido político, mas sim com todo o Povo Português e as classes trabalhadoras principais.

O processo revolucionário em curso não é propriedade de nenhum partido político nem sequer do MFA. O processo revolucionário terá de ser principalmente obra das massas populares e não se poderá compadecer com políticas partidárias que não sobreponham o interesse nacional aos interesses dos partidos. Nesse sentido, o Conselho da Revolução apoia todas as manifestações unitárias das massas trabalhadoras mas declara-se firmemente disposto a desmascarar quaisquer manobras partidárias, venham de onde vierem, no sentido de separarem o MFA de parcelas do Povo Português. Repito, pois, um apelo a todo o povo trabalhador no sentido da unidade à volta da batalha da produção e de todas as outras tarefas importantes da nossa revolução a caminho do socialismo.

A unidade terá de ser um facto em toda a parte, quer seja na fábrica, no campo ou nos locais de residência. Só assim venceremos a difícil tarefa da batalha da produção e iniciaremos a revolução do socialismo em Portugal. Podereis ter a certeza de que o MFA estará sempre ao lado de todos os trabalhadores na defesa da Revolução e que nunca hesitará nos maiores esforços e sacrifícios para alcançar, em união com as massas trabalhadoras, os objectivos que nos propusemos.

O capitão Vasco Lourenço terminou a sua alocução vitorioso

o Povo Português, a revolução e Portugal no que foi vibrantemente acompanhado por todos os manifestantes.

**Estamos com o MFA**

Seguidamente, um manifestante subiu à varanda para ler uma mensagem dos promotores da manifestação dirigida ao Movimento das Forças Armadas e ao Conselho da Revolução a qual dizia:

O Primeiro-Ministro disse há dias «eu se está com a Revolução ou se está com a reacção. Não há terceiras vias».

Estamos aqui para afirmar da forma inequívoca que nós estamos com a Revolução.

Estamos com o Movimento das Forças Armadas e com o Conselho da Revolução.

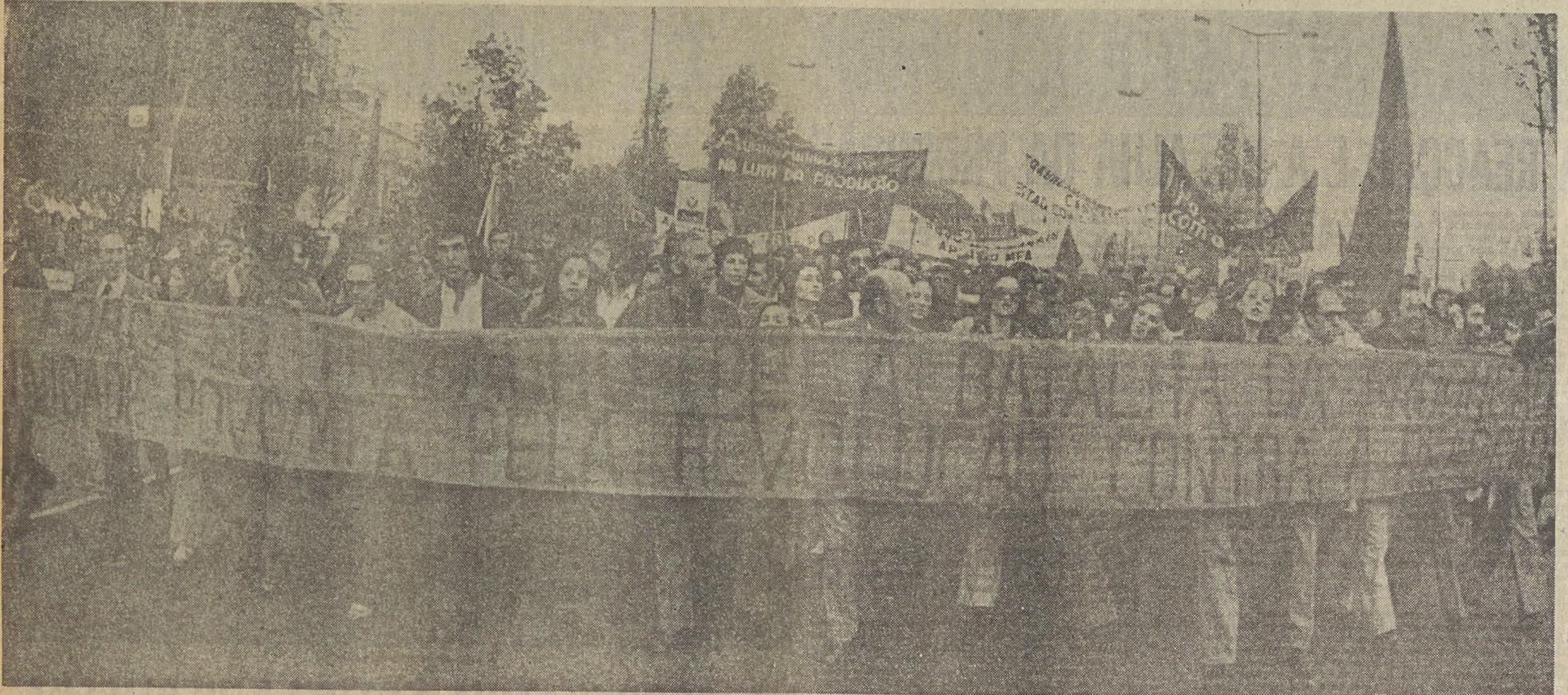
Estamos com a política de nacionalização de todos os sectores-chave da economia.

Estamos com a expropriação dos latifúndios e o prosseguimento das medidas da Reforma Agrária.

Estamos com a batalha da produção, tarefa prioritária do momento, na qual os trabalhadores terão de ter um papel dirigente, de controlo e dinamizador. Consideramos que o sucesso desta batalha é a condição essencial para a construção de uma economia independente, próspera e ao serviço do povo.

Defendemos as liberdades mais amplas para o povo português e





preconizamos medidas que impeçam os contra-revolucionários de se servirem delas para as destruir. Consideramos que o MFA foi, e será o melhor garante dessas liberdades.

Entendemos que o sucesso da Revolução exige uma política independente de pressões externas, uma política de paz, amizade e cooperação com todos os povos do Mundo. Levar a bom termo o processo de descolonização e estabelecer relações fraternais com os povos anteriormente dominados pelo colonialismo português deverá ser um traço essencial desta política.

Declaramos que se impõe efectuar todos os esforços para evitar a sucessão de crises que prejudiquem o necessário avanço do processo revolucionário. Consideramos um imperativo nacional a firme e rápida resolução da presente crise, tal como foi recomendado pela última assembleia do MFA.

A edificação de um novo Portugal avançando para o socialismo far-se-á através da unidade revolucionária das massas populares, expressa nas suas organizações e iniciativas visando a defesa dos seus interesses e do progresso do País.

Far-se-á através da unidade dos partidos políticos realmente empenhados neste projecto;

Far-se-á combatendo todas as tentativas de divisão dos trabalhadores, do povo e das Forças Armadas;

Far-se-á consolidando a unidade do Povo-MFA do que queremos que esta manifestação seja um vivo testemunho.

### Não podemos admitir um socialismo de direita

Falou a seguir o general Otelo Saraiva de Carvalho que anteriormente tinha sido bastante aclamado pelos manifestantes. Expressando-se de uma maneira clara o comandante-adjunto do COPCON declarou:

Meus caros amigos e camaradas!

Em 25 de Abril de 1974, o MFA abriu ao Povo Português as portas da liberdade e as portas do verdadeiro caminho para um socialismo autêntico de esquerda. (Gritos de vitória, vitória) Um tipo de socialismo em que haja uma maior distribuição da riqueza, em que se dê primazia ao homem e ao trabalho e não ao lucro e ao capital.

Não podemos admitir no momento presente, no nosso país, qualquer tipo de socialismo de direita, pretensamente encapando o capitalismo de uma classe dominante que de uma vez para sempre pretendamos ver abolida do nosso país. Mas para que estes objectivos sejam realmente alcançados, para que tenhamos a riqueza necessária para podermos distribuir equitativa-

mente presente, no nosso país, qualquer tipo de socialismo de direita, pretensamente encapando o capitalismo de uma classe dominante que de uma vez para sempre pretendamos ver abolida do nosso país. Mas para que estes objectivos sejam realmente alcançados, para que tenhamos a riqueza necessária para podermos distribuir equitativa-

mente presente, no nosso país, qualquer tipo de socialismo de direita, pretensamente encapando o capitalismo de uma classe dominante que de uma vez para sempre pretendamos ver abolida do nosso país. Mas para que estes objectivos sejam realmente alcançados, para que tenhamos a riqueza necessária para podermos distribuir equitativa-

mente presente, no nosso país, qualquer tipo de socialismo de direita, pretensamente encapando o capitalismo de uma classe dominante que de uma vez para sempre pretendamos ver abolida do nosso país. Mas para que estes objectivos sejam realmente alcançados, para que tenhamos a riqueza necessária para podermos distribuir equitativa-

mente presente, no nosso país, qualquer tipo de socialismo de direita, pretensamente encapando o capitalismo de uma classe dominante que de uma vez para sempre pretendamos ver abolida do nosso país. Mas para que estes objectivos sejam realmente alcançados, para que tenhamos a riqueza necessária para podermos distribuir equitativa-

mente presente, no nosso país, qualquer tipo de socialismo de direita, pretensamente encapando o capitalismo de uma classe dominante que de uma vez para sempre pretendamos ver abolida do nosso país. Mas para que estes objectivos sejam realmente alcançados, para que tenhamos a riqueza necessária para podermos distribuir equitativa-

mente presente, no nosso país, qualquer tipo de socialismo de direita, pretensamente encapando o capitalismo de uma classe dominante que de uma vez para sempre pretendamos ver abolida do nosso país. Mas para que estes objectivos sejam realmente alcançados, para que tenhamos a riqueza necessária para podermos distribuir equitativa-

mente presente, no nosso país, qualquer tipo de socialismo de direita, pretensamente encapando o capitalismo de uma classe dominante que de uma vez para sempre pretendamos ver abolida do nosso país. Mas para que estes objectivos sejam realmente alcançados, para que tenhamos a riqueza necessária para podermos distribuir equitativa-



A classe operária e o seu Partido

mente pelo nosso Povo necessitamos de produzir a riqueza, necessitamos de dar aos trabalhadores o controlo da produção e da gestão da riqueza nacional. E necessário que estejamos profundamente atentos a este problema para que tenhamos, realmente, uma autêntica independência nacional e não podemos estar à espera que países estrangeiros, multíssimos mais ricos do que nós, invistam em Portugal ou nos emprestem os seus excedentes. Ora os trabalhadores portugueses têm de ter nas suas mãos o controlo e a gestão da riqueza do

mente pelo nosso Povo necessitamos de produzir a riqueza, necessitamos de dar aos trabalhadores o controlo da produção e da gestão da riqueza nacional. E necessário que estejamos profundamente atentos a este problema para que tenhamos, realmente, uma autêntica independência nacional e não podemos estar à espera que países estrangeiros, multíssimos mais ricos do que nós, invistam em Portugal ou nos emprestem os seus excedentes. Ora os trabalhadores portugueses têm de ter nas suas mãos o controlo e a gestão da riqueza do

mente pelo nosso Povo necessitamos de produzir a riqueza, necessitamos de dar aos trabalhadores o controlo da produção e da gestão da riqueza nacional. E necessário que estejamos profundamente atentos a este problema para que tenhamos, realmente, uma autêntica independência nacional e não podemos estar à espera que países estrangeiros, multíssimos mais ricos do que nós, invistam em Portugal ou nos emprestem os seus excedentes. Ora os trabalhadores portugueses têm de ter nas suas mãos o controlo e a gestão da riqueza do

mente pelo nosso Povo necessitamos de produzir a riqueza, necessitamos de dar aos trabalhadores o controlo da produção e da gestão da riqueza nacional. E necessário que estejamos profundamente atentos a este problema para que tenhamos, realmente, uma autêntica independência nacional e não podemos estar à espera que países estrangeiros, multíssimos mais ricos do que nós, invistam em Portugal ou nos emprestem os seus excedentes. Ora os trabalhadores portugueses têm de ter nas suas mãos o controlo e a gestão da riqueza do

mente pelo nosso Povo necessitamos de produzir a riqueza, necessitamos de dar aos trabalhadores o controlo da produção e da gestão da riqueza nacional. E necessário que estejamos profundamente atentos a este problema para que tenhamos, realmente, uma autêntica independência nacional e não podemos estar à espera que países estrangeiros, multíssimos mais ricos do que nós, invistam em Portugal ou nos emprestem os seus excedentes. Ora os trabalhadores portugueses têm de ter nas suas mãos o controlo e a gestão da riqueza do

mente pelo nosso Povo necessitamos de produzir a riqueza, necessitamos de dar aos trabalhadores o controlo da produção e da gestão da riqueza nacional. E necessário que estejamos profundamente atentos a este problema para que tenhamos, realmente, uma autêntica independência nacional e não podemos estar à espera que países estrangeiros, multíssimos mais ricos do que nós, invistam em Portugal ou nos emprestem os seus excedentes. Ora os trabalhadores portugueses têm de ter nas suas mãos o controlo e a gestão da riqueza do

mente pelo nosso Povo necessitamos de produzir a riqueza, necessitamos de dar aos trabalhadores o controlo da produção e da gestão da riqueza nacional. E necessário que estejamos profundamente atentos a este problema para que tenhamos, realmente, uma autêntica independência nacional e não podemos estar à espera que países estrangeiros, multíssimos mais ricos do que nós, invistam em Portugal ou nos emprestem os seus excedentes. Ora os trabalhadores portugueses têm de ter nas suas mãos o controlo e a gestão da riqueza do

## MANIFESTAÇÃO NO PORTO



Dirigentes das organizações políticas que convocaram a manifestação no Porto, à cabeça do desfile

### A luta agora é no campo económico

Por último falou o general Carlos Fabião, chefe de Estado-Maior do Exército que declarou: Camaradas, amigos, companheiros de luta!

Poucas palavras mais terei para dizer, além daquelas que profetizou o general Otelo Saraiva de Carvalho. Realmente, vencidas que foram as manobras reaccionárias, e as subidas de escadaria a partir do golpe de Julho até ao 11 de Março, a luta cifra-se agora no campo económico. E aí que vamos travar a última e decisiva batalha. O socialismo constrói-se, ganha-se ou perde-se no campo económico. E para isso que todos agora nos temos de mobilizar. E na batalha da produção que essa revolução poderá ser ganha ou perdida. Cada português, cada trabalhador é um soldado da revolução. Nas fábricas, nos campos, em toda a parte de apelo para vocês através das palavras de ordem do nosso Primeiro-Ministro: vamos ganhar a batalha da produção, vamos ven-

cer de vez os nossos inimigos, vamos construir o nosso socialismo. Nada mais tenho para vos dizer senão pedir-vos: unidade na luta, unidade nas fábricas, unidade nos campos, unidade na batalha da produção, unidade no socialismo.

Passava já das onze horas da noite quando os manifestantes começaram a abandonar a Praça

de apelo para vocês através das palavras de ordem do nosso Primeiro-Ministro: vamos ganhar a batalha da produção, vamos ven-

cer de vez os nossos inimigos, vamos construir o nosso socialismo. Nada mais tenho para vos dizer senão pedir-vos: unidade na luta, unidade nas fábricas, unidade nos campos, unidade na batalha da produção, unidade no socialismo.

Passava já das onze horas da noite quando os manifestantes começaram a abandonar a Praça

de apelo para vocês através das palavras de ordem do nosso Primeiro-Ministro: vamos ganhar a batalha da produção, vamos ven-

cer de vez os nossos inimigos, vamos construir o nosso socialismo. Nada mais tenho para vos dizer senão pedir-vos: unidade na luta, unidade nas fábricas, unidade nos campos, unidade na batalha da produção, unidade no socialismo.

Passava já das onze horas da noite quando os manifestantes começaram a abandonar a Praça



Os trabalhadores, afirmam a sua adesão à construção de Portugal

cer de vez os nossos inimigos, vamos construir o nosso socialismo. Nada mais tenho para vos dizer senão pedir-vos: unidade na luta, unidade nas fábricas, unidade nos campos, unidade na batalha da produção, unidade no socialismo.

Passava já das onze horas da noite quando os manifestantes começaram a abandonar a Praça

de apelo para vocês através das palavras de ordem do nosso Primeiro-Ministro: vamos ganhar a batalha da produção, vamos ven-

cer de vez os nossos inimigos, vamos construir o nosso socialismo. Nada mais tenho para vos dizer senão pedir-vos: unidade na luta, unidade nas fábricas, unidade nos campos, unidade na batalha da produção, unidade no socialismo.

Passava já das onze horas da noite quando os manifestantes começaram a abandonar a Praça

de apelo para vocês através das palavras de ordem do nosso Primeiro-Ministro: vamos ganhar a batalha da produção, vamos ven-

cer de vez os nossos inimigos, vamos construir o nosso socialismo. Nada mais tenho para vos dizer senão pedir-vos: unidade na luta, unidade nas fábricas, unidade nos campos, unidade na batalha da produção, unidade no socialismo.

Passava já das onze horas da noite quando os manifestantes começaram a abandonar a Praça

de apelo para vocês através das palavras de ordem do nosso Primeiro-Ministro: vamos ganhar a batalha da produção, vamos ven-

cer de vez os nossos inimigos, vamos construir o nosso socialismo. Nada mais tenho para vos dizer senão pedir-vos: unidade na luta, unidade nas fábricas, unidade nos campos, unidade na batalha da produção, unidade no socialismo.

Passava já das onze horas da noite quando os manifestantes começaram a abandonar a Praça

de apelo para vocês através das palavras de ordem do nosso Primeiro-Ministro: vamos ganhar a batalha da produção, vamos ven-

cer de vez os nossos inimigos, vamos construir o nosso socialismo. Nada mais tenho para vos dizer senão pedir-vos: unidade na luta, unidade nas fábricas, unidade nos campos, unidade na batalha da produção, unidade no socialismo.

Passava já das onze horas da noite quando os manifestantes começaram a abandonar a Praça

de apelo para vocês através das palavras de ordem do nosso Primeiro-Ministro: vamos ganhar a batalha da produção, vamos ven-

cer de vez os nossos inimigos, vamos construir o nosso socialismo. Nada mais tenho para vos dizer senão pedir-vos: unidade na luta, unidade nas fábricas, unidade nos campos, unidade na batalha da produção, unidade no socialismo.

Passava já das onze horas da noite quando os manifestantes começaram a abandonar a Praça

de apelo para vocês através das palavras de ordem do nosso Primeiro-Ministro: vamos ganhar a batalha da produção, vamos ven-

cer de vez os nossos inimigos, vamos construir o nosso socialismo. Nada mais tenho para vos dizer senão pedir-vos: unidade na luta, unidade nas fábricas, unidade nos campos, unidade na batalha da produção, unidade no socialismo.

Passava já das onze horas da noite quando os manifestantes começaram a abandonar a Praça

de apelo para vocês através das palavras de ordem do nosso Primeiro-Ministro: vamos ganhar a batalha da produção, vamos ven-

cer de vez os nossos inimigos, vamos construir o nosso socialismo. Nada mais tenho para vos dizer senão pedir-vos: unidade na luta, unidade nas fábricas, unidade nos campos, unidade na batalha da produção, unidade no socialismo.

Passava já das onze horas da noite quando os manifestantes começaram a abandonar a Praça

de apelo para vocês através das palavras de ordem do nosso Primeiro-Ministro: vamos ganhar a batalha da produção, vamos ven-

cer de vez os nossos inimigos, vamos construir o nosso socialismo. Nada mais tenho para vos dizer senão pedir-vos: unidade na luta, unidade nas fábricas, unidade nos campos, unidade na batalha da produção, unidade no socialismo.

Passava já das onze horas da noite quando os manifestantes começaram a abandonar a Praça

de apelo para vocês através das palavras de ordem do nosso Primeiro-Ministro: vamos ganhar a batalha da produção, vamos ven-

cer de vez os nossos inimigos, vamos construir o nosso socialismo. Nada mais tenho para vos dizer senão pedir-vos: unidade na luta, unidade nas fábricas, unidade nos campos, unidade na batalha da produção, unidade no socialismo.

Passava já das onze horas da noite quando os manifestantes começaram a abandonar a Praça

de apelo para vocês através das palavras de ordem do nosso Primeiro-Ministro: vamos ganhar a batalha da produção, vamos ven-

# PROCESSO REVOLUCIONÁRIO E BATALHA DA PRODUÇÃO

## A REACÇÃO E A BATALHA DA PRODUÇÃO

Certos oportunistas e certos pseudo-revolucionários afirmam que a batalha actual é do emprego e não da produção, como se uma e outra se opusessem, e como se a solução do grave problema do desemprego não passasse também pela vitória na batalha de produção.

Efectivamente, qualquer análise que não se limite a ficar pela superfície das coisas, rapidamente leva-nos à conclusão que uma das maneiras mais importantes de resolver o grave problema do desemprego, de pagar melhores salários, de melhorar as condições de vida no seu Povo, é produzir mais, vender mais, e repartir melhor.

Um exemplo concreto, tornará mais claro, e, portanto, também de mais fácil compreensão o que se acabou de dizer.

Como é sabido, a construção civil enfrenta actualmente uma grave crise. A diminuição de actividade deste importante sector económico, está a determinar, por um lado, um elevado número de despedimentos (por ex.: só no distrito de Lisboa a média de despedimentos na Construção Civil e Obras Públicas é de cerca de 100 trabalhadores por dia), e, por outro lado, uma grave crise em todos os outros sectores em que a construção civil constitui uma importante parcela do seu mercado (ex.: móveis, metalomecânica, materiais para a construção civil, etc.).

É evidente, portanto, que o por em funcionamento o sector da Construção Civil e Obras Públicas, que o aumentar a produção neste importante sector da actividade económica, irá dar trabalho a milhares de trabalhadores da construção civil que ainda estão empregados (há muitos que ainda estão nas empresas mas já sem trabalho), e muitos que foram já lançados no desemprego, e também a muitos outros milhares que vivem ou viviam em empresas em que a construção civil e obras públicas constituem um importante mercado de venda.

\*\*\*

O que se disse para a construção civil é verdadeiro para outros sectores de actividade económica e também para as empresas. Quando se aumenta a produção numa empresa, por um lado, são necessários, para que isso se torne uma realidade mais matérias-primas (o que dará mais trabalho e mais emprego às empresas que produzem aquelas matérias-primas) e, por outro lado, produzir-se-ão mais produtos para vender (consequentemente mais riqueza para a empresa que produz, e, portanto, para os trabalhadores dessa empresa e também para todos os trabalhadores), e, portanto, mais trabalho para as empresas que se encarregam de vender aqueles produtos.

É esta profunda interdependência entre as diferentes unidades económicas que nunca deve ser esquecida sob pena de que as conclusões que se tirem sejam falsas.

É certo que muitas empresas enfrentam, actualmente, dificuldades crescentes para vender o que produzem.

Mas não é congelando ou mesmo diminuindo a actividade produtiva, que se resolverá o problema dessas empresas, e que se solucionará a crise económica que o País enfrenta e a grave questão resultante do número de trabalhadores desempregados já ultrapassar os 200.000.

E por tudo isto que se afirma, contrariamente ao que dizem certos oportunistas e determinados revolucionários da palavra, que a batalha da produção não significa apenas aumento de produção e subida da produtividade.

Elá é isto, mas também muito mais. Quando os trabalhadores da Lisnave, perante a passividade da administração, começam a interessar-se pela sobrevivência e continuação de laboração da própria empresa, eles estão verdadeiramente interessados na batalha da

produção; da mesma forma estão interessados na batalha de produção os trabalhadores da construção civil quando analisam e propõem soluções para a grave crise que enfrenta este sector da actividade económica; igualmente estão empenhados na batalha de produção os trabalhadores que lutam contra a sabotagem económica e contra a descapitalização das empresas, que se opõem ao ataque e saneamento sumário dos quadros por serem quadros (é sabido que esta é uma forma que a reacção utiliza para paralisar a actividade das empresas e desarticulação económica); estão igualmente empenhados na batalha da produção aqueles trabalhadores que aumentaram os seus créditos de trabalho (ex.: Cometa, Agência de Almada do Banco Espírito Santo); que se opõem à entrada em vigor de horários e salários que poriam em perigo a Economia Nacional (ex.: têxteis e químicos); que põem as suas empresas a vender produtos apenas portugueses (ex.: Pão de Açúcar e Nutriplol); estão também empenhados na batalha da produção aqueles trabalhadores que tomam, nas suas próprias mãos, a reconversão de sectores de actividade económica (ex.: montagem de automóveis, têxteis), que se esforçam para desbloquear a actividade económica, que controlam a aplicação dos créditos fornecidos pela banca, que obrigam as administrações a procurar novos clientes, novos mercados e novos produtos, etc.

Tudo isto é batalha de produção e tudo isto não esgota o conteúdo da batalha da produção.

Para se compreender o conteúdo revolucionário desta palavra de ordem, que é a batalha de produção, é preciso ter presente, pelo menos, o seguinte:

- 1) A reacção está vitalmente interessada em diminuir a actividade produtiva e em provocar a ruína do País; os trabalhadores devem estar fundamentalmente interessados em aumentar a produção, em impedir a paralisação da actividade produtiva;
- 2) Com o avanço da política antimonopolista e antilatifundiária, com a multiplicação da nacionalização dos sectores-chave e com a expropriação dos latifundiários, sectores cada vez mais importantes da Economia são retirados das mãos do capital monopolista e das dos grandes agrários e colocados sob o controlo da colectividade, através do Estado; desta forma, estão-se a criar as condições materiais para pôr os resultados da actividade dos trabalhadores e a própria Economia ao serviço do Povo Português, principalmente das camadas mais desfavorecidas da população;
- 3) Finalmente convém lembrar que a reacção externa está interessada em isolar o País, em boicotá-lo; portanto, a batalha de produção é também uma forma de combater esta conduta de reacção internacional.

\*\*\*

Em suma, podemos dizer que a batalha de produção é uma das linhas divisorias que separa, neste momento, aqueles que estão verdadeiramente interessados em fazer avançar e consolidar o processo revolucionário em curso, de todos aqueles cujo objectivo e papel histórico é paralisar, quando não mesmo fazer retroceder, a Revolução Portuguesa.

Como já afirmou, e bem, o sr. Primeiro-Ministro, General Vasco Gonçalves, «ou se está com a revolução ou se está com a reacção. Não há via intermédia».

Neste momento, estar-se com a revolução é estar-se verdadeiramente empenhados na batalha da produção.



Avante na batalha da produção!

## NA COOPERATIVA ESTRELA VERMELHA A JUVENTUDE COMUNISTA DÁ O EXEMPLO

Iniciativa da Comissão de Visitas de Estudo da UJC do distrito de Lisboa, a visita à Cooperativa Estrela Vermelha em que, no último fim-de-semana, participaram trezentos jovens, foi bem o exemplo da firme disposição da nossa juventude em participar activamente no processo revolucionário em curso, um verdadei-

ro testemunho de qual deverá ser a nova atitude da juventude perante o trabalho.

O local da partida foi o Campo Pequeno, que às 8 horas da manhã do passado sábado foi povoado de alegre balbúrdia e confusão, até que os trezentos jovens que aderiram à iniciativa se acomodaram «com armas e bagagens» nas respectivas camionetas. Incansáveis nas suas cantigas e brincadeiras de viagem, lá seguiram até Setúbal, ponto de paragem «obrigatório», para o pequeno-almoço! A paragem seguinte foi em Grândola, onde os jovens saíram para a rua e percorreram a vila em manifestação de apreço, respeito e carinho pelo combativo povo da Vila Morena, que correspondeu de igual forma, associando-se à manifestação.

Já na Cooperativa, o almoço com os camponeses, a tarde de convívio e um minicómicio foram um verdadeiro estreitar de laços de amizade e cooperação entre aquelas centenas de homens e mulheres, rapazes e raparigas, tão diferentes e, todavia, tão semelhantes, todos eles verdadeiros trabalhadores da Revolução.

III — Criação imediata de uma empresa estatal que coordene e dinamize o comércio de importação e exportação;

IV — Constituição de comissões de inquérito para saneamento integradas nas comissões de trabalhadores. O saneamento aplicar-se-á aos que conscientemente visem prejudicar os trabalhadores e/ou atrasar o processo revolucionário em curso;

V — Impedir a distribuição de lucros, aplicando-os na consolidação económico-financeira das empresas;

VI — Congelamento ou confisco dos bens pessoais de administradores, sócios-gerentes e família, conforme haja indício ou confirmação de actos de sabotagem económica;

VII — «Controlo» do desvio de fundos, nomeadamente os seguintes: financiamentos bancários; subfacturação de produtos; sobrefacturação de matérias-primas e bens de equipamento; vendas sem facturação; indemnizações por deficiência de fabrico simuladas; «controlo» de todas as despesas;

VIII — Lutar pela criação nas empresas de melhores condições de trabalho, higiene e segurança;

IX — Cumprimento escrupuloso dos contratos colectivos de trabalho, nomeadamente o que se refere a salários;

X — Necessidade de se adoptar sem demora um plano de contas nacional, por forma a possibilitar um «controlo» eficiente da gestão das empresas;

XI — Dinamização de contactos regulares intercomissões das empresas do sector como uma das formas de desenvolver a solidariedade entre trabalhadores;

XII — Obrigação de as administrações informarem as comissões de trabalhadores, verbalmente e/ou por escrito, de todas as decisões que respeitem a política da empresa;

XIII — Pôr os órgãos de Informação ao serviço dos trabalhadores e da Revolução, quer pela divulgação das suas lutas, quer pelo esclarecimento dos seus direitos.

dadeiramente, com os trabalhadores rurais.

«É preferível ver uma vez do que ouvir cem vezes»

Sabendo que a UJC está a organizar diversas visitas de estudo a diferentes locais de trabalho rural e fabril, o «Avante!» falou com a Comissão Organizadora. Explicaram o porque destas iniciativas — «destinam-se a cimentar a união entre as massas trabalhadoras, neste caso entre a juventude trabalhadora comunista e os demais trabalhadores, de forma que convivam e discutam, entre si, os variados problemas que lhes vão surgindo no seu dia-a-dia de trabalho, e para os quais tentam encontrar soluções. Estas visitas constituem, assim, um grande passo no reforço da unidade das massas trabalhadoras, sem a qual jamais o processo revolucionário poderá avançar e o socialismo ser uma realidade».

«Pensamos que estas visitas de estudo se devem caracterizar por deslocações a determinados sítios, nos quais se estuda ou se colabora em algo que possa vir a enriquecer a nossa experiência, e em que se conjuga o passeio com o trabalho. E sob este prisma que encaramos».

«Só com grandes jornadas de trabalho, convivendo com os outros trabalhadores, mas num convívio de trabalho, se consegue essa preparação e informação. E consegue-se porque vamos sentir nos nossos corpos e ver com os nossos olhos, as dificuldades e condições existentes. Há um ditado russo que diz: «É preferível ver uma vez do que ouvir cem vezes.» Este ditado



«... nesta terra hoje nossa!»

mas a visita à Estrela Vermelha. Fomos lá estudar e trabalhar.

«Fomos estudar como se forma e se mantém uma cooperativa. Quais são os seus objectivos, qual é a sua integração na actual sociedade e qual a sua participação na construção da futura sociedade socialista».

«Queremos estudar tudo isto porque consideramos de extraordinário interesse humano, social e político, o facto de a velha aspiração do proletariado rural — a terra a quem a trabalha — começar a ser uma realidade neste

Portugal renovado, onde não haverá nenhuma possibilidade de construir o socialismo sem a participação responsável e dirigente da classe operária e camponesa. E também porque é nosso dever interessarmo-nos e lutarmos pelas reivindicações e pelas conquistas, desejadas ou conseguidas, de todos aqueles que laboram a terra, e ainda de todos os que, de uma forma ou de outra, vivem apenas do seu trabalho e estão vitalmente interessados no pleno sucesso da Revolução em curso».

## Conferência unitária de Braga

# DEFINIDA PARA A INDÚSTRIA TÊXTIL UMA POLÍTICA GLOBAL E COERENTE

Conferência unitária de Braga

Tendo em conta a actual fase do processo revolucionário e a necessária mobilização popular — nomeadamente a batalha de produção que urge vencer — e considerando que tal só será possível através da participação activa das classes trabalhadoras, a partir de agora têm de ser as mais intrinsecamente defensoras do processo revolucionário em curso, de modo a assegurarem o rumo ao socialismo, no domingo passado, uma Conferência Unitária dos Trabalhadores da Indústria Têxtil do Distrito de Braga.

De facto, a crise da indústria têxtil causa sérias preocupações no futuro de milhares e milhares de trabalhadores de todo o País. Assim, e dado que está em jogo a maior força industrial do distrito, as células das empresas têxteis de Braga do nosso Partido, junto com outros trabalhadores, decidiram promover esta conferência.

A grave crise que o sector neste momento atravessa é a consequência de uma exploração desenfreada que os capitalistas levaram a cabo durante o fascismo, sem nunca se terem preocupado numa reconversão da maquinaria, e que prosseguiram, depois, por todas as formas de sabotagem económica. Os patrões apontam como causa a ausência de mercados — mas esta mesma situação é propositadamente originada por eles.

Entretanto, os trabalhadores começam a tomar consciência da situação crítica que atravessam as empresas. Prova disto é a grande participação com que contou esta Conferência Unitária. Para além da grande afluência, para além da grande participação que caracterizou os trabalhos de todas as secções, esta reunião foi uma demonstração evidente de que realmente os trabalhadores estão aptos a dirigir os seus destinos.

Mas, acima de tudo, conforme frisou o camarada Carlos Costa no plenário de encerramento, pela primeira vez no nosso País foi traçada uma política de conjunto e coerente para a indústria têxtil. Nunca até aqui os fascistas, e nem mesmo o Go-

verno Provisório, conseguiram traçar uma política de conjunto e coerente para solucionar tanto quanto possível os problemas da indústria têxtil. E isto foi possível dado o espírito unitário que caracterizou do princípio ao fim este dia de intenso trabalho. Mais uma vez se constatou na base de todo o trabalho de recuperação de um sector em situação difícil, constituindo a barreira principal ao agravamento da crise e às manobras do patronato tendentes a fazer pagar exclusivamente à classe operária e aos trabalhadores o preço das dificuldades, tem estado e continua a estar a luta unida dos trabalhadores em defesa do direito ao trabalho, em apontarem soluções para essa mesma crise.

### Cinco horas de intenso debate

De todo o distrito, principalmente dos maiores centros têxteis, nomeadamente de Paife, Faramilica, Braga, Guimarães, Riba de Ave e Delães, afluíram para Riba de Ave largas centenas de operários têxteis para participar nos trabalhos na sequência de um intenso trabalho prévio realizado em muitas empresas do sector, e de uma profunda mobilização dos operários têxteis em defesa dos seus interesses.

Já antes das 9 e 30, hora marcada para o plenário inicial, era grande o número de pessoas que, de camioneta, automóvel, a pé ou de motorizada, iam chegando ao Externato, onde decorreram os trabalhos.

A abrir, teve lugar um plenário na cantina, no qual foram expressos, por António Lopes, os objectivos e o modo de funcionamento da conferência. Na mesa encontravam-se ainda três elementos do executivo da conferência — Salgado Lobo, Fernando Pereira e José Noronha —, delegações dos Sindicatos Têxteis de Delães e ainda o camarada Carlos Costa, da Comissão Política do Comité Central do nosso Partido.

Abriu o plenário o presidente do Sindicato dos Têxteis do Distrito de Braga, que frisou a importância da participação dos trabalhadores na batalha da produção e a importância desta conferência.

clis da consciencialização dos operários deste sector nesta batalha. Aparente, ainda, para tal, a importância da unidade dos trabalhadores.

Seguidamente, Carlos Costa fez um enquadramento da Conferência Têxtil no actual momento político.

As salas do Externato encheram-se, então, de operários têxteis que se repartiram pelas seguintes secções: Produção, Produtividade, Investimentos e Matérias-Primas; Vendas e Escoamento da Produção; Desvio de Fundos, Financiamentos, Informação, Controlo de Despesas e Saneamento; Situação das Empresas Ocupadas; e Salários, Condições de Trabalho e Condições Sociais.

Iniciados cerca das 10 horas, interrompidos às 13, para prosseguirem depois das 15 às 17, os trabalhos foram intensos durante estas cinco horas de trabalho.

A discussão, a crítica, o levantamento de questões, foram permanentes. A vivacidade com que decorreram os trabalhos, as constantes intervenções que se sucediam em torno das questões em análise, são bem prova de que as conclusões reflectem de facto uma posição coerente dos que mais profundamente estão interessados no futuro do sector — os operários têxteis.

### Defender os interesses de classe e conquistar melhores condições de vida

Os trabalhos finais de aprovação das conclusões decorreram no Teatro Narciso Ferreira, em virtude do número de participantes ter aumentado durante a tarde.

Nela participaram ainda um representante do Ministério do Trabalho, que teve oportunidade de ler uma mensagem do dr. Carlos Carvalhal à conferência.

A aprovação por aclamação das conclusões, seguiu-se a um discurso de encerramento, proferido de improviso pelo camarada Carlos Costa. Após referido a importância da conferência e de ter abordado a situação da indústria têxtil, Carlos Costa afirmou, entre vibrantes aplausos:

«Nesta conferência foi definido clara e cabalmente o papel dos trabalhadores na realização desta política, deixando naturalmente ao Es-

tado o seu próprio papel. Marcaram também o seu papel de trabalhadores, que é o de definir uma política, de dinamizar a sua realização, de, ao fim e ao cabo, a levar à prática».

Mas, ao fazerem isto, mostraram alguma coisa mais. Mostraram que são capazes de ter — e têm tido — o papel fundamental nesta revolução que está em curso. Têm tido esse papel e têm de continuar a ter, se queremos efectivamente construir uma sociedade democrática a caminho do socialismo. Não podem ser outros senão os trabalhadores a construir essa sociedade.

Esta conferência e as conclusões que ouvimos revelam efectivamente uma grande consciência de classe e uma grande consciência política.

Por fim, depois de agradecer a participação de todos os que participaram na conferência, e aos representantes dos sindicatos, do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e do Ministério do Trabalho, o camarada Carlos Costa terminou, referindo-se à total ausência da imprensa:

«Os grandes órgãos de Informação, da rádio, televisão e grandes jornais, que mandam os seus repórteres aos desafios de futebol, deixam passar esta conferência que importa a 180 000 trabalhadores. E na verdade lamentável que cá não estejam. Parece-me que se pode tirar a conclusão de que não é o PCP que domina os órgãos de Informação».

Nós exigimos, de facto, em nome da classe operária, que os órgãos de Informação sejam postos ao serviço dos trabalhadores.

### Conclusões finais

Durante o plenário foram lidas e aprovadas por aclamação as seguintes conclusões:

I — Necessidade da criação de comissões de «controlo» de trabalhadores alargadas a todos os sectores da empresa. Naquelas em que haja dificuldade na formação de comissões de trabalhadores, impõe-se a acção dinamizadora do MFA e do Ministério do Trabalho.

II — Criação de um organismo revolucionário do sector têxtil, amplamente representado pelas classes trabalhadoras e seus organismos

# PROCESSO REVOLUCIONÁRIO E BATALHA DA PRODUÇÃO

## NO PORTO

### OPERÁRIOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL APONTAM SOLUÇÕES PARA A CRISE

Promovido pela comissão concelha do Porto do nosso Partido, realizou-se no passado sábado, na Cooperativa do Povo Português, um plenário de trabalhadores da construção civil deste concelho, a que compareceram representantes de diversas discussões alargadas das causas da crise deste sector, a que estão ligados milhares de operários.

Após a discussão dos graves problemas que afligem este sector, os participantes constatarão que a construção civil ainda não foram dadas as perspectivas necessárias para que este sector esteja realmente ao serviço do povo português.

E, assim, continuam a verificar-se irregularidades de administração; desvios de mais-valia; má gestão; não investimentos dos empresários; sabotagem económica e suborno, originando assim a desmunição dos trabalhadores; obstrução das autarquias locais e outros departamentos do Estado; aumento constante dos materiais da construção civil; obras que são adjudicadas aos empreiteiros, os quais por sua vez as adjudicam a subempreiteiros, em prejuízo, a maioria das vezes, dos seus próprios trabalhadores e falta de empenhadas de obras sociais por parte do Estado, nomeadamente grandes empresas capitalistas, as quais estão viradas para o tipo de construção de lucro fácil.

Devido ao adiantado da hora, não foi possível à mesa apresentar logo as conclusões, ficando de elaborá-las posteriormente. Assim, ficaram assentes as seguintes conclusões:

1—Organização dos trabalhadores a todos os níveis com formação de comissões de trabalhadores ou comissões sindicais.

2—Notória a falta de apoio de alguns sindicatos ditos livres que, afastando-se da defesa dos reais interesses dos trabalhadores, criam a sua divisão.

3—Necessidade de um estudo urgente a nível nacional de reestruturação da construção civil, sua necessária nacionalização, único meio de a colocar ao interesse do povo português.

4—Imediata nacionalização ou expropriação dos solos.

5—Sanamento nas autarquias locais, nomeadamente nas Câmaras Municipais do Porto, V. N. de Gaia e Matosinhos, e no aparelho de Estado, caso do Ministério do Equipamento Social e Ambiente.

6—Aplicação eficaz do Decreto-Lei n.º 660/74.

7—Congelamento imediato dos bens pessoais e familiares, bem como de contas bancárias dos empreiteiros e familiares destes, durante a actuação das comissões de inquérito às empresas.

8—Proibição de despedimentos sem justa causa.

9—Formação, nas câmaras e organismos do Estado ligados ao sector, de centros de estudo e projectos de construção de habitações sociais.

10—Revogação de todas as leis fascistas que prejudicam os trabalhadores, nomeadamente o artigo 100.º do Decreto-Lei n.º 49 408.

11—Entregada das empresas do sector ao sentido do aproveitamento total da capacidade produtiva das empresas.

12—Avanço firme e definitivo do processo revolucionário, assente num reforço da unidade do povo com o MFA.

#### Operário agredido na firma Zagalo

No decorrer da Reunião Unitária de Trabalhadores da Construção Civil, que se realizou no Porto, um trabalhador da firma José Pereira

Zagalo, João Manuel Araújo, referiu a situação da empresa onde trabalhava, salientando particularmente as irregularidades económicas que lá se registam. Por este facto, no passado dia 27, recebeu uma chamada telefónica dos escritórios da firma, pelas 14 e 30, pedindo a sua comparência no escritório juntamente com mais três delegados sindicais. Naquela local estavam todos os empregados do escritório e os delegados sindicais. Entretanto, o empresário José Zagalo verberou as declarações feitas na reunião sobre a sua empresa, tendo-se desenvolvido uma acesa discussão à volta da ameaça de despedimento para os duzentos trabalhadores da firma. E, quando o trabalhador João Manuel Araújo afirmou que o patrão estava a roubar os trabalhadores, este agrediu-o, logo secundado por alguns apauiguados, tendo ficado ferido na cabeça.

Logo que se aperceberam do que se estava a passar, a maioria dos trabalhadores concentrou-se junto à porta do escritório, apoiando o seu camarada de trabalho, e foi graças a esta tomada de posição que a agressão não tomou feição mais grave.

Entretanto, foi decidido convocar um plenário para pôr os trabalhadores da firma ao corrente do que se passava, exigindo estes que o seu colega continuasse a trabalhar.



DISTRITO DO PORTO

### EM FRENTE PELO SINDICATO DOS ASSALARIADOS RURAIS

No seguimento de uma primeira reunião realizou-se, em Penafiel, uma importante Assembleia de Assalariados Rurais desta zona.

Foi grande o número de assalariados rurais que ali ocorreu. Por muito que os proprietários das quintas e os feitores tentem desmobilizar e desinteressar os assalariados rurais em formarem a sua organização de classe, eles acabaram em grande quantidade e chegaram ao salão paroquial de Penafiel.

Efectivamente, também aqui os proprietários têm levado a cabo uma série de actividades reaccionárias, que vão desde o despedimento puro e simples de trabalhadores, até ao desinteresse pela terra, deixando-a parcial ou totalmente em pouso.

Exemplo deste desinteresse é o que aconteceu na Quinta de Segade, que é uma das maiores propriedades da freguesia de Bustelo e que tem vindo a ficar abandonada, deixando de ser cultivada.

Como em todas as outras, trabalham ali alguns operários agrícolas de sol a sol, quando têm direito a oito horas de trabalho diário; não têm assistência médica a que têm direito; e não têm assistência na velhice, como seja o caso do sr. Mercúrio e do sr. Agostinho, que de mara tudo o esforço de uma vida de trabalho e que agora são votados ao desprezo. Mas a acção do patrão do "fascista Sousa Pereira" (como é normalmente chamado pelos trabalhadores), que foi reitor da Universidade do Porto, não fica por aqui: começou também a despedir trabalhadores. Despediu um primeiro e depois mais dois, sem justa causa. Contra isto levantaram-se os outros assalariados da quinta, que se recusaram a trabalhar enquanto não fossem readmitidos.

Esta unidade dos trabalhadores e a presença de representantes da USP/Intersindical e do MFA, forçaram o "fascista Sousa Pereira" a readmitir os trabalhadores.

Estes latifundiários, num momento em que a batalha da produção é decisiva para o fim da exploração do homem pelo homem, não se preocupam em deixar grande parte das quintas sem serem cultivadas. Conforme foi expresso na Assembleia por muitos dos presentes esta si-

tuação é comum a todas as quintas da zona. Entretanto, em todas as intervenções ficou bem patente a predisposição para por fim a esta situação, para aumentarem a produção para, ao invés de despedirem pessoal, adquirirem mais mão-de-obra.

No seguimento da reunião, foi decidido avançar já com uma pequena organização que vá centralizando todos os problemas que se irão levantando, com vista a, depois de feitas as eleições de delegados por quinta, criar um sindicato de âmbito distrital. Entretanto, tudo o que for necessário será tratado com os assalariados da quinta da Aveleda.

Conforme tinha ficado bem expresso na I Conferência de Camponeses do Norte, realizada no Porto em fins de Dezembro, os assalariados agrícolas do Norte sentiam como urgente a necessidade de criar os seus sindicatos, embora não soubessem como fazê-lo.

Decorridos alguns meses após esta primeira discussão do assunto pelos directamente interessados são já dados importantes passos com vista à efectivação deste importante objectivo. Os assalariados rurais da zona demarcada do vinho do Porto dão também já alguns passos com vista à sua organização de classe, o mesmo acontecendo já em algumas zonas do distrito de Braga. Até aqui submetidos a formas ignominiosas de exploração os assalariados rurais do Norte unem-se e formam as suas organizações de classe, com vista a defenderem os seus interesses e a defenderem os interesses nacionais, contra a sabotagem dos grandes proprietários, dos absentistas,

#### OCUPADO O «CORREIO DOS AÇORES»

### OS TRABALHADORES LUTAM PELOS SEUS DIREITOS

Os trabalhadores do jornal «Correio dos Açores», que se publica em Ponta Delgada, ocuparam no passado dia 29 de Maio as instalações do jornal, dando início a uma luta que tem como objectivos e de acordo com o comunicado que nesse mesmo dia publicaram os seguintes pontos:

- 1.—Defender o seu trabalho, ameaçado pela perspectiva de «declaração de falência e encerramento da empresa», segundo foi comunicado pela entidade patronal, a qual afirmou mesmo que no fim do presente mês já não dispunha de fundos para pagar os salários;
- 2.—Assegurar a continuação da publicação do jornal, do qual não desejam ver privada a população do distrito;
- 3.—Obter, dentro da empresa, o saneamento dos responsáveis pela actual situação económica da empresa.

Manifestando que, com esta luta, defendem o seu direito ao trabalho e que não devem ser os trabalhadores a pagar o preço das administrações ruins, os trabalhadores do «Correio dos Açores» decidiram ainda solicitar a intervenção do Estado na empresa, assim como manter a ocupação da empresa até que se verifique a solicitação intervenção ou a chegada de uma comissão governamental para estudar a situação económica da empresa e as soluções para o seu saneamento económico e financeiro. O comunicado termina com um apelo para todos os democratas no sentido de contribuírem para a maior expansão possível do nosso jornal, com vista a poderem ser neutralizadas as manobras com

### ASSALARIADOS RURAIS DE CASTELO BRANCO EM MARCHA PELA CRIAÇÃO DO SEU SINDICATO

No momento em que no nosso país se dão passos decisivos na execução da Reforma Agrária, é fundamental a participação organizada dos assalariados agrícolas para que a terra seja entregue a quem efectivamente está interessado na produção e na melhoria das condições de vida do nosso povo.

Esta uma das razões fundamentais que conduziu trabalhadores rurais mais conscientes do distrito de Castelo Branco a encetar a tarefa de constituição de um sindicato de assalariados rurais. Animados pelo apoio que desde o primeiro momento lhes foi prestado por partidos progressistas, entre os quais o nosso Partido e o MDP/CDE, trabalhadores das freguesias de Idanha-a-Nova, Lousa, Malpica do Tejo, Oleado, Rosmanhal, Salvaterra de Extrema, Zebreira constituíram-se em comissões Pró-Sindicato e iniciaram um processo de esclarecimento de outros trabalhadores no sentido de incentivar a criação da sua associação de classe.

Se em qualquer zona do País a organização das classes trabalhadoras é fundamental para a sua participação no processo revolucionário português, no distrito de Castelo Branco constitui uma necessidade inadiável. O subdesenvolvimento económico e social da região, a heterogeneidade da estrutura fundiária na qual coexistem os tipos de propriedade característicos quer do Norte quer do Sul do País, o nível de exploração das massas trabalhadoras, a colonização mental das populações conduzida durante que meio século pelos laços do regime fascista, o regime de terror que os caciques locais fazem ainda reinar acenando com o espantallo do anticommunismo, como arma predilecta da reacção contra o processo democrático, a utilização dos sentimentos religiosos segundo os desígnios das forças contra-revolucionárias caracterizam toda a região da Beira Baixa.

Neste contexto que os passos dados pelas comissões Pró-Sindicato assumem uma importância que ultrapassa os limites da tarefa concreta de constituição de um sindicato. Como expressam os trabalhadores de Castelo Branco, foi a acção dos sindicatos operários agrícolas de outras regiões do Sul do País que fez sentir aos camponeses de Castelo

Branco até que ponto necessitam de estar organizados. A criação de um sindicato operário agrícola em Castelo Branco será, por sua vez, um exemplo para estimular a organização de outras camadas de trabalhadores do campo, pequenos e médios camponeses; será um testemunho de como a união é uma arma a opor à exploração, é um instrumento de força dos trabalhadores ampliando a sua capacidade de intervenção e participação na vida nacional de cujo progresso depende a melhoria da sua vida individual.

A organização representa, pois, esta tomada de consciência a nível superior através da qual o trabalhador compreende que se reencontra a sua força enquanto integrado na sua classe.

Os trabalhadores das comissões Pró-Sindicato, aos quais o nosso Partido e o MDP/CDE acompanham com uma acção de esclarecimento e estímulo, reunidos, decidiram pedir o apoio dos Ministérios do Trabalho e da Agricultura,

do Movimento das Forças Armadas, da Comissão Regional da Reforma Agrária, da Intersindical Nacional e dos Sindicatos de Operários Agrícolas de outras regiões do País e elegeram um grupo de trabalho para organizar uma grande assembleia de assalariados agrícolas do distrito. Nessa assembleia que se realizará no próximo dia 8, em Castelo Branco, eleger-se-á uma Comissão Directiva Provisória, constituída por representantes do Sindicato dos Operários Agrícolas da região.

No distrito de Castelo Branco, os trabalhadores na agricultura e na pecuária atingem o número de 25 005. Organizá-los não constitui uma tarefa fácil mas essa organização representa uma das formas indispensáveis de participação popular no processo revolucionário, e os trabalhadores não pouparão esforços no sentido de avançar, unidos e organizados, na grande batalha de democratização do País.

### TRABALHAR PARA A REVOLUÇÃO

CONTINUADO DA PAG 1

na fábrica, no escritório, na cooperativa, no campo; o feriado que se oferece para realizar tarefas de interesse colectivo; a iniciativa individual ou de grupo para que se organizem «jornadas de trabalho patriótico», o empenhamento sólido, afinal, em tudo o que possa contribuir para percorrer o caminho certo para o socialismo, tudo se resume em contribuições inestimáveis para a batalha da produção.

Mas, ainda assim, na avançada uma polegada no caminho, se ganhassem corpo e aumentassem de volume atitudes divisionistas e objectivamente contra-revolucionárias como as que tem tomado a actual direcção do Sindicato dos Químicos do Norte (Porto), a propósito do contrato colectivo para o sector.

Depois de uma greve irreflexiva e sem qualquer apoio de massas, que reduziu em fracasso aquela direcção, posta em causa por milhares de trabalhadores, continua a tentar iludir-nos com uma tabela salarial totalmente impossível de satisfazer nas actuais condições e procuram fazer crer, contra a verdade dos factos, que a tabela proposta

pelos gémeos seria superior à que propõe a Comissão Arbitral constituída por acordo entre as partes para decidir sobre os pontos em litígio.

Mas essas atitudes não chegam para desanimar os trabalhadores e quebrar a sua unidade revolucionária. Não são as direcções de um ou dois sindicatos, não são meia dúzia de «comissões de trabalhadores», fazendo o jogo de padrões reaccionários e fomentando a divisão, que conseguirão travar o ímpeto dos mineiros de Aljustrel (dispostos a participar activamente na vigilância e na reorganização da empresa, com a ajuda do sindicato) que serão suficientes para travar a determinação dos trabalhadores da Mundet (decididos a manter viva a empresa e a garantir os postos de trabalho) que perturbarão a jornada de 10 de Junho dos trabalhadores da Cometa e de tantas outras empresas, que farão «curar os trabalhadores da Sorefame, da EFL, das minas do Pejão e da fábrica Oriental».

Cada vez mais os campos se estreitam na batalha da produção. E os trabalhadores não alinham ao lado dos seus inimigos, aprendendo os indícios e os meios esclarecidos a resistir, cada vez melhor à demagogia, à baixa política antinunitária, aos truques que a reacção e os falsos amigos usam para atacar em pontos vitais o processo revolucionário.

As adesões sucedem-se. Todos os dias nos chegam notícias de uma batalha prodígio. E não são apenas os trabalhadores da indústria, do comércio, dos serviços. São também os trabalhadores do campo. São os trabalhadores que na herdade do Outeiro, perto de Beja, trabalham num feriado sem qualquer remuneração, são os trabalhadores e alguns estudantes que na herdade de Corte Condessa, cumprem também a sua tarefa patriótica nesse dia. E são centenas: 600 de Ervideal, 700 do Outeiro, 70 de Balaizão — homens e mulheres. São os trabalhadores de Marmelar (uma propriedade com cerca de 500 hectares) que se encarregam da cultura do milho e dos fornos de cal. Por sua total iniciativa pedem emprestadas as máquinas ao proprietário, sem possibilidades financeiras para fazer essa cultura, e solicitam à Câmara Municipal, que cede os adubos e as sementes.

E para muitos trabalhadores a batalha não começa agora. Começou há meses, quando os patrões e gerentes abandonaram as firmas, forçando empregados, operários e quadros a grandes esforços e sacrifícios diários para manterem as empresas, as fábricas e as minas a produzir, para conseguirem matérias-primas, para pagarem encomendas, para pagarem a credores e receberem os salários.

ameaçam, não são de temer as ameaças daqueles que vêem interesses inconfessáveis na defesa da unidade nas empresas, nos sindicatos, nas uniões, na Intersindical. Lutemos por ela. Lutemos pela unidade, organizados e firmes na certeza de vencermos.

#### PLASTIQUEL

### A DIVISÃO DOS TRABALHADORES AO SERVIÇO DOS DESPEDIMENTOS

A Comissão Concelha de Leiria do nosso Partido denuncia as manobras de divisão dos operários levadas a cabo pelo patrão da PlástiqueL — Plásticos de S. Miguel, em Colmeias, e que conduziu ao «saneamento» de 9 dos mais destacados trabalhadores da fábrica.

Perante a ameaça de repetição deste processo de despedimento totalmente abusivo, para o qual foi utilizada pelo patrão uma assembleia de trabalhadores não representativa e uma «comissão-fantóche» os nossos camaradas de Leiria alertam os trabalhadores da «Sóposos»,

empresa da mesma entidade patronal, para a possibilidade de idêntico processo vir a ser utilizado contra eles.

Perante este exemplo flagrante de despedimentos sem justa causa, com a ajuda da manipulação de massas conduzida por caciques locais, os trabalhadores químicos de todo o concelho de Leiria devem exigir a reintegração imediata dos colegas despedidos cujo único «crime» foi a vigilância, que os levou a detectar algumas anomalias no plano administrativo e financeiro da firma, susceptíveis de pôr em perigo a garantia de emprego de 300 trabalhadores.

#### PREVIDÊNCIA

### IMPORTANTES MEDIDAS PROPOSTAS AO CONSELHO DA REVOLUÇÃO

A extinção da Direcção-Geral da Previdência é da Federação das Caixas de Previdência, bem como a imediata institucionalização do Conselho Coordenador da Previdência e da sua Comissão Executiva foram pedidas ao Conselho Superior da Revolução porque, nomeadamente, a Direcção-Geral e a Federação «não correspondem às estruturas indispensáveis ao êxito da revolução» e «a gestão dos fundos da Previdência continua a processar-se à margem dos trabalhadores».

Essas medidas, propostas no sentido de pôr termo ao adiantado indefinido da necessária alteração das estruturas da Previdência, fazem parte das resoluções do IV Plenário do Conselho Coordenador da Previdência, transcritas num comunicado recente da Intersindical.

Entre os fundamentos apontados para a necessidade da aprovação dessas medidas inclui-se a atitude de obstrução do Ministério dos Assuntos Sociais que «mantém a sua ambiguidade relativamente à institucionalização do Conselho Coordenador da Previdência e da sua Comissão Executiva», situação que vem levando «dúvidas às Comissões Administrativas das Caixas não integradas e financeiramente superavitárias», não sabendo «se devem ou não continuar a enviar fundos que, pertencendo aos trabalhadores, vão ser geridos por estruturas que não oferecem qualquer ga-

rantia quanto à aceitação de princípios de solidariedade proletária, antes os rejeitam!».

Afirmando que «a manutenção deste estado de coisas» pode gerar-se «situações de não envio de fundos à Caixa Nacional de Pensões», o Conselho Coordenador da Previdência considera que não existe «qualquer justificação para proibir a nomeação da Comissão Administrativa para a Caixa Nacional de Pensões pelo que se deve proceder à sua imediata nomeação», não se aceitando, por outro lado, qualquer alteração «que vise diminuir a representatividade sindical» naquela Comissão ou «amputar a sua influência».

### ATLANTIC EM DEFESA DA ECONOMIA E DO EMPREGO

Empresa exclusivamente nacional, fundada em 1917, a fábrica de tintas Atlantic, com sede em Agueda e várias delegações no País, foi abandonada pela gerência há mais de um mês, ficando os 120 trabalhadores sem matérias-primas, sem salários, com contas a descoberto nos bancos, cheques sem cobertura, letras protestadas e ausência de contabilidade desde 1971.

Na luta iniciada, há três meses, para manter a fábrica em actividade, evitar o desemprego e salvaguardar os interesses do Estado (o maior credor da firma), a Comissão de Trabalhadores tem apresentado várias exposições ao Ministério do Trabalho, à 5.ª Divisão do Estado-Maior-General das Forças Armadas, ao Primeiro-Ministro, ao Ministério da Indústria, ao Conselho da Revolução e ao COPCON.

Os trabalhadores da Atlantic, que apresentam como única reivindicação, o direito ao trabalho, pedem a intervenção do Governo na empresa, pois, têm alguns milhares de litros de encomendas em carteira e não as podem satisfazer por falta de matérias-primas.

A sabotagem económica e à irresponsabilidade do patronato reaccionário opõe-se o decidido empenhamento dos trabalhadores na batalha da produção.

#### METALÚRGICOS DO PORTO

### APOIO À UNIDADE E À INTERSINDICAL NO CONTROLO E NA BATALHA DA PRODUÇÃO

Trezentos e setenta e um delegados sindicais dos metalúrgicos do Porto, representando 361 empresas e cerca de 25 000 trabalhadores, reuniram-se recentemente na cidade de Leiria, entre outros pontos, debater assuntos decisivos como a vigilância em defesa da unidade, o controlo operário, a batalha da produção e a necessidade da participação activa de todos os trabalhadores na vida sindical.

Em dois telegramas enviados ao Conselho da Revolução, à Intersindical, à União dos Sindicatos do Porto, ao Primeiro-Ministro e ao ministro do Trabalho, os delegados apoiam a consagração na lei da Intersindical como central única e exigem medidas drásticas contra «o patronato que, por várias formas, joga na reacção».

No que respeita à frente de luta económica e ao controlo

da produção, que dela faz parte integrante, as intervenções incidiram na necessidade de os trabalhadores procederem a um controlo efectivo da gestão das empresas, desde a recepção e distribuição de encomendas até à fiscalização da contabilidade. «A tarefa em que todos nos empenhámos na batalha da produção mereceu os mais vivos comentários por parte dos delegados presentes».

Já se num comunicado do Sindicato dos Metalúrgicos do Porto, foi focada também, com insistência, em bom número das 43 intervenções dos delegados, «a necessidade de aumentar as cadências de trabalho» a fim de se conseguir «a total independência económica do povo português».

Na importante reunião tratou-se ainda das funções dos delegados sindicais e da nova lei sindical, tendo em conta



A VOZ DO PCP

# informação

## Críticas e profecias do secretário-geral do PS

O dr. Mário Soares tem concedido a órgãos de Informação estrangeiros dezenas de entrevistas recheadas de críticas ao processo revolucionário, às Forças Armadas e ao nosso Partido.

Poucas vezes, porém, foi tão longe como naquela que acaba de dar à revista italiana «Europos».

A entrevistadora, Oriana Fallaci, é um nome famoso pelos escândalos que as suas entrevistas e reportagens sensacionalistas costumam provocar. O secretário-geral do PS sabia, portanto, a quem falava. Qualquer desmentido eventual perderá, assim, significado.

Após essa manifestação de desconfiança nas convicções ideológicas das bases do seu partido, declarou que em Portugal não há democracia. «Para lhe dizer a verdade — sublinhou — não temos qualquer democracia. Temos uma situação na qual, no máximo, uma pessoa pode falar de pré-democracia.»

A fim de esclarecer com precisão o que entende por democracia, afirmou que Portugal tem necessidade de achar um equilíbrio entre o poder do MFA, legalizado pela Revolução, e o do sufrágio universal.

«Apenas por meio de um equilíbrio entre as duas coisas — acentuou — poderemos conseguir uma política normal.» O movimento popular de massas não existe para o dr. Mário Soares.

«O futuro, vá o perigo de uma ditadura militar direitista nos moldes chilenos. A curto prazo, porém, o que o preocupa é a presença do nosso Partido no processo revolucionário.»

«Sabemos — disse — a senhora Fallaci — que existem grupos direitistas, especialmente no estrangeiro, que conspiram para realizar um golpe de Estado conservador. Contudo, apesar de o afirmar, assevero que a ameaça imediata, a primeira ameaça, é a de uma ditadura estalinista.»

E concretizando melhor o seu pensamento, acrescentou, mais adiante: «Se o dr. Álvaro Cunhal, secretário do Partido Comunista, não escolher uma capa democrática, se os comunistas continuarem a monopolizar os jornais, os sindicatos e os empregos, se for criada uma situação que ignore o sufrágio universal, se os soldados acederem tudo isso... então é o fim. Cairemos numa ditadura. Isso é clero, isso é certo.»

O número em questão do «Europos» ainda não foi distribuído em Lisboa. Mas é assim que as agências noticiosas resumem os pontos principais da entrevista.

Tratando-se do secretário-geral de um partido de coligação governamental, e que é ministro de Estado, esse fazer de opiniões e de profecias adquire um significado que não deve ser subestimado. A ideia que o dr. Mário Soares faz dos seus próprios correligionários não é ilusória. Encara-os como massa de manobra potencial da direita. E isso é uma injustiça. Centenas de milhares de eleitores, ao votarem no PS votaram pelo socialismo. Não são uma massa de manobra do PS. Mas pode alegar-se que esse é um problema interno do seu partido. O que não se pode aceitar sem estranheza é que o principal dirigente de um partido que assinou a Plataforma de Acordo Constitucional com o MFA exponha no estrangeiro um projecto incompatível com os compromissos assumidos.

Não discutimos o conceito de pré-democracia do dr. Mário Soares. Mas a sua alusão ao equilíbrio entre o poder do MFA e o do sufrágio universal envolve um desafio à Plataforma, uma vez que a eleição realizada teve por fim eleger uma Assembleia cuja missão «exclusiva» será a elaboração da futura Constituição. Simultaneamente, a afirmativa de que a longo prazo existe o perigo de uma ditadura militar direitista carrega em si mesma uma ofensa gratuita e directa ao MFA. Que ideia faz o dr. Mário Soares da correlação de forças existente nas Forças Armadas para formular uma previsão tão grave e injuriosa para os soldados de Abril?

Quanto aos ataques e calúnias ao nosso Partido, tornaram-se já uma rotina nas entrevistas concedidas pelo secretário-geral do Partido Socialista. «Somente muda a linguagem, cada vez mais violenta. O dr. Mário Soares fala de Portugal e do nosso Partido como se estivesse a falar de outros países e de gente de outro planeta. Os comunistas portugueses lutarão sempre e nas mais duras condições de clandestinidade contra a ditadura fascista, bateram-se no 28 de Setembro e no 11 de Março em defesa da democracia e contra os intentos fascistas, batalham diariamente pela transformação de uma sociedade a caminho do socialismo, amplamente democrática. Não monopolizam jornais, sindicatos, empregos. Os militantes comunistas, como os seus dirigentes, são defensores coerentes de uma política de unidade, não intrigam, não promovem campanhas no exterior contra a Revolução, não desenvolvem manobras para dividir os trabalhadores. Apoiam o MFA; não o atacam.»

Em matéria de empregos, como em tudo o mais, o dr. Mário Soares deveria meditar um pouco na herança que deixou no Ministério dos Negócios Estrangeiros. A actual campanha de calúnias contra Portugal não teria efeitos tão negativos se o dr. Mário Soares tivesse desmantelado a diplomacia fascista e criado uma diplomacia revolucionária. Mas o dr. Mário Soares não o fez. É muito mais fácil criticar sibilantemente o MFA, insultar o nosso Partido, falar de pré-democracia. E sobretudo fazer profecias catastróficas sobre a Revolução Portuguesa.

## O desmascaramento do MRPP

Numa operação empreendida à escala nacional, o COPCON interveio nas diversas sedes do MRPP, organização contra-revolucionária e provocatória, e prendeu algumas centenas dos seus militantes, para averiguar das ligações deste grupo com organizações terroristas apostadas no retorno a Portugal de uma sangrenta ditadura fascista, em particular o ELP, cuja existência, objectivos e acção já foram denunciados perante o Povo Português.

A operação do COPCON deu-se na sequência de alguns dos últimos casos conhecidos de sequestro e tortura praticados por aquela organização ao serviço da reacção, em particular o interrogatório píccico a que foi sujeito um jovem, ex-militante do MRPP, por se ter recusado a participar nas actividades contra-revolucionárias do ELP e ter referido o convite que lhe tinha sido feito, por parte desta organização terrorista, a um elemento do MFA.

O comunicado do COPCON em que são referidas as razões da operação empreendida, ao definir a natureza do MRPP, afirma: «Constitui o Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado um grupo político de actividade mais semelhante a um qualquer tipo de seita religiosa, com reduzida implantação junto das autênticas massas trabalhadoras do País, que tenta a todo o transe angariar adeptos para a sua frouxa ideologia, desenhada de uma acção revolucionária consciente, sólida e construtiva.»

O interrogatório e as torturas a que foi sujeito o jovem Maximino dos Santos, não são um elemento novo na actuação do MRPP. Simplesmente, até à data, ao conhecimento de tais factos não tinha ainda correspondido a resposta firme e adequada que urge. Para além dos casos referidos no comunicado do COPCON, outros houve. Em 28 de Novembro, o MRPP prendeu e torturou três jovens trabalhadores na Faculdade de Económicas. Em 20 de Março, foram presos e torturados dois militantes da UEC na Faculdade de Direito — praticamente destruída como escola e reduzida a coutada deste grupo —, um jovem do Barreiro foi preso e torturado. No dia 2 de Abril, durante o assalto do MRPP à sede da UEC, a estudante Ana Pinto foi espancada a ponto de quase cegar e outra jovem foi raptada e abandonada em Sintra. Estes crimes têm vindo a ficar, sistematicamente, na impunidade. E é essa impunidade que tem permitido a escalada das provocações e dos actos de terrorismo, inadmissíveis num país que vive um processo revolucionário conducente ao socialismo.

A prática de interrogatórios e o seu teor, a utilização da tortura como forma de extorção de confissões, as matracas, os espancamentos, o impedimento de dormir, o teor das ameaças, a existência de instalações próprias para uma actuação policial de cunho fascista, com calabouços e instrumentos de tortura, dá-nos uma imagem mais condizente com a verdadeira natureza do MRPP, pressupõe a existência, na orgânica deste grupo, de entidades com prática neste sentido tipo de actividades, diz-nos do nulo valor que tem o pelego pretensamente revolucionário.

Não é só no campo de uma actividade puramente píccica, que o MRPP se salienta. Tal actividade liga-se harmoniosamente ao carácter contra-revolucionário da actuação deste grupo. Já antes do 25 de Abril, a actividade do MRPP — dirigida, não contra o fascismo, mas contra o mais consequente defensor dos interesses dos trabalhadores e do Povo Português, o PCP — criou dificuldades ao avanço da luta antifascista nas escolas (seu campo de acção preferencial) e deu ferreiros pretextos ao agravamento da repressão sobre o movimento estudantil. Depois do 25 de Abril, a frente de batalha do MRPP tem-se identificado de uma forma linear com a frente de batalha da reacção.

a Revolução Portuguesa. A contribuição dada pelo MRPP para a criação do clima de agitação social, denunciado pelo MFA, que precedeu o 28 de Setembro e o 11 de Março, é inequívoca.

Isolado embora das massas trabalhadoras, que facilmente identificam o seu cunho contra-revolucionário, o MRPP não tem entretanto estado tão isolado na cena política nacional e internacional, como seria desejável. Nem de outra forma se poderia entender a completa impunidade em que tem actuado. Como justamente afirma um comunicado da Comissão Executiva da CC da UEC, referente à consequente actuação do COPCON: «Pode dizer-se que a acção contra-revolucionária e provocatória do MRPP não teria chegado onde chegou se não tivesse a protecção fraternal de todos os pescadores de águas turvas da Revolução Portuguesa. Mas estes tinham interesse em servir-se do MRPP, em particular quando havia que recorrer ao arsenal anticomunista ou atacar o MFA. Houve até respeitáveis partidos da coligação, em comícios igualmente respeitáveis, que adoptaram pela boca dos seus dirigentes as consignas e palavras de ordem do MRPP.» Grupos como o MRPP são úteis às forças da reacção, são úteis a todos aqueles que, não estando interessados no avanço inexorável do processo revolucionário, não podem, por razões de ordem tática, afirmá-lo e actuar de uma forma aberta. É tão grande a força de atracção do socialismo, em cuja construção em Portugal está empenhado todo o Povo, que mesmo grupos provocatórios e píccicos como o MRPP o invocam nas suas suas manipulações. Mas as palavras — que aliás negam de imediato o pretensamente conteúdo ao serem utilizadas contra as forças que lutam realmente pelo socialismo em Portugal — não invalidam os actos. Se o MRPP existe, hoje ainda, em Portugal, é porque há forças interessadas na sua existência.

Quando as actividades de alguns partidos foram suspensas, para que não pudessem vir a perturbar o processo eleitoral, ergueu-se, dentro e fora das nossas fronteiras, um coro de protestos e lamentos pelas «liberdades ameaçadas» em Portugal. É de esperar que algo de semelhante se possa vir a repetir agora. Não será por isso inoportuno perguntar — quem são os verdadeiros defensores e o garante das liberdades em Portugal? Os que advogam a possibilidade de livre actuação de grupos reacçãoários e provocatórios, cujo único objectivo, razão de ser da sua existência, é estrangular a democracia em Portugal (em nome da «pureza do 25 de Abril»), de uma pretensa «luta contra a burguesia», ou de um «socialismo» bom para os monopólios, pouco importa, ou os que estiveram nas barragens do 28 de Setembro, no RAL 11, no 11 de Março, ou que se empenham hoje na batalha da produção?

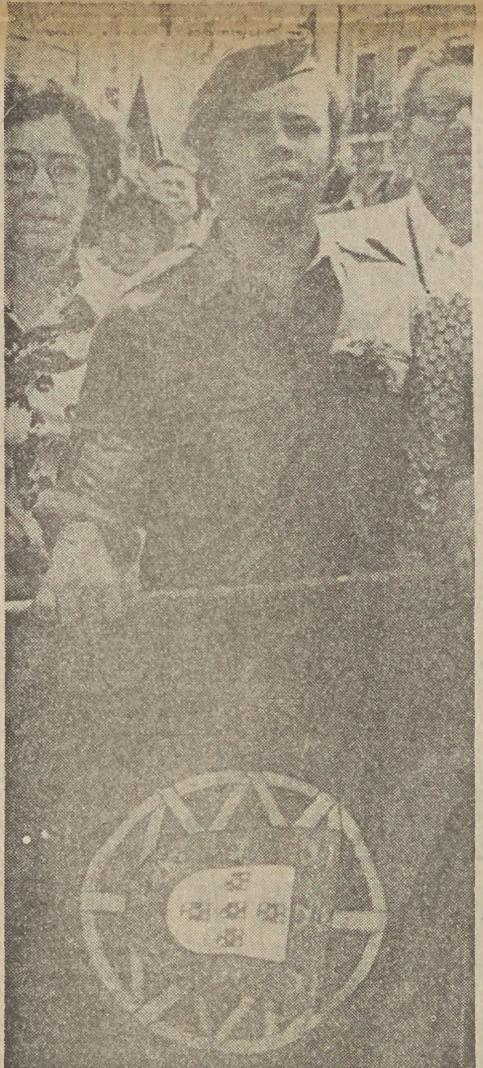
Já depois da consequente acção do COPCON, o MRPP retornou à sua actividade provocatória, nomeadamente agredindo militantes da UEC, que distribuíam, na Faculdade de Ciências, um comunicado da CC da UEC. É imprevisível que uma injustificada benevolência não volte a permitir a escalada da actuação terrorista de um grupo que não deveria ter lugar, por lhe ser alheio, na actual dinâmica do processo revolucionário em Portugal.

## «É preciso ganhar mais revolucionários para a Revolução!»

O Boletim Informativo do MFA publicou, no seu último número um artigo que abaixo transcrevemos:

«As vias mais eficazes para as transformações socialistas, não poderão deixar de reflectir as particularidades históricas concretas de cada país. No entanto as forças hostis ao socialismo desde os sociólogos e historiadores burgueses, aos reacçãoários da direita e da esquerda, não cessam de enveredar teorias, que apesar da diferença dos métodos utilizados, tem um único e mesmo objectivo que é destruir a unidade e dividir confundido os que o pretendem atingir.»

Os defensores destas concepções ou negam pura e simplesmente os desenvolvimentos da luta social, afirmando mesmo a legitimidade de socialismos diferentes. Assim, alguns teóricos proclamam que alguns modelos utilizados por outros países, não são aplicáveis nos nossos dias



senão em países subdesenvolvidos (coloniais e «emcoloniais»), opondo-lhe um modelo industrial, de acordo com países altamente desenvolvidos.

Do mesmo modo e não esquecendo as concepções malfísicas esquerdistas que fazem divisões no sistema socialista mundial, nada têm a ver com uma autêntica compreensão científica da dialéctica na edificação de uma sociedade nova, as múltiplas elocubrações do socialismo ultimamente surgidas: cristão, humanista, democrata ou nacional. Além destas criações encontram-se forças sociais cuja atitude para com o socialismo, é diferente e contraditória.

É pois necessário ter bem presente que a via para o socialismo passa por uma etapa de transformações revolucionárias democráticas populares, objectivamente necessária para exterminar as raízes do fascismo. Só a análise científica e rigorosa, nos poderá levar ao objectivo fundamental, a compreensão científica que evidencia por exemplo o que distingue um país capitalista de outro, e da importância de criar uma aliança de classe sólida, pronta e apta a seguir com convicção o proletariado na via das transformações socialistas.

Outro ponto que parece importante frisar neste momento é o da unidade. Parece-nos indispensável que as forças políticas que têm como

objectivo comum a luta anti-imperialista, o desenvolvimento da democracia antimonopolista, se unam numa vasta aliança democrática. O potencial revolucionário deste género de alianças políticas e sociais é muito grande, não parecendo historicamente viável a construção do socialismo sem a sua efectivação, dado que em caso contrário emergirá a contradição de termos uma forma política de acção-proletária e um conteúdo de reforma burguesa.

A condição de sucesso para uma revolução como a nossa deverá ser a tomada concreta de medidas políticas, económicas e sociais, que não obrigue a passividades no processo de transformação, quase sempre sinal de falta de maturidade, e da sua vulnerabilidade aos golpes da reacção. Aparecem então os perigos resultantes da falta de firmeza revolucionária, para com as classes inimigas dominantes e privilegiadas.

É por esta razão que é dever dos revolucionários estarem vigilantes, e de tomarem na altura oportuna as medidas para neutralizarem a reacção, evitando que esta requeira forças para se lançar em assaltos ao novo poder. Em cada revolução existe portanto um limite para além do qual o desejo do movimento triunfante, de evitar vítimas e destruições inúteis, se pode transformar em complacência directa para com as forças contra-revolucionárias. Outras ameaça vem do lado oposto, das pressões e exageros esquerdistas, ou tentarem ultrapassar etapas de desenvolvimento objectivamente necessárias, e de acabar explosivamente com as instituições do regime derrubado sem que criem condições para a sua substituição. Isto poderá aumentar e precipitar as crises económicas, originar confrontações de poder e minar a sua base social. Temos perante os nossos olhos casos concretos bem elucidativos do que acima se disse.

Necessita-se pois, de encontrar a justa dimensão das acções revolucionárias que visem a destruição das posições que mantêm os exploradores no mecanismo de Estado e na vida política.

Antes de mais deve procurar-se a razão fundamental da nossa luta que é garantir de um modo decisivo a solução das conquistas revolucionárias, no caminho da mudança política. O poder dos trabalhadores não deverá assumir funções destrutivas e defensivas senão na medida em que as condições concretas da luta contra o inimigo da classe o obrigarem.»

## Perigos que ameaçam a Revolução

Ao ser empossado no comando da Região Militar do Centro, o brigadeiro Manuel Charais fez, em Coimbra, afirmações que, pelo seu significado, assumem uma importância especial, num momento em que a Revolução Portuguesa está a ser alvo de uma nova e mais intensa campanha de calúnias.

«A medida — disse — que o Movimento das Forças Armadas avança, como verdadeiro Movimento que é, os obstáculos que vai encontrando são cada vez maiores e mais perigosos. Ao apontar objectivos, como socialismo e independência nacional, a Revolução Portuguesa vai multiplicando inimigos, quer interna como externamente. Para determinados regimes políticos estrangeiros, o processo em desenvolvimento no laboratório português é altamente preocupante. Se o exemplo das Forças Armadas de um País, que, ao tomar consciência da força das suas armas resolve subtraí-las à direcção dos poderes político e económico passando a utilizá-las em favor das classes mais desfavorecidas do Povo, obtém êxito, tal exemplo alastrar-se-á a todo o Mundo e muitos regimes cairão. Facilmente se compreenda, assim, os ataques que do exterior vêm sendo lançados sobre a nação portuguesa.»

«Internamente, os poderes político e económico que dominaram o Povo Português durante quase meio século estão a ser destruídos. Como consequência, as classes dominantes e privilegiadas da nossa Pátria estão a perder muitos dos seus privilégios e prerrogativas. Enquanto não compreenderem que a revolução iniciada em 25 de Abril de 1974, destruiu um tipo de sociedade geradora de miséria, analfabetismo, corrupção, injustiça e emigração e que essa revolução se encaminha, irreversivelmente, para uma nova sociedade, e que a via para a atingir, será sempre, como prioridade constante, o desenvolvimento social, económico e cultural das classes mais desfavorecidas, esse inimigo, a reacção, não desarmará.»

«Ultrapassamos, contra todas as expectativas e ainda com os cravos nas armas, um ano de revolução. Os ataques de que vamos ser alvo, vão ser cada vez mais subtis e, consequentemente, mais perigosos. A confirmá-lo está a intensa campanha de boatos destruindo tudo e todos, as constantes intrigas procurando lançar forças políticas umas contra as outras, estas contra o MFA, e dentro do Movimento, oficiais contra oficiais, classes contra classes, e mesmo unidades contra unidades.»

«Por outro lado, pagos pela reacção, ou por puro oportunismo, indivíduos ou comissões desenvolvem lutas aparentemente progressistas, mas que apenas usam a destruição da economia, a implantação do medo nas nossas populações, e até mesmo evitar que unidades e seus militares cumpram missões na defesa de revolução.»

## Piedade reacçãoária

«Vamos recordar nesta eucristia — e nas nossas orações de hoje em diante — os agentes da extinta Direcção-Geral de Segurança e suas famílias. Os cerca de 700 que se encontram na Cadeia Penitenciária esperam muito de nós. Estão-nos agradecidos por nos termos lembrado deles» — lê-se num texto editado pela paróquia de Santo António das Antas, no Porto, e que se insere na sequência de outros documentos idênticos ultimamente distribuídos por aquela paróquia.

Não só na Igreja de Santo António das Antas se tem rezado pelos criminosos da PIDE. Também na Sé Catedral do Porto se têm feito sermões a seu favor. Um «grupo de apoio» aos agentes dessa organização, que durante o fascismo tentou, em vão, vergar pelo terror os que lutavam pela democracia e a liberdade, recolheu, entretanto, segundo informou o cónego das Antas, Joaquim Carvalho de Sousa, 30 contos da donativos. Não terão sido, certamente, muitos, os que assim contribuíram para os criminosos apodados de «vítimas» da revolução portuguesa, mas foram, sem dúvida, os únicos a quem o processo de libertação de Portugal prejudica, os que durante décadas exploraram a seu bel-prazer o nosso Povo.

Os factos falam por si. Enquanto em Portugal se avança decididamente com um processo revolucionário que conduzirá à real e completa libertação do nosso povo. Enquanto forças anticomunistas e reacçãoárias, dentro e fora do nosso país, desencadeiam uma campanha de calúnias e opõem todos os obstáculos que lhes é possível, ao avanço vitorioso da revolução no nosso país, há quem se compraz em utilizar o púlpito das igrejas e os sentimentos religiosos de uma parte do nosso Povo, para apoiar os que são a mais viva expressão do carácter terrorista do regime fascista derrubado. Não nos consta, entretanto, que no regime de Salazar e Castano, as igrejas tivessem sido alguma vez oficialmente utilizadas para proferir palavras de solidariedade com os lutadores antifascistas nas mãos dos carrascos da PIDE. O mesmo poderíamos dizer, aliás, dos que hoje erguem o seu clamor contra pretensos atentados à liberdade hoje realmente existente no nosso país, e falam de ditadura, de democracia ameaçada, e choram cínicamente a sorte de um povo que se está a libertar das cadeias que durante décadas ajudaram a manter e a reforçar, por bem servir os seus interesses. Lamentar criminosos presos em circunstâncias incomparavelmente melhores do que aquelas a que sujeitaram os que outrora foram de facto suas vítimas, define os seus autores de uma forma tão clara que a sua audiência será obrigatoriamente muito restrita. O que não impede que factos como este sejam uma provocação à ordem democrática que hoje impera em Portugal, um insulto aos que sofreram pela liberdade nas masmorras da PIDE, à memória dos que tombaram para quem em Portugal a revolução fosse hoje uma realidade, uma promessa empolgante de um futuro radicalmente diferente e melhor para o nosso país.

## Solidariedade aos presos políticos brasileiros

«As liberdades de opinião, de reunião e associação são sistematicamente violadas no Brasil. As manifestações do pensamento livre são cercadas por todos os meios e os movimentos reivindicativos por melhores condições de vida são reprimidos tão ou mais impiedosamente do que em Portugal no tempo do fascismo. Ainda recentemente, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil voltou a denunciar o tratamento iníquo do homem e da mulher brasileiros, sobretudo das camadas menos favorecidas, em desrespeito frontal da Carta das Nações Unidas.»

Essas e outras afirmações sobre a escalada repressiva brasileira fazem parte do documento tornado público no lançamento do Comité Pró-Amnistia Geral do Brasil que se formou em Lisboa. Durante uma conferência de imprensa realizada no Centro Nacional de Cultura foram revelados factos relacionados com as prisões, assassinatos políticos, torturas e desaparecimento de perseguidos políticos no Brasil e noutros países latino-americanos. Do núcleo organizador do Comité fazem parte o prof. Ivo Luís Gomes, Fernando Piteira Santos, Manuel Pedrosa Marques, José Felicidade Alves, César de Oliveira, Eugénia Pereira de Moura, Levy Baptista, Miguel Urbano Rodrigues, etc. A organização é aparlidária, mas recebeu a adesão de mais de duas centenas de elementos dos partidos da coligação. O documento divulgado na conferência de imprensa foi assinado, entre outros, pelos camaradas José Vitoriano, Francisco Miguel, José Magro, Georgette Ferreira, Maria Alda Nogueira, Manuel Pedro e Albano Nunes, do Comité Central do nosso Partido.

# informação

- Quinze dirigentes de países da África Ocidental, entre os quais o presidente da República da Guiné-Bissau, camarada Luís Cabral, assinaram um tratado de criação da Comunidade Económica dos Estados do Ocidente Africano (ECOWAS). Fazem parte da ECOWAS — que se propõe fomentar a cooperação nos campos económico, social e cultural — o Daomé, Gâmbia, Costa do Marfim, Libéria, Mauritânia, Nigéria, Níger, Serra Leoa, Togo, Alto Volta, Mali, Guiné-Conakry, Senegal, Gana e Guiné-Bissau.

- O Ministério da Informação do Camboja fez um sério aviso aos Estados Unidos e à Tailândia, acusando-os de desenvolverem actividades provocatórias e de espionagem em território cambojano.

- O ministro dos Negócios Estrangeiros da Costa Rica afirmou que o seu Governo recebeu informações de que três grandes multinacionais tinham decidido criar um fundo de 5 milhões de dólares destinado a organizar campanhas contra alguns Governos da América Latina. Uma parte desse fundo será utilizada pela «United Brands», a «Standard Fruit» e a «Del Monte» para impedir a aplicação do imposto sobre a exportação da banana.

- O défice da balança comercial brasileira, que atingiu os 17,5 milhões de contos em 1974, aumentou, no decurso do primeiro trimestre deste ano, 22,5 milhões de contos. Entretanto, a importação de artigos de luxo atingiu, o ano passado, a soma de 37,5 milhões de contos.

- Cuba ofereceu duas mil toneladas de açúcar ao Governo Revolucionário do Vietnã do Sul.

- A taxa de mortalidade geral, em Cuba, é neste momento de 6 por mil, a mais baixa da América Latina. Doenças infecto-contagiosas, como a poliomielite, o peludismo e a difteria foram completamente eliminadas.

- Submetida a uma exploração secular, a Bolívia, é neste momento um dos países mais acentuadamente subdesenvolvidos. Os números mais alarmantes são os que respeitam ao sector da saúde. O índice anual de mortalidade geral é de 19 por mil pessoas. No que respeita a crianças com idade inferior a um ano, regista-se um morto em cada seis. A mortalidade infantil atinge os 154,6 em cada mil. No domínio do ensino, os números são também expressivos. Sessenta por cento dos bolivianos são analfabetos. Cerca de 42 por cento dos professores não têm o nível científico e pedagógico requerido para ministrar um ensino de boa qualidade.

- Mais de 250 mil pessoas estão em risco de morrer de fome no Haiti, devido à seca prolongada, e à ausência de medidas para fazer face a esse flagelo.

- Discursando num comício organizado em honra do camarada Kim Il Sung, presidente da República Democrática da Coreia, o chefe de Estado argelino, Boumediene, declarou, referindo-se ao problema do Sere Ocidental, ainda sob domínio colonial espanhol: «Estamos convictos de que o colonialismo está condenado para todo o sempre e que nem ferro e fogo farão ajoelhar os povos».

- Acaba de entrar em serviço em Havana, a primeira estação de comunicações por satélites no continente americano, fazendo parte do sistema soviético de comunicações mundiais por satélites.

- O Partido Comunista Grego acusa a CIA de ter assassinado Stefanos Sarris, general reformado que comandou o Exército de Resistência «Alas» durante a ocupação nazí.

- O Brasil enviou para o Paraguai um segundo carregamento de 7 aviões de treino T-6, elevando assim a 12 o total de aparelhos enviados para esse país.

- O presidente de uma comissão do Congresso Brasileiro, que está a investigar a actividade das companhias multinacionais, declarou que tem vindo a ser ameaçado caso as investigações prossigam. As multinacionais gostam de pôr e dispor, sem paus, do trabalho e das riquezas dos povos.

- Após 30 dias passados a bordo da «Saliut-V», os astronautas soviéticos Alexei Gueriev e Georqui Gretchko afirmaram ser possível ao homem viver a bordo de uma estação orbital, durante um ano, sem problemas. Entretanto a União Soviética lançou no cosmos o décimo satélite desta semana.

- A conferência dos 94 signatários do Tratado de não Proliferação das Armas Nucleares, aprovou uma declaração final, que reafirma os princípios desse tratado, assinado em 1968.

- Dirigentes do SWAPO, organização revolucionária representativa dos interesses do povo da Namíbia, comentando as medidas pretensamente anti-apartheid tomadas pelo governo racista da África do Sul, afirmaram: «Os brancos e os negros vivem em mundos diferentes na Namíbia. Os negros são os mais desfavorecidos e as vítimas da discriminação e da opressão.» Pretoria acaba de ignorar o prazo determinado pela ONU para se retirar da Namíbia.

- O Governo Revolucionário de Saigão iniciou uma campanha contra a divulgação de livros reacçãoários, pornográficos e de encorajamento à violência.

- A Assembleia Mundial da Saúde chamou a atenção para a delapidação de meios financeiros que constitui o uso de medicamentos caros e de utilidade marginal paralelamente à falta de medicamentos essenciais e acusou as técnicas de comercialização criminosamente utilizadas para o aumento de consumo de medicamentos não essenciais.

- Cientistas soviéticos detonaram duas explosões nucleares subterráneas para estimular um maior afluxo de petróleo em jazidas já exaustas através de métodos convencionais. Os cientistas acrescentam que as explosões foram suficientemente profundas para não afectarem reservas de água potáveis nem poluírem por contacto o líquido utilizado no afloramento à superfície. Um exemplo das potencialidades da utilização pacífica da energia atómica.

- Cinco juizes de Cuzco, no Peru, foram afastados dos seus cargos por irregularidades em detrimento dos camponeses e a favor dos grandes latifundiários dessa região peruana.

- O «Pravda», órgão central do Partido Comunista da União Soviética, num artigo em que critica afirmações do secretário da Defesa norte-americana, que se pronunciou por um aumento do arsenal nuclear europeu, afirma: «Os discursos do chefe do Pentágono todas as semanas aumentam de tom nas sugestões de um aumento de armamentos, mantendo por conseguinte o estado de tensão política mundial, e não escondendo as suspeitas infundadas contra a política externa soviética que vem a mostrar-se como autêntica promotora da paz.»

- Por determinação do Governo venezuelano, passarão para as mãos do povo venezuelano, até 1 de Janeiro de 1976, todas as fábricas estrangeiras de montagem de automóveis.

- A colheita de cana de açúcar em Cuba, que acaba de terminar, foi qualificada como vitória da produtividade. O camarada Fidel Castro pôs em relevo o heroísmo dos trabalhadores que ultrapassaram frequentemente o horário normal, para conseguir alcançar os objectivos prosseguidos. A utilização de novas máquinas, aperfeiçoadas por técnicos soviéticos e cubanos, contribuiu numa forma importante para os resultados obtidos.

- O desemprego na indústria manufactureira de Porto Rico registou um aumento de 12,6 por cento entre Março de 1974 e Março de 1975.

- Milhões de litros de sangue e de plasma são anualmente vendidos pela América Latina aos países europeus, permitindo lucros fabulosos aos traficantes de sangue humano, que têm os seus agentes em Miami, nos Estados Unidos. O Brasil figura na lista dos países subdesenvolvidos implicados no tráfico de sangue.

- Organizações de professores e de estudantes do Panamá denunciaram manobras tendentes a um golpe de reacção tendente a provocar uma intervenção aberta do imperialismo no Panamá.

## Os socialistas franceses imitam os socialistas portugueses

A Revolução Portuguesa não é apenas um tema de permanente e apaixonada discussão em toda a Europa. Passou a ser também um tema utilizado por certas forças políticas para tentar dividir a esquerda europeia. A exploração em França do caso da «República» tornou agora mais clara essa tendência. Os socialistas franceses não se limitaram a manifestar publicamente a sua solidariedade às posições assumidas pelo PS Português, associando-se ao coro de lamentações entoadas pela direita local. Serviram-se do episódio para pôr em causa a política unitária dos partidos de esquerda signatários do Programa Comum de Governo que desde 1972 o Partido Comunista Francês, o Partido Socialista Francês e o Movimento dos Radicalos de Esquerda.

Como se não bastasse o crédito dado à campanha anticomunista desenvolvida em Portugal, o PS serviu-se do caso da «República» para lançar em França uma campanha divisionista. François Mitterrand, presidente do PS, e Claude Estier, sob o título «Uma verdade em Paris e outra em Lisboa», publicaram no semanário socialista «L'Unité» artigos que carregaram o ambiente político, comprometendo as relações entre os dois partidos.

Em face dos objectivos claramente divisionistas dessa iniciativa, o camarada Paul Laurent, membro do «bureau» político do PCF, publicou no «L'Unité» uma declaração esclarecedora sobre os fins da manobra anticomunista. O camarada Georges Marchais, secretário-geral do PCF, dias antes, aludiu aos antecedentes da campanha, esclarecendo que o secretário-geral da CGT, Georges Séguy, revelou ao povo francês toda a verdade sobre o episódio da «República», ao regressar de Lisboa. E definiu o dr. Mário Soares como «o melhor aliado da direita em França». Posteriormente publicou um artigo no «L'Humanité», no qual desce às raízes dos ataques e críticas dos socialistas franceses, relacionando o seu comportamento com pressões da Internacional Socialista e com os esforços persistentes do presidente Giscard d'Estaing «para romper a unidade e fazer com que o PSF regressasse a uma política de colaboração de classes».

A realidade não pode ser mascarada com os artigos demagógicos e divisionistas do «L'Unité». François Mitterrand e os seus companheiros, para dar apoio aos seus amigos portugueses, alinharam há muito com a campanha desfachateada contra a Revolução Portuguesa por certos círculos da social-democracia europeia. Queriam matar dois coelhos de uma cajadada. Os que esperavam que o Partido Comunista Francês permanecesse mudo e limitasse forças e personalidades políticas de outros países que têm demonstrado por palavras e actos esquecer os princípios do internacionalismo proletário e as suas responsabilidades na direcção de partidos operários, enganaram-se redondamente. O PCF não só manifestou a sua solidariedade fraternal com o PCP, denunciando os fins da campanha contra ele promovida como relação do todo o alarido em torno do caso da «República» com a actual crise do capitalismo em França.

## O «socialismo venezuelano» outra invenção demagógica

«Uma das coisas que caracteriza os «socialistas venezuelanos» é a vincada tendência para jogar com o que denominam «pluralismo ideológico e político dentro do socialismo», assim como a «livre actuação de todas as forças sociais».

O marxismo-leninismo admite que, ao lado dos partidos comunistas dos diversos países, outros partidos para o socialismo e colaboradores na edificação da nova sociedade. São factores intimamente ligados a cada realidade nacional, às características do desenvolvimento da revolução em cada país. Por exemplo, é um facto sobejamente conhecido que a existência de um só partido na URSS constitui uma peculiaridade histórica do processo do socialismo neste país. Assim como a existência de vários partidos na RDA, Hungria e Polónia, são particularidades do desenvolvimento do socialismo nesses países. Na RDA, por exemplo, há cinco partidos, incluindo um democrata-cristão; todas estas organizações políticas trabalham conjuntamente com o Partido Socialista Unificado da Alemanha (PSUA) na construção da sociedade socialista com base num programa comum e têm a sua representação no Parlamento; o mesmo acontece nos outros países socialistas que temos estado a tomar como exemplos (a Polónia e a Hungria).

Mas é evidente que não é este pluralismo socialista o defendido pelos teóricos do «socialismo venezuelano», pois fazem também os mais virulentos ataques ao socialismo na RDA, na Hungria e na Polónia. O pluralismo existente nestes países socialistas não interessa aos partidários do «socialismo venezuelano», apesar de não ser uma «cópia» do «modelo soviético». Será porque os partidos comunistas destes países defendem firmemente o marxismo-leninismo, o internacionalismo proletário e mantêm uma inquebrantável aliança com a União Soviética?

Não é só na Venezuela — país com uma política oficial ambivalente, que oscila entre a defesa dos interesses nacionais face ao imperialismo americano, e a repressão contra as forças progressistas internas — que indivíduos e organizações que se dizem socialistas, e se auto-intituam mesmo, nas mais variadas circunstâncias, de legítimos defensores do verdadeiro socialismo, manifestam na prática, e mesmo através do embrolhado das suas afirmações, nada ter a ver com o socialismo real, o socialismo cuja pedra de toque é o fim da exploração do homem pelo homem. As circunstâncias políticas e históricas em que estes pretensos paladinos da liberdade actuam, são as mais diversas, como diversas são as condições concretas actualmente existentes na Venezuela, em Portugal, na República Federal Alemã, ou na Suécia, por exemplo. Mas une-os a todos uma linguagem e uma prática que os identifica imediatamente. Linguagem e prática que os põe facilmente de acordo com forças de direita e com grupos pretensamente de esquerda, terreno fértil para toda a casta de provocações e manobras devidamente controladas e fomentadas por organizações internacionais, no serviço do grande capital, especializadas na provocação política. Une-os o mesmo elo em volta do qual se estreitam as mãos das forças da reacção — o anticomunismo.

Todos estes agrupamentos pretensamente socialistas — rútuco com que procuram enganar os incautos, e cuja utilização revela simultaneamente a desigual força de atracção do socialismo sobre as massas trabalhadoras de todo o mundo — alinham ao lado das forças da direita no ataque cerrado contra os países socialistas, contra os partidos e organizações que defendem de facto a concretização dessa velha aspiração da Humanidade, o sonho milenário de uma «cidade do ouro» que não se pode procurar no passado, mas num futuro para que hoje se dão passos fundamentais.

Para estes senhores o socialismo está por inventar. O que existe nos países socialistas é uma terrível tirania que, ora comparam com o fascismo, ora a consideram ainda mais temível. Uma terrível tirania de uma «nova classe», inexistente, inventada por estes senhores para uso próprio e condimento das suas teorias — a burocracia de Estado. Uma «burocracia de Estado» que, pelos vistos, os assusta bem mais do que o poder dos grandes monopólios, das multinacionais, uma «burocracia de Estado», que sufocaria todas as liberdades, e exploraria e oprimiria os povos por forma ainda mais intensiva e desumana que o capitalismo monopolista de Estado, que parece mesmo ter a face bastante «humana». É difícil encontrar a diferença entre as estafadas teorias de um capitalismo «humanizado» e «democratizado» e um decantado «socialismo em liberdade», muito eficiente na defesa das liberdades do capital.

## A farsa paraguaia

O Paraguai pode ser justamente considerado como um exemplo concludente de país inteiramente dominado pelo imperialismo, um país com um Governo que na prática mais não é do que um bom defensor dos interesses do capital internacional neste país da América Latina. A produção de carnes, uma das poucas riquezas do país, está na mão dos americanos e dos ingleses. A produção hidroeléctrica depende em absoluto do subimperialismo brasileiro.

Foi recentemente anunciado pelo presidente da administração de electricidade, que a grande barragem do Itaipu, poderá produzir 20 milhões de quilowatts, o que a transformará na maior empresa eléctrica a nível mundial. Simultaneamente, a empresa paraguaio-argentina Yacretá poderá alcançar um nível de produção de 5 000 000 de quilowatts. A concretização dos aumentos de capacidade previstos, o Paraguai transformar-se-á no maior exportador de electricidade do mundo. Estes factos, que em si poderiam constituir uma inestimável fonte de riqueza para toda a América Latina e em particular para o povo do Paraguai, não virão alterar em nada a situação de terrível subdesenvolvimento que marca aquele pequeno país. A própria concretização das medidas previstas depende da concordância ou não do Brasil. O que está em causa, como é óbvio, não são os interesses do povo do Paraguai. Tão-pouco os interesses do povo brasileiro. O que está em causa são as vantagens que o capital brasileiro — verdadeiro dono da grande empresa do Itaipu, dono das terras fronteiriças do Paraguai — poderá tirar do empreendimento, num país sujeito a uma exploração com características aberrantemente coloniais.

Mais de cem operários foram recentemente despedidos pela firma norte-americana International Products Corporation (IPC), que controla o frigorífico de San Antonio, na sequência de crescentes dificuldades na exportação de carne (como país colonizado, o Paraguai produz fundamentalmente para exportar). Os operários foram despedidos sem qualquer espécie de indemnização, ante a completa indiferença da Confederação Paraguaia dos Trabalhadores (CPT), organismo sindical fantoche, controlado e manobrado pelo Governo fascista de Alfredo Stroessner. A IPC é uma das mais importantes e antigas empresas li-

gadas à indústria da produção de carne. Também a empresa Pampa S. A., com capital holandês e argentino, mas de facto na dependência do Banco do Brasil, se encontra paralisada. A perspectiva, no importante sector da indústria frigorífica, é a de despedimentos em massa das várias empresas, americanas e inglesas, que exploram este sector. Dada a sua particular importância no contexto da economia do Paraguai, isso implicará um intolerável agravamento do problema do desemprego. Por outro lado, a relação entre o índice dos preços de consumo e o índice de salários durante o ano de 1974, revela um agravamento da perda da poder de compra das massas trabalhadoras da ordem dos 21,9 por cento. Esta a outra face de um país explorado sem paus pelo capital internacional, em particular o norte-americano e o brasileiro — que acumula lucros nos cofres do Banco do Brasil, e uma miséria dia a dia agravada entre o seu próprio povo.

Exemplo de país explorado e inteiramente submetido aos ditames do capital internacional, o Paraguai pode também ser considerado um exemplo de uma paródia da democracia. Porque o Paraguai, cujo regime é justamente conhecido pelos povos em todo o Mundo como uma ditadura terrorista e sangrenta, pela perseguição sistemática e brutal às massas trabalhadoras, a todos os lutadores consequentes pela verdadeira democracia, o Paraguai fascista tem a velocidade de se apresentar com a face democrática. E porque é «democrático» realiza fantochadas de eleições, e mantém mesmo, ao mais apurado gosto da democracia burguesa, a quem aflige uma excessiva (na sua opinião) liberdade de objectivos e de ideias sobre rumos a seguir, uma dócil e conciliatória oposição. Difícil encontrar mais descarada deturpação do real sentido da democracia.

## O imperialismo cobra as riquezas africanas

«A importância estratégica de África, resultante da sua colocação em estradas aéreas e marítimas vitais, é evidente. A riqueza mineral do continente é espantosa, sabendo-se que possui 96 por cento das reservas mundiais de cromite, e aproximadamente metade do ouro e da platina» — declarou o senador norte-americano, Henry Jackson, candidato às eleições presidenciais de 1976, ao fundamentar a sua ideia de um reforço do investimento americano em África — «Em Janeiro e Fevereiro deste



ano, a Nigéria era o segundo maior fornecedor de petróleo bruto dos Estados Unidos, e fornecia um quarto de todas as importações de petróleo. Seis milhões de dólares de investimentos norte-americanos estão localizados em África — dois terços em países negros — e as necessidades de desenvolvimento superam um potencial muitas vezes superior a esse valor. «As necessidades da África em bens essenciais e tecnológicos, oferecem à indústria norte-americana um desafio e uma grande oportunidade» — concluiu Jackson.

O senador norte-americano, Jackson, é conhecido pelas suas posições extremamente reacçãoárias, em particular no que respeita aos países subdesenvolvidos da América Latina e da África. No Médio Oriente tem sempre apoiado os agressores israelitas, nos seus esforços para abafar a luta dos povos palestinos e para manter nas suas mãos a terra árabe ocupada. Entretanto, na sua alocução, Jackson, paralelamente à defesa de um reforço de relações económicas com a África, que tentou apresentar com a aparência inocua de laços a estabelecer no interesse mútuo, pronunciou-se por posições que, em si, são progressistas — o fim da discriminação racial na África do Sul, a sua retirada do território ocupado da Namíbia, um Governo verdadeiramente representativo na Rodésia. Aparentemente Jackson ter-se-ia transformado, de acérrimo defensor de uma política imperialista de espoliação e agressão, em paladino de justos ideais de igualdade entre os povos, do direito de dispor, em paz, dos seus destinos. Entretanto, as afirmações altisonantes nada têm a ver com a realidade prática e os objectivos realmente perseguidos, que não são nem tão «humanitários», nem tão «puros», como as palavras do candidato à presidência da República dos Estados Unidos, poderiam fazer pensar quem pudesse crer na boa-fé da maior potência mundial do imperialismo. As palavras de Jackson significam, na realidade, o pronúncio de uma nova investida do imperialismo americano no riquíssimo continente africano. Significam uma tentativa de alinhar a sua tenebrosa imagem, dar-lhe esse toque democrático e progressista, sem o que não lhe seria possível ensaiar relações e investimentos em grande parte dos países africanos. Intensificando a exploração das riquezas e dos povos africanos, os EUA teriam ainda a possibilidade de aliviar as consequências da crise do capitalismo, canalizando para África capitais e mercadorias, que «sobram» nos EUA.

Embora bem enraçado, o esquema é simples. As pretensões neocolonialistas dos Estados Unidos tornam-se, entretanto, mais claras, quando o senador Jackson afirma: «Os Estados Unidos devem proporcionar auxílio técnico a Angola, a Moçambique e à Guiné-Bissau, para preencher o vazio criado pelos portugueses». A que «vazio» se refere o sr. Jackson? Ao do colonialismo português? Esse não deixou saudades, e o espaço que usurpava está a ser legitimamente preenchido por verdadeiros defensores dos interesses dos seus respectivos povos. E porque o processo revolucionário português não tem ponta de contacto com as intenções cinicamente ocultas dos EUA, não haverá vazão no necessário auxílio técnico aos países irmãos outrora colonizados por Portugal. Existem já hoje acordos e exemplos práticos de colaboração nesse campo fundamental, apesar do nosso país se debater também em dificuldades desse tipo. Trata-se da mais elementar prática de justiça histórica. O que naturalmente não implica a exclusão de um auxílio multiforme de outros países, antes o pressuposto. Mas um auxílio real. Não um pretexto para dominação económica e política. A referência de Jackson a Angola, onde manobram grandes multinacionais com sede em Washington e entidades políticas ligadas à Casa Branca, onde neste momento se joga uma grande batalha entre um futuro de dominação neocolonial e um futuro livre, independente e progressista para este grande país africano, não são de molde a abonar das boas intenções dos EUA.

## A repressão cultural no Chile

O traço mais saliente da actuação da Junta fascista chilena, é o seu cunho repressivo e terrorista, que se manifesta no dia-a-dia em todos

os campos da vida e actividade do povo chileno. A denúncia deste carácter terrorista da Junta de Pinochet pelas organizações antifascistas e pela imprensa progressista internacional, processa-se diariamente sem risco de se repetir. A repressão faz parte da essência do fascismo, é elemento essencial da sua sobrevivência, por isso é uma constante em regimes terroristas como o de Pinochet. Difícil, por vezes, é abarcar a complexa teia das suas manifestações. Teia que cobre um país, todos os seus campos de actividade, numa via mais persistente tentativa de o sufocar.

«O desinteresse pela ciência teve como consequência um êxodo massivo de cientistas», afirmou Osvaldo Cori, reitor da Faculdade de Ciências da Universidade do Chile, numa crítica insólita no quadro das actividades das universidades chilenas, controladas por reitores militares. Cori assinalou que, só na Faculdade de Ciências há 66 lugares vagos num total de 300 professores.

Esta fuga de quadros, esta falta de professores, radica no carácter repressivo do Governo chileno. Em 1974, foram gastos 68 milhões de dólares em armamentos, enquanto é consagrado 0,1 por cento do orçamento à pesquisa e ao desenvolvimento. Por outro lado, processa-se uma violenta perseguição aos professores chilenos, que se traduz na prisão, tortura e assassinio de numerosas personalidades deste sector. Na Universidade de Santiago do Chile, foram licenciados cerca de 3 mil professores, e mesmo na Universidade Católica, foram expulsos 80. Numa tentativa de «extirpar» do Chile as ideias marxistas foram expulsos 392 professores da Faculdade de Ciências Sociais e 39 dos 40 da Faculdade de História. Logicamente são as escolas dedicadas às Ciências Sociais as mais atingidas. Paralelamente, o regime fascista chileno aumenta, drasticamente, o preço das inscrições e os impostos, reduz o orçamento universitário, visando uma elevadíssima selecção económica de forma a que a Universidade seja exclusivamente frequentada pelos filhos da burguesia.

Não só do sector do ensino nos vem a denúncia da criminoso actuação da clique de Pinochet. Uma missão de inquérito criada pela Repartição Internacional do Trabalho, elaborou uma lista de 110 dirigentes sindicais chilenos que foram mortos depois do golpe sangrento de Pinochet, bem como de 120 outros que se encontram presos. Alguns dos sindicais presos, desapareceram sem deixar vestígios.

No intuito de reforçar a malícia de espões e informadores que a Junta fascista largou sobre o povo chileno, Pinochet, a conselho da DINA (PIDE chilena), acaba de recorrer a um expediente elucubrado, embora não original na história dos recursos repressivos a que deltam mão os governos ao serviço das classes exploradoras — a utilização de criminosos vulgares, devidamente instruídos e postos em liberdade com a função de detectar os que lutam pela libertação do Chile. Um regime isolado e odiado por todo um povo, como a Junta chilena, dificilmente poderia recrutar os seus colaboradores noutro meio. Estes delinquentes, para a ocasião apodados de «delinquentes reabilitados», foram sujeitos a um treino e uma «aprendizagem» intensivos no campo de concentração de Pisagua, tristemente célebre pelo seu «recorde» de assassinios, pela tortura e pelo simulacro de fugas. Depois desta «instrução especial», o grupo de criminosos foi considerado apto para «reintegração na sociedade» e espoliado por Santiago, Valparaíso e Concepción. Um recurso digno de um Pinochet.

Os trabalhadores chilenos, que no interior do país resistem heroicamente ao terror e ao crime impostos pelos monopólios por intermédio da ditadura fascista de Pinochet, dirigem-se aos seus irmãos de classe de todo o Mundo para apelar para um reforço e uma intensificação da solidariedade à sua justa luta.

Os patriotas chilenos sabem que a sua causa não é só a causa do CHILE.

A luta da classe operária e do povo do Chile insere-se no combate dos povos subdesenvolvidos, dos povos da América Latina, dos povos de todo o Mundo, para acabar para sempre com a exploração, a miséria e a opressão e alcançar a democracia e o progresso social. Por isso, apelamos a todas as organizações sindicais e a todos os trabalhadores, para fazerem deste ano: «1975 ANO INTERNACIONAL DE SOLIDARIEDADE COM O CHILE E COM OS POVOS EM LUTA CONTRA O FASCISMO» — afirma-se num comunicado do Comité Exterior da Central Única de Trabalhadores do Chile (CUT).

A luta do povo chileno é particularmente sentida pelo Povo Português. Importa que essa solidariedade se manifeste, sempre que possível, em actos concretos.

## A visita de Ford a Espanha

Justamente apontada como uma forma inequívoca de apoio do imperialismo americano ao fascismo espanhol, a visita de Ford a Espanha, esteve no centro da semana política espanhola.

Não foi em silêncio que o povo espanhol aceitou uma visita a todos os títulos indesejável. O desgosto manifestou-se mesmo, ocasionalmente, numa ou noutra observação da imprensa burguesa. As forças antifascistas, na clandestinidade, denunciaram a visita de Ford como uma ajuda à ditadura franquista. Na Catalunha, nas cidades de Berga e Sitges, realizaram-se grandiosas manifestações, num dia de luta contra o regime de Franco. Foram milhares os manifestantes — alguns dos quais com os cravos vermelhos do 25 de Abril na lapela — que gritaram por «Liberdade» e «Amnistia para os presos políticos». Respeitando as suas «liberdades», a polícia carregou.

Entretanto, continua a escalada de violência fascista no País Basco e na Catalunha. Em numerosas livrarias de Barcelona surgiram escritas frases como: «Não aos vermelhos». Na região basca, antifascistas continuam a ser atacados por criminosos a soldo das forças da direita, que disparam tiros contra as suas residências e lojas. Na Universidade a situação é extremamente tensa. A Associação Internacional dos Juristas Democratas denunciou num comunicado a «vaga de repressão da população» e afirma: «Em Madrid, onde recentemente foram adoptadas medidas graves contra um grupo de membros da Ordem dos Advogados e dos Jornalistas, a Polícia deteve, em 27 de Maio, na Faculdade de Direito, treze professores e estudantes. Nessa noite, em Valladolid, foram presos vinte pessoas.» Por seu lado, o Tribunal da «Ordem Pública» condena os antifascistas a dezenas de anos de prisão.

A visita de Ford ao governo fascista espanhol, saldou-se numa esperada concordância no que respeita à cooperação militar em prol dos pretensos interesses da «defesa ocidental». Nas afirmações proferidas, Ford salientou a importância da Espanha para a alegada defesa do Ocidente, e reiterou a Franco que os Estados Unidos consideram a Espanha importante nos esquemas da «defesa do mundo capitalista» europeu, apesar de alguns países da NATO, de facto, não considerarem o regime de Franco da Espanha uma aliança mais estreita com este país. Para o imperialismo americano, entretanto, esse argumento não parece pesar muito. Na verdade, o imperialismo americano mostra-se muito mais sensível a imaginárias ameaças à liberdade em Portugal.

A visita de Ford a Espanha, foi vista com desgosto, mesmo em alguns meios conservadores europeus — por se tornar demasiado evidente, em contraste com as reservas relativas à revolução portuguesa, o apoio a um regime incontestavelmente fascista. O «Times», de Londres, afirma mesmo: «Seria errado estabelecer um acordo apressado com o presente regime direitista de Espanha, enquanto, ao mesmo tempo, se fazem diligências rápidas com o esquerdista, em Portugal. Ambos os países são importantes para a Europa e se a democracia é essencial num deles, é igualmente no outro. Na verdade, o presidente Ford está, provavelmente, a cometer um erro ao deslocar-se a Espanha, neste momento.» Ainda que o texto do «Times» esteja cheio das ambiguidades próprias da óptica da defesa dos interesses do mundo do capital, a crítica esboçada não deixa de ser significativa.

A visita de Ford a Espanha, insere-se num contexto mais amplo de crescente agressividade da política externa americana, particularmente acentuada após a clamorosa derrota do imperialismo americano no Vietname, no Camboja e no Laos. Washington volta a apostar no já caduca e ultrapassada estratégia da guerra fria. No que parece não estar a ser acompanhada pelos seus comparas do mundo capitalista. Não colherá trunfos com tal política. Novas derrotas esperam os Estados Unidos.

LÊ • ASSINA • DIVULGA

UMA VOZ DEMOCRÁTICA

**A OPINIÃO**

REDACÇÃO: AV. DA BOAVISTA 101 FURTOS - TEL. 64418

# O POVO SAUDOU VALENTINA NO PAVILHÃO DOS DESPORTOS



As camaradas Alvaro Cunhal e Valentina Terechkova durante o comício no Pavilhão dos Desportos

## Valentina Terechkova ao «Avante!»

### «O SUCESSO DE QUALQUER REVOLUÇÃO DEPENDE DA FORMA COMO AS MULHERES PARTICIPAREM NELA»

Valentina Terechkova, a primeira e única mulher astronauta do Mundo, é bem o símbolo da grandiosa vitória do povo soviético, um verdadeiro testemunho do triunfo dos elevados ideais do socialismo e do comunismo. Símbolo também do importante papel que as mulheres podem e devem desempenhar na vida social, e de cujo contributo depende a vitória de todos os povos que lutam por uma sociedade mais justa, por uma sociedade onde não exista a exploração do homem pelo homem.

Em entrevista concedida ao «Avante!», Valentina Terechkova fala da sua experiência, da experiência do seu povo, valioso exemplo para todos os povos do Mundo.

«AVANTE!» — A pesquisa do espaço cósmico que está a ser realizada por vários países, origina a cooperação, no campo científico, entre esses mesmos países. Pensa que a cooperação espacial poderá contribuir de algum modo para a paz mundial e o entendimento entre os povos?

V. T. — Acho que sim. O nosso objectivo principal é tornar o espaço cósmico em algo de útil para a Humanidade. Assim, o nosso país manifestou-se desde sempre a favor das investigações pacíficas do cosmo e pensa que ele deverá ser uma arena de cooperação pacífica.

Sobre este aspecto, é importante recordar o programa de cooperação, programa de acordo com o qual os países, de acordo com o qual os cientistas desses países preparam as suas naves espaciais para as viagens cósmicas.

A cooperação do nosso país, neste campo, com a França, Índia e Estados Unidos, tem sido bastante frutífera. Recordo, como exemplo, o acordo assinado em 1972 sobre os voos espaciais das naves soviéticas Soyuz e Apollo, norte-americana. Para além disso, realizaram-se no próximo dia 15 de Julho o primeiro voo conjunto dos dois países.

«AVANTE!» — Como encararam os cientistas soviéticos a presença de núcleos permanentes no espaço?

V. T. — Nós já temos alguma experiência nesse campo. Como se sabe, alguns dos nossos cosmonautas estiveram no espaço cósmico por períodos de 18 dias, um mês. Por isso, nós sabemos agora que o ser humano pode viver no cosmo e, o que é mais importante, trabalhar no espaço cósmico. Pensamos que essa experiência poderá trazer benefícios para a Humanidade. O que é interessante, é

que todos os nossos programas espaciais têm como objectivo trazer alguns frutos para a economia soviética.

Contudo, a imponderabilidade do espaço não é muito favorável à saúde. Assim, todos os cosmonautas soviéticos estão permanentemente sob «controlo» médico, e se por acaso se sentirem mal podem receber os seus conselhos em qualquer altura.

«AVANTE!» — Como se manifestou na «gaiota soviética» a vocação para cosmonauta?

V. T. — Depois do voo cósmico de Gagarin, qualquer jovem queria ser cosmonauta, e eu não fui uma excepção. Nesse tempo eu era operária de uma fábrica têxtil, estudava num instituto têxtil e praticava desportos. Fiz um pedido para ser membro do destacamento dos cosmonautas. Havia um grande número de pedidos desse tipo. Fui a Moscova. Lá, tive de passar por um exame médico muito rigoroso e fazer muitas provas. Só depois fui admitida no destacamento dos cosmonautas soviéticos.

Comigo chegaram muitas outras moças que também se prepararam para o primeiro voo cósmico de mulheres. Preparámo-nos quase durante dois anos para esse voo, tendo feito todo o programa de preparação. O programa de preparação de mulheres para o voo cósmico não tem qualquer diferença do que é feito pelos homens. Não sei por que razão a Comissão Estatal me escolheu para comandante da nave espacial, pois as minhas companheiras eram tão boas especialistas como eu.

«AVANTE!» — Como encarou o povo soviético a revolução portuguesa e que pensa da importância da participação da mulher na vida da sociedade?

V. T. — O povo soviético

manifestou calorosamente, o seu apoio ao derrubamento do regime fascista em Portugal. Nós sentimos pelo Povo Português uma verdadeira amizade e simpatia.

Compreendemos bem, pela nossa própria experiência, o que o voo do desejo conquistar, e as dificuldades que vai ter de vencer. Depois da Grande Revolução Socialista de Outubro, a reacção interna e externa desencadeou uma luta feroz contra a jovem República Socialista Soviética. Só a organização, a disciplina, o amor à Revolução permitiram ao nosso povo vencer todos os inimigos.

Quanto à importância da participação das mulheres na sociedade, posso repetir as palavras de Lênine — «O sucesso de qualquer revolução depende da forma como as mulheres participarem nela».

As mulheres soviéticas participaram activamente na Revolução Socialista de Outubro. Por outro lado, esta Revolução deu muito à mulher soviética. Com a primeira lei, a lei sobre a Paz e a lei sobre a Terra, o nosso Par-

## A COSMONAUTA SOVIÉTICA EM PORTUGAL

CONT. DA PAG. 1

das comemorações do Ano Internacional da Mulher.

A sua chegada ao aeroporto, no passado sábado, a astronauta soviética foi recebida pelo camarada Alvaro Cunhal e outros dirigentes do CC do PCP, por dirigentes do MDM; por uma delegação da Força Aérea, constituída por um elemento feminino do Batalhão de Para-Quedistas, um sargento e um praça; pelo brigadeiro Aurélio Corval, em representação do chefe do Estado-Maior da Força Aérea; pelo embaixador da URSS e pelo conselheiro da Embaixada Soviética e outras individualidades bem como por numerosos populares que com entusiasmo caloroso ali a foram saudar.

No domingo, na Praça do Bocado, em Setúbal, elevado número de pessoas aplaudiu entusiasticamente Valentina Terechkova, que foi recebida pelo chefe do distrito, capitão de-fragata António Carlos Fuzeta da Ponte e pelo presidente da comissão administrativa do Município setubalense, Vitor Zacarias, segundo depois para Grândola.

Durante o percurso, a cosmonauta soviética recebeu significativas provas do carinho e admiração populares. Em Coja, numa pequena tribuna improvisada, mulheres do Barrêiro, Baixa da Banheira e Coja, e centenas de trabalhadores transmitiram a Valentina as saudações de todas as mulheres progressistas e do povo da região, que ela agradeceu num breve improviso.

Em Grândola, milhares de pessoas, homens e mulheres,

Mensageira do mundo socialista, portadora da calorosa saudação do povo da URSS, Valentina Nikolaeva Terechkova, foi vibrantemente saudada pelo povo português no passado dia 3, quando da realização de um grandioso comício no Pavilhão dos Desportos. O povo saudou Valentina, palavras escritas num dos dísticos que colaram o Pavilhão, foram expressas, com entusiasmo, por quantos homenagearam em Valentina Terechkova a representante do primeiro povo a construir uma sociedade socialista.

O camarada Alvaro Cunhal, secretário-geral do nosso Partido, na sua intervenção que reproduzimos noutro local, salientou que a União Soviética se conta entre os grandes amigos do Portugal Democrático. Esta amizade e solidariedade entre os dois povos cimentou-se ainda mais com a visita de Valentina Terechkova ao nosso país. Assim o entendeu e o expressou o povo português no comício realizado no Pavilhão dos Desportos.

Membros destacados do Movimento Democrático de Mulheres, da Associação de Amizade Portugal-URSS, do Concelho Português para a Paz e Cooperação, do MDP/CDE, do nosso Partido — representado pelo camarada Alvaro Cunhal e pela camarada Alda Nogueira do Comité Central —, da 5.ª Divisão do Estado-Maior das Forças Armadas — representada pelo major Moniz Barreto —, e o embaixador da URSS, camarada, Kahlina, encontravam-se presentes na mesa presidida por Maria Lamas, um símbolo da resistência antifascista dos movimentos de mulheres do nosso país.

O Movimento das Forças Armadas encontrava-se ainda representado pela Banda da

Aeronáutica, saudada entusiasticamente. Bandeiras do nosso Partido, flores, dísticos alusivos à participação da mulher na construção da democracia e um painel gigantesco sobre o Ano Internacional da Mulher animavam o recinto do Pavilhão dos Desportos. E, sobretudo, a participação popular, o calor dos gritos revolucionários, as canções que brotaram espontaneamente, deram testemunho eloquente do clima em que se desenrolou este comício.



que significa o encontro entre dois povos amigos, unidos no mesmo esforço pela cooperação e paz mundiais.

### Um passo no reforço da amizade entre Portugal e a URSS

A vinda de Valentina Terechkova ao nosso país é o símbolo de uma nova era nas relações entre o nosso país e os outros povos. A Revolução do 25 de Abril abriu as portas a essa era.

As mulheres portuguesas, que sempre lutaram por uma melhoria das suas condições de vida, nas fábricas e nos campos, encontram agora no nosso país as condições mínimas para uma vida autêntica, de progresso e de paz, onde os seus filhos terão acesso à educação e à saúde independentemente de discriminações raciais. Esta realidade foi-nos dada pela combatividade do povo português e pela coragem do MFA.

Compete-nos agora consolidar a liberdade alcançada, reforçar as conquistas democráticas e construir com as nossas próprias mãos a sociedade socialista. Compete-nos agora estar vigilantes e combater os inimigos do povo, os inimigos das massas trabalhadoras! E também nós, mulheres, temos um importante papel a desempenhar, lutando ombro a ombro com os nossos companheiros, contra a reacção que não desarma, mas será vencida porque o povo português assim o quer.

Nós, mulheres, sabemos bem quanto é difícil na vida de um dia-a-dia, encontrar o tempo para saber o que se passa fora das paredes da nossa casa. Mas isso é uma imposição

bleia geral da Associação Portuguesa-URSS, membro do Partido Socialista e presidente da Assembleia Constituinte, seguir-se-ia no uso da palavra, tendo sido acolhido aos gritos de «Unidade! Unidade!» Salientando os imensos progressos verificados na evolução da sociedade soviética, o prof. Henrique de Barros falou sobre as funções da responsabilidade da mulher na União Soviética, as quais teve ocasião de observar durante duas estadias naquele país. Referindo-se ao nosso país, Henrique de Barros disse:

«Encontramo-nos num momento histórico do nosso país. A Assembleia Constituinte iniciou hoje os seus trabalhos que se destinam a dotar o País de um novo estatuto político que possa servir de quadro institucional às profundas transformações sociais de que Portugal carece e que já se encontram em marcha. Pois bem, na próxima Constituição há-de, certamente, figurar, e em posição de destaque, o enunciado dos direitos e deveres dos cidadãos, das suas obrigações e deveres. Ao elaborá-la os deputados dever-se-ão preocupar com a condição feminina de modo a conseguir que a mulher saia, de uma vez para sempre, da trágica situação a que a condenou o regime fascista, sem igualdade de remuneração no trabalho, sem perspectivas de formação e promoção profissionais, sem garantia de bom acesso à cultura, sem nenhuma certeza de poder ombrear com o seu companheiro. O caso de Valentina, a sua capacidade pesam, entre nós, com provas que são das possibilidades oferecidas às mulheres de chegar até onde o permitam as suas capacidades intrínsecas.

Apontando o caso de Valentina, como um estímulo às mulheres portuguesas no sentido de avançarem no caminho que conduz à sua completa emancipação, o prof. Henrique de Barros, finalizou a sua intervenção desejando às mulheres do nosso país que possam viver numa sociedade que lhes abra as portas da vida tão amplamente como a URSS as franqueou à nossa ilustre hóspede.

Em nome do futuro luminoso das crianças

A afirmação da enraizada aliança Povo-MFA manifestou-se uma vez mais no acolhimento prestado ao major Moniz Barreto, da 5.ª Divisão do Estado-Maior das Forças Armadas. Iniciando a sua intervenção com a expressão inequívoca desta aliança, o major Moniz Barreto, numa breve e viva exposição, relatou a sua vivência de uma viagem à União Soviética, na qual presenciou como as

mulheres participam na construção da pátria socialista, saudando em Valentina a mensagem simbólica do esforço da mulher soviética através dos anos. Insistindo no facto de nenhum processo revolucionário poder vingar sem a participação da mulher, o major Barreto dirigiu um vibrante apelo: Mulheres e homens! Ao trabalho! O modo como o público correspondente constituiu garantia de que as mulheres e os homens do nosso país estão dispostos a pôr todo o seu trabalho criador e fervor revolucionário ao serviço dos interesses da Revolução Portuguesa, por cujo êxito aspiram profundamente.

Após a intervenção do camarada Alvaro Cunhal, interrompida por intermináveis aplausos e por gritos Avante, Avante pelo socialismo! e Socialismo só há um, o do povo e mais nenhum, Valentina Terechkova falou ao povo presente no Pavilhão dos Desportos, ao qual dirigiu as calorosas saudações do povo soviético, os seus desejos aos trabalhadores portugueses, homens, mulheres e jovens; de êxito na luta por um Portugal livre e democrático,



Valentina Terechkova em Grândola

meira sociedade socialista e aboliram a exploração do homem pelo homem, representam para nós a certeza da vitória.

Valentina Terechkova é o exemplo da posição que, uma mulher inteligente e corajosa pode ocupar numa sociedade socialista. É o exemplo de uma mulher que quer ser útil ao seu povo e à Humanidade, são dela estas palavras: «Não penso nas glórias da minha façanha no cosmo. Apenas penso que foi um triunfo para o homem.»

A presença de Valentina Terechkova representa ainda para a nossa jovem democracia um passo importante no reforço e amizade entre Portugal e a União Soviética.

Obrigado Valentina pelo seu exemplo!

Obrigado pela sua visita!

Viva a amizade entre Portugal e a URSS!

Viva o MDM!

Viva o socialismo!

Estas as palavras de Eduardo Nobre, do Secretariado do MDM da base de Vila Franca de Xira, que abriu o comício. O professor Henrique de Barros, presidente da assem-

cas femininas e entre os nossos países.

«E, a concluir, perante uma tempestade de aplausos, Valentina Terechkova disse:

«Agradecemos a hospitalidade cordial e desejamos grandes êxitos na realização das transformações democráticas iniciadas no vosso país, no fortalecimento da aliança Povo/MFA, no interesse dos trabalhadores, no interesse do progresso social e perspectiva do Portugal novo. Viva a amizade entre o povo soviético e o povo português!»

Como uma só voz, os milhares de pessoas presentes corresponderam a Valentina Terechkova com a mesma vibração que caracterizou todo o comício. Vibração que demonstra até que ponto a amizade do nosso povo com o povo soviético encontra eco na vontade das massas populares que encaram a URSS como uma imagem do futuro radioso de todos os povos que constroem o socialismo, segundo as características da situação concreta de cada país, mas comprometidos no mesmo objectivo de libertação do homem e de edificação de um mundo sem exploração.

## SAUDAÇÃO AO POVO PORTUGUÊS

Por intermédio do «Avante!», Valentina Terechkova dirigiu a seguinte mensagem ao povo português:

Em primeiro lugar, quero aproveitar o meu encontro convosco para agradecer ao povo português a cordial amizade que dedica ao povo soviético e que tem sentido aqui a cada momento. O povo soviético deseja sinceramente desenvolver uma profunda cooperação económica e cultural entre os nossos Estados. Desejamos que a amizade entre os nossos dois povos, os nossos dois Estados, se fortaleça cada vez mais.

O povo soviético deseja ao povo português os maiores êxitos na construção do novo Portugal democrático.